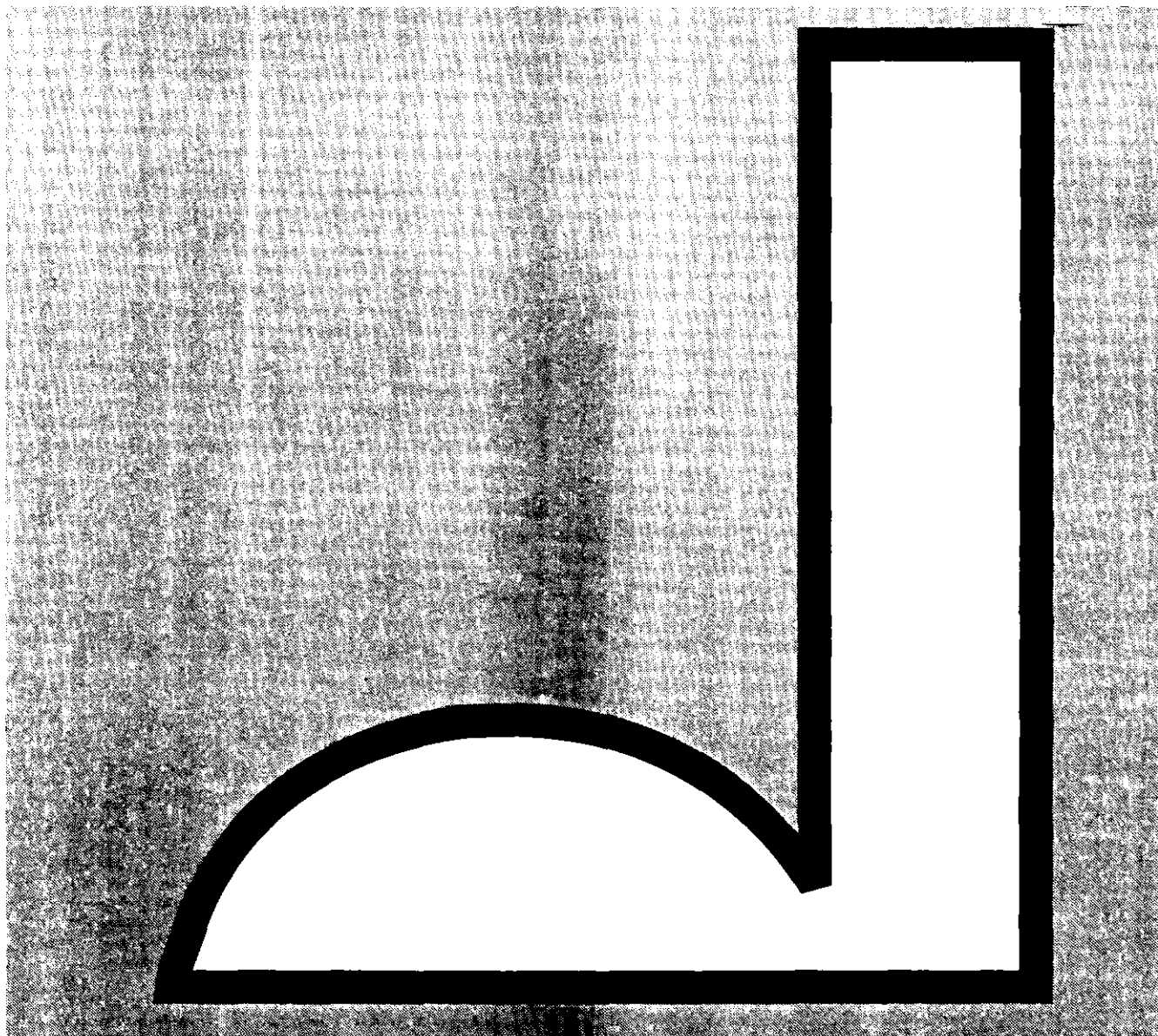




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i></p> <p>1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i></p> <p>2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – PSB – PA</i></p> <p>1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i></p> <p>2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p>		<p>3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i></p> <p>4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> <i>2º Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i> (1) Reeleitos em 2-4-97</p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> (2) Designação: 30-6-99</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>José Roberto Arruda</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Moreira Mendes</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL – 21</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos (3)</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p> <p>(3) Afastado em 30-3-2000, para exercer o cargo de Secretário de Estado do Governo de Tocantins</p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB – 26</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Alencar</i> <i>Iris Rezende</i> <i>Amir Lando</i> <i>Ramez Tebet</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Renan Calheiros</i> <i>Agnelo Alves</i> <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT) – 10</p> <p>Líder <i>Heloísa Helena</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Eduardo Suplicy</i> <i>Sebastião Rocha</i> <i>Jefferson Péres</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 14</p> <p>Líder <i>Sérgio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB – 2</p> <p>Líder <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p>Vice-Líder <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Líder <i>Paulo Hartung</i></p> <p>Vice-Líder <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PSB – 3</p> <p>Líder <i>Roberto Saturnino</i></p> <p>Vice-Líder <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 1</p> <p>Líder <i>Arlindo Porto</i></p>

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Márcia Maria Corrêa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA CONVOCA SESSÃO CONJUNTA DO CONGRESSO NACIONAL A REALIZAR-SE NO DIA 13 DE SETEMBRO DO CORRENTE ANO, QUARTA-FEIRA, ÀS 15 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL, DESTINADA À PROMULGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29, DE 2000, ORIUNDA DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 1999, NO SENADO FEDERAL E Nº 82, DE 1995, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, QUE ALTERA OS ARTS. 34, 35, 156, 160, 167 E 198 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA ASSEGURAR OS RECURSOS MÍNIMOS PARA O FINANCIAMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 117ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 12 DE SETEMBRO DE 2000

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente ao tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão que será dedicado a homenagear a memória da ex-Deputada Federal e ex-Vice-Governadora do Distrito Federal, Márcia Kubitscheck, nos termos do Requerimento nº 441, de 2000, de autoria do Senador Maguito Vilela e outros Senadores..... 18359

1.2.2 – Oradores (Nos termos do art. 160, I, do Regimento Interno)

Senador Maguito Vilela.....	18359
Senador Pedro Simon.....	18362
Senador Iris Rezende	18365
Senador José Roberto Arruda.....	18367

Fala associativa da Presidência (Senador Antonio Carlos Magalhães)	18370
--	-------

1.2.3 – Mensagens do Presidente da República

Nº 799, de 2000 – CN (nº 1.255/2000, na origem), de 12 do corrente, encaminhando o Projeto de Lei nº 24, de 2000 – CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor de R\$3.970.000,00 (três milhões, novecentos e setenta mil reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	18372
--	-------

Nº 800, de 2000 – CN (nº 1.256/2000, na origem), de 12 do corrente, encaminhando o Projeto de Lei nº 25, de 2000 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$25.139.872,00 (vinte e cinco milhões, cento e	
--	--

trinta e nove mil, oitocentos e setenta e dois reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 18373

Nº 801, de 2000 – CN (nº 1.257/2000, na origem), de 12 do corrente, encaminhando o Projeto de Lei nº 26, de 2000 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor de R\$52.200.000,00 (cinquenta e dois milhões, duzentos mil reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 18375

Nº 802, de 2000 – CN (nº 1.258/2000, na origem), de 12 do corrente, encaminhando o Projeto de Lei nº 27, de 2000 – CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$154.423.995,00 (cento e cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e vinte e três mil, novecentos e noventa e cinco reais), para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 18377

Nº 803, de 2000 – CN (nº 1.259/2000, na origem), de 12 do corrente, encaminhando o Projeto de Lei nº 28, de 2000 – CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Judiciário, crédito suplementar no valor global de R\$13.439.278,00 (treze milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, duzentos e setenta e oito reais), para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 18379

Nº 804, de 2000 – CN (nº 1.260/2000, na origem), de 12 do corrente, encaminhando o Projeto de Lei nº 29, de 2000 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e da Justiça Eleitoral, crédito especial no valor global de R\$2.535.566,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis reais), para os fins que especifica. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização... 18388

Nº 805, de 2000 – CN (nº 1.261/2000, na origem), de 12 do corrente, encaminhando o Projeto de Lei nº 30, de 2000 – CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de R\$59.418.078,00 (cinquenta e nove milhões, quatrocentos e dezoito mil, setenta e oito reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 18390

Nº 806, de 2000 – CN (nº 1.262/2000, na origem), de 12 do corrente, encaminhando o Projeto de Lei nº 31, de 2000 – CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito especial no valor de R\$56.081.922,00 (cinquenta e seis milhões, oitenta e um mil, novecentos e vinte e dois reais), para os fins que especifica. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 18392

Nº 807, de 2000 – CN (nº 1.263/2000, na origem), de 12 do corrente, encaminhando o Projeto de Lei nº 32, de 2000 – CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$138.250.000,00 (cento e trinta e oito milhões, duzentos e cinquenta mil reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 18394

Nº 808, de 2000 – CN (nº 1.264/2000, na origem), de 12 do corrente, encaminhando o Projeto de Lei nº 33, de 2000 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$146.158.000,00 (cento e quarenta e seis milhões, cento e cinquenta e oito mil reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, e dá outras providências. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 18396

Nº 809, de 2000 – CN (nº 1.265/2000, na origem), de 12 do corrente, encaminhando o Projeto de Lei nº 34, de 2000 – CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados, da Presidência da República e do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$2.720.000,00 (dois milhões, setecentos e vinte mil reais), para os fins que especifica. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 18400

1.2.4 – Aviso do Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Nº 266/2000, de 30 de agosto último, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 333, de 2000, do Senador Ademir Andrade. Ao Arquivo..... 18404

1.2.5 – Pareceres (*)

Nº 879, de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2000 (nº 4.434/98, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES... 18404

Nº 880, de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 166, de 2000, do Presidente da República, encaminhando ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operações de crédito externo no valor equivalente a até US\$51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Consolidação e Emancipação (Auto Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária. (Projeto de Resolução nº 73, de 2000)..... 18405

Nº 881, de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício nº S/20, de 2000, do Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando o relatório sobre a operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global, em atendimento ao disposto na Resolução nº 69, de 1996, do Senado Federal..... 18407

Nº 882, de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Resolução nº 27, de 2000, que estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais com farinha de trigo..... 18408

(*) **Leitura de parecer após a Ordem do Dia (Item 1.3.2)**

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Estabelecimento de calendário para tramitação e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização dos Projetos de Lei nºs 24 a 34, de 2000 – CN, constantes de mensagens presidenciais lidas anteriormente..... 18410

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2000, cujo parecer foi lido anteriormente..... 18410

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 73, de 2000, resultante de parecer lido anteriormente..... 18410

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 27, de 2000, cujo parecer foi lido anteriormente..... 18410

Recebimento do Ofício nº S/52, de 2000 (nº 123/2000, na origem), de 5 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Habeas Corpus nº

77734, que declarou a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 11 da referida lei federal, em sua publicação no Diário Oficial da União de 26 de maio de 1998 (amortização de dívidas com o INSS). À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa..... 18410

1.2.7 – Ofícios

Nº 529/2000, de 10 de julho último, do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, informando que a inauguração da sede daquele Tribunal ocorreu em 23 de junho de 1995. (Juntado ao Requerimento nº 651, de 1995) 18410

Nº 394/2000, de 12 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Designação dos Deputados Amon Bezerra, Alberto Goldman, Alexandre Santos, Anivaldo Vale, Adolfo Marinho, Danilo de Castro, Helenildo Ribeiro, João Leão, Nârcio Rodrigues, Nilo Coelho, Paulo Kobayashi, Paulo Mourão e Pedro Canedo, como titulares, e o Deputado Max Rosenmann, a Deputada Fátima Pelaes, o Deputado Juquinha, a Deputada Lídia Quinan e os Deputados Marcus Vicente, Mário Negromonte, Pedro Henry, Raimundo Gomes de Matos, Ricarte de Freitas, Roberto Rocha, Sérgio Guerra, Ricardo Rique e João Almeida, como suplentes, para integrarem a referida Comissão..... 18410

Nº 18/2000, de 12 do corrente, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Designação dos Deputados Carlito Merss, Dr. Rosinha, Jorge Bittar e Professor Luizinho, como suplentes, para integrarem a referida Comissão..... 18411

1.2.8 – Pronunciamentos

Senador Pedro Simon – Interpelação ao Presidente sobre decisão quanto à quebra de sigilo bancário do Sr. Eduardo Jorge pela Subcomissão do Judiciário..... 18411

O Sr. Presidente (Antonio Carlos Magalhães) – Resposta ao Senador Pedro Simon..... 18413

1.2.9 – Leitura de requerimentos

Nº 465, de 2000, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2000, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Participação dos Servidores e dá outras providências. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente..... 18416

Nº 466, de 2000, de autoria do Senador Roberto Freire, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2000, de autoria do Senador Renan Calheiros, e do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2000, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, por versarem

sobre a mesma matéria. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.	18416	tacionais. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.	18430
Nº 467, de 2000, de autoria do Senador Amir Lando, solicitando a tramitação em separado do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1998, dos Projetos de Lei do Senado nºs 287 e 569, de 1999, por tratar de matéria diversa. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.	18416	Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2000, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura da Castanha do Brasil e dá outras providências. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.	18432
Nº 468, de 2000, de autoria da Senadora Emilia Fernandes, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000, que institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidade de Sustento da Família, com o Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1999, que altera os arts. 4º e 11 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, visando reservar recursos para financiamentos habitacionais em benefício das Mulheres Chefe de Família, por regularem matérias correlatas. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.	18416	Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2000, de autoria do Senador Osmar Dias, que estabelece prioridades para aplicação dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e dá outras providências. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.	18434
Nº 469, de 2000, de autoria do Senador José Fogaça, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2000, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, e do Projeto de Lei do Senado nº 370, de 1999, de autoria do Senador Lauro Campos, por versarem sobre a mesma matéria. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.	18416	Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2000 – Complementar, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que cria o Sistema de Equalização das Transferências Constitucionais dos Fundos de Participação, modificando a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989. À Comissão de Assuntos Econômicos.	18435
Nº 470, de 2000, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. À Mesa para decisão.	18420	Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2000, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que dá nova redação ao § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre o benefício de prestação continuada da pessoa portadora de deficiência ou idosa. À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.	18437
Nº 471, de 2000, de autoria do Senador Tião Viana, solicitando ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social as informações que menciona. À Mesa para decisão.	18421	Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2000, de autoria da Senadora Marina Silva, que acrescenta à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, dispositivo que veda a sinalização indicativa da localização dos instrumentos eletrônicos de medição de velocidade de operação autônoma. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.	18438
Nº 472, de 2000, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. À Mesa para decisão.	18426	1.2.11 – Leitura de requerimentos	
Nº 473, de 2000, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. À Mesa para decisão.	18426	Nº 474, de 2000, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2000 (nº 4.434/98, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES. Será votado após a Ordem do Dia.	18440
1.2.10 – Leitura de projetos		Nº 475, de 2000, de autoria do Senador Bernardo Cabral e outros Senadores, solicitando a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 11 membros titulares e de 7 suplentes, obedecido o princípio da proporcionalidade partidária, para apurar, no prazo de 180 dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais – ONGs. À publicação. (Aguardará as indicações das lideranças partidárias)	18440
Projeto de Resolução nº 74, de 2000, de autoria do Senador Ney Suassuna, que altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, para dispensar tratamento especial às operações de crédito realizadas por autarquias prestadoras de serviços de saneamento. À Comissão de Assuntos Econômicos.	18427	Nº 476, de 2000, de autoria dos Senadores Maguito Vilela, Iris Rezende e Albino Boaventura, solicitando homenagens de pesar pelo falecimen-	
Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2000, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para permitir a aplicação de recursos do FAT na concessão de empréstimos a cooperativas habi-			

to do Deputado Estadual e Professor José Luciano da Fonseca, ocorrido no último dia 10 do corrente. Aprovado	18440	Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2000 (Parecer nº 885, de 2000 – CDIR). Aprovada . À promulgação.	18445
1.3 – ORDEM DO DIA		Item 7	
Item 1		Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2000 (nº 223/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Chapadão Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Roque de Minas, Estado de Minas Gerais. Aprovado . À Comissão Diretora para redação final.	18445
Projeto de Lei do Senado nº 263, de 1999, de autoria do Senador Álvaro Dias, que altera dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização. Votação transferida para amanhã, conforme entendimento entre as lideranças partidárias	18441	Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2000 (Parecer nº 886, de 2000 – CDIR). Aprovada . À promulgação.	18446
Item 2		Item 8	
Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1997 (nº 3.500/97, na Casa de origem), que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata. Aprovado . À Câmara dos Deputados.	18441	Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2000 (nº 255/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa Mutum de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso. Aprovado . À Comissão Diretora para redação final.	18446
Item 3		Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2000 (Parecer nº 887, de 2000 – CDIR). Aprovada . À promulgação.	18447
Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1996 (nº 3.098/97, naquela Casa), de autoria do Senador Odacir Soares, que restringe o uso de capuz em operações policiais. Aprovado o art. 2º do Substitutivo da Câmara, ficando rejeitados os demais dispositivos, após usar da palavra o Senador Romeu Tuma. À Comissão Diretora para redação final.	18442	Item 9	
Item 4		Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2000 (nº 295/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio Educacional de Jataí, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jataí, Estado de Goiás. Aprovado . À Comissão Diretora para redação final.	18447
Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 1999 (nº 56/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Paulista, Estado de Pernambuco. Aprovado . À Comissão Diretora para redação final.	18443	Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2000 (Parecer nº 888, de 2000 – CDIR). Aprovada . À promulgação.	18447
Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 1999 (Parecer nº 883, de 2000 – CDIR). Aprovada . À promulgação.	18443	Item 10	
Item 5		Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2000 (nº 332/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Matogrande de Rádio e Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Touros, Estado do Rio Grande do Norte. Aprovado . À Comissão Diretora para redação final.	18448
Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2000 (nº 197/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à DMD Associados Assessoria e Propaganda Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso. Aprovado . À Comissão Diretora para redação final.	18444	Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2000 (Parecer nº 889, de 2000 – CDIR). Aprovada . À promulgação.	18448
Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2000 (Parecer nº 884, de 2000 – CDIR). Aprovada . À promulgação.	18444	Item 11	
Item 6		Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodi-	
Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2000 (nº 221/99, na Câmara dos Deputados), que outorga permissão à Rádio Novo Horizonte Ltda., na cidade de Ibateguara, Estado de Alagoas. Aprovado , com abstenção do PT. À Comissão Diretora para redação final.	18444		

<p>fusão sonora e de sons e imagens. (O Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1993, com o qual a matéria tramitava em conjunto, foi arquivado ao final da última Legislatura, nos termos do art. 333 do Regimento Interno). Discussão adiada para audiência da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, nos termos do Requerimento nº 478, de 2000.</p> <p>1.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia</p> <p>Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1996 (Parecer nº 890, de 2000 – CDIR). Aprovada, nos termos do Requerimento nº 480, de 2000. À sanção.</p> <p>Requerimento nº 474, de 2000, de urgência, lido no Expediente da presente sessão. Aprovado. O Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2000, constará da Ordem do Dia da sessão da próxima quinta-feira.</p> <p>1.3.2 – Leitura de parecer</p> <p>Nº 891, de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 167, de 2000, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor <i>Ilan Goldfajn</i> para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.</p> <p>1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia</p> <p>SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Considerações, como Presidente da CCJ, sobre as providências tomadas em relação à Subcomissão do Judiciário diante da renúncia do Senador Renan Calheiros e da retirada do Bloco de Oposição.</p> <p>SENADOR PEDRO SIMON – Solicitação ao Presidente Antonio Carlos Magalhães para que interceda junto às lideranças e aos membros da Subcomissão do Judiciário no sentido do retorno aos seus trabalhos.</p> <p>SENADOR ROBERTO SATURNINO – Importância do Encontro dos Chefes de Estados da América do Sul, recentemente ocorrido em Brasília.</p> <p>1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação</p> <p>SENADOR PEDRO SIMON – Registro da realização da 46ª Feira do Livro de Porto Alegre, de 27 de outubro a 15 de novembro, tendo como patrono o escritor Barbosa Lessa.</p> <p>SENADOR ADEMIR ANDRADE – Reflexões sobre a educação brasileira com base nos dados do Censo Escolar realizado pelo Ministério da Educação.</p>	<p>18449</p> <p>18450</p> <p>18450</p> <p>18451</p> <p>18451</p> <p>18455</p> <p>18460</p> <p>18462</p> <p>18463</p>	<p>SENADOR RENAN CALHEIROS – Defesa do papel fiscalizador do Congresso Nacional na execução orçamentária.</p> <p>1.3.5 – Comunicação da Presidência</p> <p>Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.</p> <p>1.4 – ENCERRAMENTO</p> <p>2 – PUBLICAÇÕES</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2000, de autoria da Senadora Marina Silva, que altera o art. 164 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a nova composição das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPA e dá outras providências. À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.</p> <p>Anexo do Parecer nº 752, de 2000, da Comissão Diretora, oferecendo a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2000 (nº 2.844/2000, na Casa de origem), que destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia.</p> <p>3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 12-9-2000</p> <p>4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL</p> <p>Nºs 926 e 927, de 2000.</p> <p>Nº 928, de 2000, referente à servidora Maria Consuelo Freire Bezerra.</p> <p>Nº 929, de 2000, referente ao servidor Edivaldo Aguiar de Vasconcelos.</p> <p>Nº 930, de 2000, referente à servidora Rita de Cássia Jerônimo.</p> <p>Nº 931, de 2000, referente à servidora Cremilda Piloto Sousa.</p> <p>Nº 932, de 2000, referente ao servidor Luiz Akira Yamada.</p> <p>Nº 933, de 2000, referente à servidora Sandra do Canto Ramos.</p> <p>5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</p> <p>6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES</p> <p>7 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA</p> <p>8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)</p>	<p>18465</p> <p>18466</p> <p>18467</p> <p>18469</p> <p>18471</p> <p>18473</p> <p>18474</p> <p>18475</p> <p>18476</p> <p>18477</p> <p>18478</p>
---	--	--	--

Ata da 117ª Sessão Deliberativa Ordinária em 12 de setembro de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo e Valmir Amaral

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Agnelo Alves – Alberto Silva – Albino Boaventura – Alvaro Dias – Amir Lando – Antonio Carlos Magalhães – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Clodoaldo Torres – Djalma Bessa – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Fernando Matusalém – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Henrique Loyola – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Roberto Arruda – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Luiz Otávio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Moreira Mendes – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ribamar Fiquene – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Tião Viana – Valmir Amaral – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A lista de presença acusa o comparecimento de 75 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão será dedicado a homenagear a memória da ex-Deputada Federal e

ex-Vice-Governadora do Distrito Federal, Márcia Kubitschek, nos termos do Requerimento nº 411, de 2000, do Senador Maguito Vilela e outros Senadores.

Como primeiro orador inscrito para o período da homenagem, concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Exmº Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado da República e do Congresso Nacional, Exmºs Srs. Membros do Corpo Diplomático, Exmºs Srs. Ministros de Estado, Exmº Sr. vice-Governador de Brasília Benedito Domingos, neste ato representando o Governador Joaquim Roriz, Exmº Sr. Deputado Federal Paulo Octávio, Exmºs Srs. Maristela Kubitschek, Anna Christina, Júlia e Alejandra, netas do saudoso e inesquecível Juscelino Kubitschek de Oliveira, Exmº Sr. Humberto de Freitas Machado, Prefeito da minha cidade de Jataí, demais autoridades aqui presentes, Srs. e Srs. Senadores, hoje é um dia de saudade, um dia de lembrança, um dia de luto, mas sobretudo um dia de homenagens. Homenagens justas, sinceras e extremamente merecidas a dois brasileiros que se foram e nos deixaram legados de correção, honestidade, singeleza e, acima de tudo, de amor à pátria: Márcia Kubitschek, falecida precocemente há pouco mais de um mês, e seu pai, Juscelino Kubitschek de Oliveira, o maior estadista brasileiro de todos os tempos, cujo falecimento completou longos e dolorosos 24 anos no último dia 20 de agosto, e que hoje estaria completando 98 anos de idade.

Márcia e Juscelino, juntamente com dona Sarah Kubitschek, são ícones que vieram ao mundo para nos mostrar que a virtude, o caráter e a humildade cristã devem estar presentes em todos os dias de nossa vida, em todos os atos de nossa trajetória de trabalho e ação. Vieram para ensinar ao Brasil que política não se faz com rancor, ódio ou perseguições,

mas com idealismo, trabalho e, acima de tudo, despreendimento e espírito público. Vieram para mudar os destinos do Brasil, arrancá-lo de uma apatia submissa, mostrando a todos nós, com um trabalho revolucionário, que éramos e somos uma grande nação, um grande País e que basta apenas sinceridade de propósitos e obstinação para que possamos nos colocar numa posição de destaque no cenário mundial.

Márcia se foi há pouco. Filha que viveu muito próxima do pai, acompanhou as glórias e depois a dureza da perseguição sofrida pelo grande líder: a humilhação, o ódio e o exílio a partir de 64. Márcia foi com ele e ficou quase duas décadas longe do Brasil. Com o seu prestígio pessoal, por lá poderia ter ficado, se tivesse se deixado seduzir pela facilidade e pela acomodação. Não. Honrou a tradição e o exemplo da família. Voltou ao Brasil. Voltou a Brasília e aqui elegeu-se, pelo voto popular, Deputada Federal Constituinte e, depois, Vice-Governadora.

Tive o privilégio de conviver com ela tanto na Câmara Federal, quando fui seu colega de Bancada, quanto no exercício da Vice-Governadoria, na gestão anterior do meu conterrâneo, amigo e correligionário Joaquim Roriz. Sua atuação foi autêntica e coerente. Marcou um período, mostrou que a força, o espírito público e o amor pela sua cidade e pelo Brasil não eram características apenas de seu pai. Márcia Kubitschek marcou sua passagem pela política deixando um exemplo de grandeza e de muita transparência em seus atos.

Em minha convivência com ela pude descobrir uma mulher forte, mas também uma figura humana doce e amiga, mãe exemplar. Márcia se foi precocemente, de maneira dolorosa, como todos os grandes da história mundial. Sofreu em vida os percalços da perseguição e do ódio político. Sofreu com a doença que lhe corroía os órgãos. Partiu para a merecida paz e descanso. Deve estar agora ao lado de seus pais, a nos observar os gestos, a nos vigiar os atos, como que a repetir que o caminho do êxito é a persistência corajosa e abnegada e que o exercício da vida pública só se justifica se for movido pelos mais caros ideais de servir sempre aos mais pobres, aos mais humildes, aos mais necessitados.

Márcia deixou três filhas: Ana Christina, Júlia e Alejandra, todas aqui presentes, a quem sono meus sentimentos sinceros pela perda irreparável e insubstituível. E deixou também uma lacuna enorme na vida pública de Brasília e do Brasil. O Senado, ao reunir-se hoje para prestar-lhe essa homenagem, cumpre uma obrigação cívica e mais do que justa. Que as palavras

aqui hoje pronunciadas em sua memória fiquem gravadas na consciência da classe política brasileira e que o exemplo de Márcia Kubitschek sirva de modelo de ação política para todos nós.

Nesta sessão solene de grande importância, gostaria também de prestar a minha homenagem ao grande JK, o maior presidente e estadista que já passou pelo Brasil em todos os seus longos e árduos 500 anos de História. Tenho certeza de que, ao fazê-lo, presto também uma homenagem à Márcia, que sempre fez questão de seguir as pegadas honestas e seguras do pai, e assumia isso com muito orgulho.

Juscelino veio ao mundo no início do século, em 1902. Nasceu em um lar singelo, onde as antigas e austeras virtudes eram praticadas e cobradas com vigor. Na católica Diamantina, forjou seu caráter e seu destino, sob a vigilância rígida e sábia de sua mãe, a professora Júlia. Formou-se médico em Belo Horizonte. Estudou em Paris e Berlim. Mas começou de fato a cumprir sua missão na terra em 1934, quando elegeram-se Deputado Federal por Minas. No Congresso, teve uma atuação destacada e, em 1940, foi nomeado Prefeito em Belo Horizonte.

E foi aí, pela primeira vez no exercício do Executivo, que ele mostrou suas maiores virtudes. Fez uma gestão revolucionária na capital dos mineiros. Remodelou a cidade e a projetou com destaque no cenário nacional. Em 1946, voltou ao Congresso como Deputado Federal Constituinte para depois eleger-se Governador de Minas.

Eleito sob o binômio "Energia e Transporte", Juscelino não apenas cumpriu todos os seus compromissos de palanque. Foi muito além. Antecipou-se ao futuro, como faria depois no exercício da presidência, alterou a evolução econômica de Minas Gerais, abrindo um novo ciclo histórico, onde seu Estado deixava a situação de civilização semicolonial para assumir a ponta nos amplos caminhos da industrialização.

A candidatura a Presidente pelo PSD, a maior agremiação política da época, surgiu espontânea, impôs-se por si mesma, como um ancoradouro de aspirações e esperanças comuns. E para meu orgulho e de todos os meus conterrâneos, ele escolheu a cidade de Jataí, no sudoeste de Goiás, minha terra natal, para iniciar sua campanha vitoriosa. E não a escolheu por acaso, mas porque Jataí era considerada, naquele período, proporcionalmente, o maior reduto peessedista do Brasil, sob a liderança de um outro médico, colega de JK na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, Dr. Serafim de Carvalho, cuja esposa, Srª Sil-

via de Carvalho, encontra-se aqui representada pelo Prefeito municipal.

E foi ali, em minha cidade, de cima de uma carroceria de um caminhão **studebaker**, dentro de uma oficina mecânica – já que o comício em praça pública não pôde ser realizado em razão de uma forte chuva –, que JK começou sua arrancada para transformar o Brasil, assumindo seus primeiros compromissos, inclusive o principal deles: mudar a capital do Brasil para o Planalto Central.

Tenho aqui em minhas mãos, Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, a foto histórica desse primeiro comício, no momento exato em que Juscelino Kubitschek de Oliveira assumia o compromisso com a Nação de mudar a Capital. E o nosso Prefeito, acompanhado do Toniquinho – que foi quem fez a pergunta célebre a Juscelino –, passará às mãos de V. Ex^a, para que essa foto possa compor o acervo do Senado Federal e ser vista e lembrada pelos milhares de brasileiros que por aqui passam, seja em viagens de estudo ou com o simples intuito de passear e conhecer um pouco mais do Brasil.

E JK se elegeu. Do alto de sua autêntica postura de homem de Estado, devotando todo o seu tempo, seu trabalho e sua sabedoria à brava gente brasileira, mais uma vez foi além do que se propôs a fazer, apesar de todas as dificuldades. Até para tomar posse, Juscelino teve que enfrentar uma ameaça de golpe militar. Da dificuldade, porém, emergiu vitoriosa a figura serena do líder, a cordialidade amena do homem obstinado e idealista, o estadista generoso e humano, o governante trajado de idéias novas, ciente de sua responsabilidade.

O político e Presidente JK impôs a sua filosofia. Primou-se pelo diálogo permanente com o povo, combateu o desânimo com trabalho e devolveu o otimismo ao Brasil. Implantou um programa de conteúdo, estabelecendo um novo modelo de desenvolvimento industrial. Mais uma vez, como fizera em Minas, JK abriu um novo ciclo histórico. Sob suas mãos, o Brasil vencia o subdesenvolvimento, alterando os ritmos de nossa evolução, revolucionando a nossa economia.

Apesar das resistência e da oposição ferrenha que enfrentou, o Brasil avançou. O que nos convence é a verdade. O que vale é o fato. O que conta são os números. Os números do governo JK falam por si.

Entre 1955 e 1961, a produção do aço no Brasil cresceu 100%; a das indústrias mecânicas, 125%; a das elétricas e de comunicações, 380%; a das indústrias de transportes, 600%. A produção industrial

como um todo teve crescimento superior a 100%, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano e a renda **per capita** aumentou numa média de 4% ao ano.

A construção de Brasília cumpriu seus objetivos. Levou o desenvolvimento ao interior, as novas estradas ampliaram as fronteiras agrícolas e até a construção da cidade em si trouxe benefícios com a geração de milhares de oportunidades de empregos.

Como bem definiu JK em seu discurso na inauguração do Palácio da Alvorada: "Não podíamos continuar indefinidamente a ser um grande território manchado de desertos, com uma população, em sua maior parte, colada ao litoral, e as mais ricas zonas de nosso País abandonadas, servindo apenas para referências literárias".

As ações de Juscelino fizeram com que o brasileiro recuperasse a confiança em si mesmo e a crença no potencial do Brasil, com desdobramentos altamente positivos na cultura, no esporte e no comportamento.

Senhoras e senhores, perdoem-me por essa digressão histórica e sentimental, mas considero-a fundamental. A história sempre nos ensina. E a releitura deste momento auspicioso para o Brasil nos traz à tona modelos mais do que atuais. A coragem com que JK enfrentou as muitas vezes estúpidas exigências do Fundo Monetário Internacional, fazendo uma clara opção pelo desenvolvimento, talvez seja o principal deles. Sem querer fazer críticas aos atuais gestores do País, não tenho dúvidas de que posicionamento semelhante faz-se urgente hoje, agora, para que o Brasil possa retomar o trilho do progresso, com a construção de oportunidades iguais de crescimento para uma maioria que está absolutamente excluída.

Ao terminar, rendo mais uma vez minhas sinceras homenagens a essa família extraordinária que, como disse, veio ao mundo para nos dar os mais puros e corretos exemplos de trabalho, justiça, honestidade e sensibilidade social. A saudade dos que se foram é doída e cabe aos que ficaram a responsabilidade de perpetuar para as futuras gerações de brasileiros esse valioso legado.

Encerro meu pronunciamento lendo a íntegra de um bilhete de JK, escrito de próprio punho em 1961, endereçado a correligionários da minha cidade, no sudoeste goiano, região onde nasci e iniciei a minha trajetória política. Se todos os governantes brasileiros, ao terminarem seus mandatos, tivessem a condição sincera e moral de escrever um texto como este, fatalmente o Brasil estaria muito, muito melhor.

Sinto-me satisfeito em poder proclamar que, na Presidência da República, não faltei a um só dos compromissos que assumi como candidato. Mercê de Deus, em muitos setores realizei além do que prometi, fazendo o Brasil avançar pelo menos 50 anos de progresso em 5 anos de governo. Pudemos ainda despertar as esperanças e energias dos povos americanos para o objetivo comum do combate ao subdesenvolvimento.

Sejam quais forem os rumos da minha vida pública, levarei comigo, ao deixar o honroso posto que me confiou a vontade popular, o firme propósito de continuar servindo ao Brasil com a mesma fé, o mesmo entusiasmo e a mesma confiança nos seus altos destinos.

Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Governador, Srs. representantes da família Kubitschek, Sr^{te} e Srs. Senadores, hoje, pela manhã, assistindo à Missa Campal, ouvimos as referências feitas pelo eminente Cardeal à memória de Juscelino e à sua filha.

Inicialmente, esta sessão foi marcada para homenagear a memória de Márcia, a jovem filha de um Presidente, um herói nacional. Desde criança, Márcia criou-se nos palácios – no Palácio do Governo em Minas Gerais, no Palácio do Governo no Rio de Janeiro e aqui em Brasília. Acompanhou o dinamismo do seu pai e a ternura emocionante da sua mãe. Viveu uma mocidade esplêndida de alegria e de felicidade. Deve ter sofrido, naquele final de campanha, com as injustiças feitas a seu pai e com a vitória do adversário. Mas isso passou. Entretanto, deve ter sofrido muito com a cassação do seu pai, com as injustiças tremendas vividas por ele. Não podendo entender, em sua mocidade, como baixasse tanto o alto conceito que se tinha a respeito do seu pai: maldades profundas, injustiças imensas, a cassação do mandato e o exílio onde ela ficou tanto tempo. Voltou. Diz bem o meu antecessor, não precisava ter voltado, mas voltou pelo seu sentimento de pátria, pelo seu sentimento de Brasil. Voltou e acompanhou a democratização deste País, teve a felicidade de escrever a Carta Constituinte como Deputada. Teve a alegria de iniciar uma carreira como Vi-

ce-Governadora. Qualidades não lhe faltavam, competência também não. Mas quis o destino que ali se encerrasse a sua carreira política e ela continuou firme em suas idéias, firme na defesa da história da sua família, firme na formação de suas filhas, transformando-se em um nome que é uma legenda de amor, carinho e respeito nesta terra.

Ela, sua irmã, sua mãe, são exemplos emocionantes, que reconhecemos todos nós, da mulher mineira, da mulher brasileira, das que deram força e estímulo ao trabalho de Juscelino. É de se imaginar que impressionante e quão grande seria o destino de Márcia se a democracia tivesse continuado neste País depois de seu pai. Juscelino fez, em seu mandato, tudo aquilo que o Senador Maguito registrou, mas ele sempre dizia que tinha uma mágoa profunda, por ter desenvolvido a indústria, que progrediu e explodiu, e reconhecer não ter olhado com o devido valor para a agricultura deste País. Ele sentia que faltava uma perna no crescimento do País e que, se pudesse voltar em 1965, faria na agricultura o que fez na indústria. E a agricultura brasileira cresceria 50 anos em 5 anos.

Se isso tivesse acontecido, se Márcia estivesse a seu lado acompanhando esse trabalho, imprevisível imaginar o que o destino lhe teria reservado nos caminhos do nosso País. Que bom se ela tivesse, em vez da dor, tristeza, mágoa, violência, arbítrio, tortura e tudo mais no exílio, podido caminhar o caminho largo da liberdade com democracia, tivesse visto seu pai completar o trabalho de fazer com a agricultura o que fez na indústria brasileira! Se ele conseguiu desenvolver a indústria, que é mais difícil, se ele fez o desenvolvimento de um setor mais complexo da economia, o que poderíamos esperar da agricultura, que é a nossa tendência natural em um país de terras agricultáveis como as nossas, um país de tendência agrícola como o nosso. Pelo amor de Deus, o que Juscelino teria feito naqueles seus cinco anos!

Quis o destino que isso não acontecesse, que Márcia sofresse, com sua mãe, com sua família e com seu pai, o que sofreram. Neste plenário, Juscelino se levantou para votar em Castello Branco para Presidente da República. Tancredo Neves votou contra e avisou: "Não vota, Juscelino, porque ele vai cassar o teu mandato". Ele não acreditou, e cassaram o seu mandato, sem explicação. Buscavam a Presidência ele, o democrata, e Carlos Lacerda, que conhecia o caminho das artimanhas dos militares.

Aquela que se esperava fosse a eleição mais espetacular da história, Juscelino contra Lacerda, as forças populares contra a UDN, não aconteceu, por-

que com a mesma frieza com que cassaram Juscelino, cassaram Carlos Lacerda. E o período da ditadura militar foi-se pelo tempo afora.

Quão grande teria sido o destino de Márcia se pudesse, naquele lar, com sua mãe e seu pai, ter sido o elo da corrente, a herdeira natural daquele fantástico trabalho que fez Juscelino. Mas ela também fez um grande trabalho e merece o respeito e a admiração.

Hoje comemoram-se os 98 anos de nascimento de Juscelino. Faltam dois anos para o seu centenário de nascimento. É interessante analisarmos a figura de Juscelino Kubitschek, tão diferente da maiores dos líderes deste País: Getúlio Vargas era circunspecto, frio, um homem imponente; Tancredo era um verdadeiro mineiro, circunspecto, responsável; e Juscelino era um homem do povo, um homem que veio – é importante salientar – de baixo, com a missão humilde de trabalhar, de lutar para chegar a ser médico, sem padrinhos, sem fortuna. Contava apenas consigo mesmo, com seu trabalho e com sua alegria esfuizante.

Fez revoluções, como em Belo Horizonte, na Pampulha. Ele mudou o destino de Belo Horizonte, transformando-a em uma belíssima capital. Como Governador de Minas Gerais, ele realmente transformou o Estado, eminentemente agrícola, numa potência também industrial.

Olhando para trás, fico a pensar em como esse homem, na Presidência da República, conseguiu fazer tantas coisas. Juro que não entendo como ele pensou em criar a nova capital, com uma lei, votada no Rio de Janeiro com mágoa, criou uma comissão, construiu a Capital e a transferiu.

Num país como o Brasil, onde o povo não acreditava nem em patinete feito por brasileiros, de repente começaram a aparecer aqueles automóveis. De repente, começamos a nos transformar num grande centro naval, e os estaleiros do Rio de Janeiro se tornaram realidade. E na energia elétrica! Foram desenvolvidos grandes projetos que nem eram imaginados e nos quais não se acreditava. A Transamazônica! Meu Deus, foi uma explosão de desenvolvimento!

Como hoje, tanto tempo depois, em um Brasil tão mais rico e tão mais forte, as coisas não saem do chão?

Após Juscelino, no governo militar, a construção de Itaipu foi uma epopéia. Depois, na democracia, não conseguimos fazer com que o Brasil volta a experimentar o crescimento. Não penso num percentual de 9 ou 10%. Não reencontramos a fórmula de fazer deste um País otimista e em condições de avançar e vencer.

Não há dúvida de que falta, na história, uma análise profunda de Juscelino, o homem. As obras, as realizações de Juscelino, nós as temos. As demonstrações de competência e de trabalho, já as conhecemos, bem como o seu espírito de grandeza.

Não queriam que ele assumisse o governo porque, afinal de contas, desde o início, a velha UDN estava querendo chegar ao poder e não conseguia.

Em 1945, derrubado Getúlio, era a vez do grande herói, Brigadeiro Eduardo Gomes, um homem extraordinário, diga-se de passagem. Era para ele ser o Presidente. Era para a UDN, engalanada na sua cultura e intelectualidade, ter na Presidência um homem do seu porte – e, cá entre nós, que pinta tinha o Brigadeiro Eduardo Gomes para chegar à Presidência da República! Mas Dutra, aquele baixinho que tinha sido Ministro da Guerra na ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, tornou-se o Presidente.

Em 50, a UDN ia dar o troco, de novo com o Brigadeiro. E não é que o velhinho voltou? Sequer se sabia se ele estava vivo, o que havia sido feito dele, o que tinha acontecido, se ele havia sido eleito Senador, porque, depois de ouvir o discurso duro de um Senador da UDN, ele pegou as suas coisas, foi embora para Itu e nunca mais voltou. Pois, na sua volta, Getúlio derrotou o Brigadeiro novamente e tornou-se Presidente.

Quando chegou a vez de Juscelino, muitas forças lutaram para que ele não assumisse. Foram os movimentos de Jacareacanga e de Aragarças. Muitos temiam que, no seu governo, ocorresse a consolidação definitiva do PSD e do PTB. Fizeram vários movimentos e esquemas para impedir que ele assumisse.

Quando Café Filho demitiu o marechal Lott do Ministério da Guerra, ele estava ali, impedindo a posse de Juscelino. Precisou-se enfrentar dois Presidentes – Café Filho e o Presidente da Câmara, Carlos Luz –, para que Juscelino pudesse tomar posse.

Ao tomar posse, o primeiro ato de Juscelino foi a anistia total a todos os que tentaram impedi-lo de exercer seu mandato. Foi uma anistia não apenas no papel, na política, um ato político. Ele fez questão de um governo de abertura geral para o Brasil. E foi um governo de paz, um governo de alegria, um governo de desenvolvimento, um governo de crescimento. Foi um governo em que não se tomou conhecimento de um ato de perseguição a qualquer pessoa. Foi um governo marcado pelo crescimento e pelo avanço constante.

Meu Deus, como Juscelino pôde fazer o que fez em cinco anos? É como pegarmos os governos que se seguiram e somar-lhes vinte anos.

Reparem o que é ser estadista. Reparem o que é ter um sonho, o que é ter um plano, o que é ter um ideal, o que é olhar para a frente, o que é olhar para o futuro e saber o que se quer. Ele queria o seu País! Ele queria desenvolver a sua Pátria! Para ele isso era o importante, esse era o seu sonho, esse era o seu ideal, essa era a sua bandeira, essa era a sua razão de ser!

Era isso! Ele não tinha outros caminhos, ele não tinha outras questões menores, ele não tinha outros tipos de preocupações que o levassem a outro tipo de conjectura, que o levassem a deixar de olhar o Brasil por três minutos para dar uma resposta, para dar o troco a um deputado, para fazer algo contra fulano ou beltrano. E a UDN bateu nele! Olhem, bateram como se esta Brasília fosse um saco de roubalheira e tudo o mais. Bateram nele, e ele tocou adiante. E ele foi indo, foi avançando, foi desenvolvendo.

Falo isto na hora em que vivemos uma história tão complicada, em que o Brasil se arrasta nos seus números, no seu porquê, sem saber para aonde vai, o que quer, o que não quer e onde chegará. Como é diferente quando se tem o homem, o líder, o chefe, a pessoa determinada, com o seu horizonte e com seu objetivo. O nosso povo não é aquele, a nossa gente não é aquela, o nosso operário não é aquele, a vontade de trabalhar não é a mesma. Por que, naquela época, aquela gente andava, avançava, progredia, crescia, e agora caminha para baixo? Está faltando a disposição de Juscelino – V. Ex^a tem razão –, está faltando a vontade de chamar, de clamar, de conclamar todos para que o Brasil ocupe o seu lugar. E olhem, meus irmãos, Juscelino fez um corte na estrada, avançou e, apesar de não ser previsível aquele crescimento do Brasil, ele o alcançou. Hoje, ao contrário, o mundo inteiro vê que a hora é do Brasil, o momento é nosso, a disposição é nossa, a hora é exatamente esta de uma nação como o Brasil, de um país continental como o nosso. As maiores reservas de água potável do mundo estão aqui, neste Brasil, que possui uma área de terras agricultáveis que dá para alimentar o mundo inteiro. Aqui, no Tocantins, no Mato Grosso, na Amazônia, aqui neste sertão, temos tudo, temos terra. Temos água potável, que é mais importante do que petróleo neste milênio. Temos um povo pacífico, ordeiro, capaz, trabalhador, responsável. Como dizia o Senador do Rio de Janeiro, a raça brasileira é resultado da mescla do negro, do índio, do português,

do italiano, do alemão, essa mistura que fez o povo brasileiro que aqui está, sem as divisões existentes em outros países, como os Estados Unidos, onde há o negro, o branco, o espanhol, o chinês, o japonês, mas que até hoje não se misturaram. Vim agora de uma caminhada pelo Nordeste. Entrei dez dias pelo interior do sertão. Voltei emocionado com o nordestino mais pobre, mais simples. É o nordestino que sabe o que quer. É o nordestino que pede: "Dêem-me água que eu produzo e planto". É um patriota, é um homem de bem. É apenas um homem tão puro e tão sério que aquilo que há aqui no Sul, em termos de impureza mental, ainda não chegou lá.

Temos um grande povo – a nossa elite é que não é grande coisa. Estão faltando alguns Juscelinos. Na elite brasileira, estão faltando realmente pessoas que tenham a pureza, a capacidade, a vontade, a garra e a grandeza de olhar o Brasil não com o seu interesse-zinho, de seu grupo, de seu partido, de sua organização, seja política, empresarial, jornalística, televisiva, religiosa, seja lá o que for.

Acho que, neste início de milênio, a grande saudada que teríamos de dar é exatamente esta: o espírito de Juscelino, o espírito dessas pessoas que vieram, somaram e mostraram o que são. Refiro-me a Juscelino, Tancredo, Teotônio, a Barbosa Lima Sobrinho, o falecido Presidente da Associação Brasileira de Imprensa. Estão aí tantas pessoas, tantos vultos que deveríamos fazer uma pausa para que cada um de nós se comprometesse a fazer sua parte por este País.

Os senhores já imaginaram se, de repente, dissessemos: "Olha, JK, neste teu aniversário, às vésperas dos cem anos, queremos dizer que, nos próximos anos, cada um de nós fará um pouco pelo Brasil, sem exigir, sem cobrar, mas fazer!"

Cada um de nós fazendo um pedaço do que pode por este Brasil. Em primeiro lugar, não levaríamos cinco anos para ter a agricultura mais fértil do mundo, por exemplo. Não levaríamos cinco anos para ter a agricultura que transformaria a História deste País. Em vez de importarmos seis ou sete toneladas de trigo, poderíamos ser os maiores exportadores de trigo do mundo. Em vez de importarmos milhões de toneladas de milho, poderíamos ser os maiores exportadores de milho do mundo. Poderíamos ser os maiores exportadores de alimentos do mundo e produzir para os 30 milhões de brasileiros que passam fome pela nossa irresponsabilidade ou pela nossa crueldade mental.

Falamos tanto nesta vida política, discutimos, conversamos, cochichamos e planejamos tanto, mas não fazemos nada. A consequência é zero. Que bom se pudéssemos, neste dia, neste momento, aqui neste sertão, dizer que iniciamos aqui o compromisso moral de cada um dizer presente ao chamado de todos, para o Brasil que nos espera e para o Brasil que nos chama.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Iris Rezende.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Exm^o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, Digníssimos representantes da Família Kubitschek que compõem a Mesa e presentes neste Plenário, Exm^{as} Srs. Ministros de Estado, Srs. Embaixadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, o Senado da República, por iniciativa do nobre Senador Maguito Vilela e outros Srs. Senadores, com muita justiça, homenageia, nesta tarde, uma mulher guerreira, símbolo da simplicidade da vida, que soube como ninguém expressar o seu amor pelo Brasil e pelo seu povo.

Márcia Kubitschek se foi precocemente mas deixou para cada um de nós uma lição viva de perseverança, de dedicação suprema às causas democráticas, de devoção à essência da cidadania.

Os valores que cultivou foram herdados do berço. A filha do ex-Presidente Juscelino Kubitschek e de Dona Sarah soube como ninguém exercer a nobreza da vida pública, guiando-se a partir de preceitos realmente elevados, construindo, como os pais, uma trajetória marcada pelo respeito ao próximo e pela coerência política.

Como Deputada Federal, como Vice-Governadora do Distrito Federal – momento em que saúdo o Governador do Distrito Federal na pessoa do Vice-Governador, aqui presente –, Márcia Kubitschek se dispôs para a vida pública com paixão e denodo, despertando a admiração e o carinho de todos que aprenderam a apreciar sua doçura, sua amabilidade natural, sua disposição para servir.

Cidadã do mundo, o exílio que sua família foi obrigada a cumprir com o advento do Golpe de 1964 fez com que tivesse contato com diferentes culturas. Foi um período de vasto aprendizado, que lhe permitiu uma ampla formação humanitária e intelectual, ao mesmo tempo em que fazia crescer a saudade do Brasil e de seu povo.

A redemocratização, no início dos anos 80, trouxe-a de volta ao País, tendo escolhido para morar justamente a Brasília erguida por seu pai, símbolo das grandes transformações que permitiram tirar o País do atraso e devolver-lhe a confiança em novos dias de prosperidade.

O ingresso na vida pública foi marcado pelos mesmos dons herdados dos pais. A retidão de caráter, a integridade e a pureza de ideais projetaram a filha de Juscelino como uma autoridade respeitada por todos, independentemente de questões partidárias. Márcia foi uma verdadeira unanimidade, uma mulher que soube cultivar a admiração de todos com sua sólida personalidade, com sua transparência, com seus atos singelos que sempre se faziam grandiosos.

Como o pai, Márcia foi uma pessoa muito especial, muito marcante, plena em seu amor pelo Brasil. A paixão pela política era algo natural, estava no sangue, traduziu-se em gestos e ações que modificaram comportamentos, que edificaram vidas. Mulher corajosa, de princípios autênticos, não carregou, em nenhum momento, a mágoa em face da violência a que sua família foi submetida nos tempos negros do autoritarismo. Procurou viver a sua época sem ressentimentos. Mais do que isso, foi uma pregadora incessante da esperança. Com seu afeto contagiante, deu-nos uma lição de vida e nos faz, agora, saudosos e quebrantados com sua ausência.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil precisa de personalidades com os valores e as características de Márcia Kubitschek. O Brasil precisa despertar para os sentimentos que tão nobremente soube cultivar. O Brasil necessita redescobrir-se como força construtiva, como força positiva, como soma de esforços, para superar seus intrincados problemas e marchar na direção da felicidade.

Enquanto a Nação permanecer privilegiando o confronto desmedido entre seus agentes políticos, não chegaremos àqueles ideais requeridos pelo povo, que anseia por um país que tenha, realmente, vontade política de empreender as transformações que eliminem do nosso meio a miséria, a fome, o desemprego, o desamparo, a violência, a marginalidade e a desesperança.

Márcia Kubitschek poderia ter todos os motivos para empreender uma revanche contra aqueles que golpearam sua família. Preferiu entoar a trombeta da paz, preferiu dar exemplo de conversão e de amor, para que este País pudesse redimir-se de suas atrocidades e adotar os autênticos caminhos do bem.

Talvez seja Juscelino Kubitschek o maior homem público que este País já conheceu. A sua obra encontra-se absolutamente insuperável até os dias atuais. A sua bravura é igualmente incomparável. O seu governo traduziu-se como uma revolução com conseqüências até os dias atuais. Ele mudou o eixo do desenvolvimento, abriu uma perspectiva avançada de progresso, agitou o Brasil, ditando o ritmo do crescimento, aqueceu a economia a partir do próprio Estado, puxou os agentes produtivos para a tarefa da expansão, gerando oportunidades de trabalho num momento de inquietações e radicalização política.

Homenagear Márcia Kubitschek, Sr. Presidente, impõe a homenagem a Juscelino Kubitschek, pois, a partir de sua influência, Márcia conquistou também a todos nós. Entendo que a sociedade precisa sempre homenagear seus antepassados, aqueles que, já mortos, deixaram exemplos dignos de vida. A sociedade precisa homenagear seus heróis, seus benfeitores, aqueles que realmente contribuíram para o nosso desenvolvimento, para o bem-estar da população.

Juscelino Kubitschek se destaca com muita veemência entre os benfeitores deste Brasil e – por que não dizer – entre os heróis brasileiros. Hoje, por coincidência, comemoramos os 98 anos de seu nascimento. E Juscelino Kubitschek nos impõe muitos motivos para comemarmos sua passagem à frente dos destinos do Brasil.

Mas sou também, Sr. Presidente, daqueles que entendem que a sociedade precisa preocupar-se em homenagear os heróis vivos, para que se sintam mais motivados a dar ainda mais em benefício de seus semelhantes. Em relação a Juscelino Kubitschek – estou muito à vontade para dizer isso –, Goiás o homenageou em vida. Na verdade, desde que na Constituição de 1891 já se impunham estudos e providências para a transferência da Capital para o Planalto Central, Goiás, ainda pequeno, isolado do desenvolvimento nacional, já participava ativamente daquela idéia.

Juscelino Kubitschek foi, verdadeiramente, aquele Presidente ousado, corajoso, competente, patriota, que não temeu as possíveis reações ao seu ato. Atendendo ao clamor dos goianos, na pessoa de um goiano ilustre, já tantas vezes citado – Toniquinho JK –, naquela hora, prometeu que cumpriria o texto constitucional que determinava a mudança da Capital federal.

Goiás lutou, esforçou-se muito e participou ativamente. Cuidou da desapropriação das terras, assumindo as indenizações com os seus poucos recursos.

Vibrou ao lado de Juscelino, emprestando-lhe aquela força contagiante, para que enfrentasse todas as dificuldades. Mas não ficou apenas nisso: construída e inaugurada a Capital, ofereceu a Juscelino Kubitschek uma homenagem, repito. Mas uma homenagem simplesmente porque construiu a Capital? Se Juscelino se limitasse a construir Brasília e abrisse apenas uma estrada que a ligasse à capital de seu Estado, Belo Horizonte, talvez para Goiás fosse um desastre. Mas Juscelino não se limitou a construir a Capital e a ficar na história como autor desse grande feito. Ele rasgou o ventre do Centro-Oeste, com a rodovia que ligou Brasília e Goiás a Rondonópolis, Cuiabá, Rondônia e Acre. Rasgou a Belém-Brasília, enfrentando críticas às vezes veementes, injustas. Ele ligou Goiás à Bahia, ao Nordeste inteiro, abrindo a Brasília/Nordeste, trecho praticamente inviável. Ele construiu a estrada que ligava Goiás a Belo Horizonte e, com isso, Goiás despertou para momento importante da sua história.

Apenas a construção da Capital, repito, seria talvez um desastre. Com a infra-estrutura também construída por Juscelino na área da energia – quantas hidrelétricas ofereceram oportunidade para que as indústrias chegassem ao Centro-Oeste também! –, Goiás saltou do 16º para o 9º lugar no contexto sócio-econômico do nosso País, e as condições de vida dos goianos melhoraram muito.

Mas Goiás não ficou, Sr. Presidente, simplesmente nos aplausos. Um Senador da República, Taciano Gomes de Mello, por apelos e apelos de goianos de todos os partidos, renunciou o seu mandato de Senador para que o Estado tivesse oportunidade de prestar, perante o Brasil e o mundo, uma homenagem singular elegendo-o Senador da República tão logo terminou seu mandato de Presidente.

Mas Juscelino, praticamente candidato único, porque como seu opositor surgiu apenas um jornalista, ilustre mas politicamente obscuro – e mais como sinal de protesto; aliás, protestos existem em quase toda parte –, antecipadamente eleito por unanimidade, não se limitou a esperar, de Belo Horizonte, sua cidade natal, a eleição pelo povo goiano. Ele veio para Goiás, percorreu dezenas de municípios. Tive oportunidade, pessoalmente, de percorrer com ele muitos municípios: pequenos, médios; cidades maiores. E ele já demonstrava ali – o que confirma as palavras dos Senadores Maguito Vilela e Pedro Simon –, com aquele gesto, pois não precisava de campanha para ganhar a eleição, uma vez que era apoiado por todos os partidos já consolidados no Estado, que fazia

questão de se juntar ao povo, de manifestar a sua gratidão, de sentir o povo, a fim de que no Senado pudesse traduzir os sentimentos da nossa gente.

De modo que nesta hora em que homenageamos Márcia Kubitschek, que indiscutivelmente recebeu tanto de seu pai e de sua mãe, Goiás reconhece no Presidente essas e muitas outras qualidades que nos levam a, nesta data, nesta hora em que se homenageia a sua filha, prestar também a ele homenagem, reservando-nos, é claro, para nos 100 anos promover outras, e muitas, e maiores homenagens àquele que realmente foi um grande benfeitor deste País, Juscelino Kubitschek, pai de Márcia Kubitschek.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador José Roberto Arruda, último orador inscrito.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados aqui presentes, peço licença para cumprimentar a todos e citar a presença do ex-Presidente da República José Sarney, que honra esta Casa, que conviveu com o Presidente Juscelino Kubitschek desde o início da década de 50, como também conviveu com ele o Presidente Antonio Carlos Magalhães, os dois representantes de uma geração que ainda hoje nos traz a memória de um tempo inesquecível na vida pública brasileira; cumprimento também, Sr. Presidente, a minha amiga Maristela Kubitschek, Anna Christina e, em nome delas, toda a família Kubitschek, Alejandra, Júlia, seus primos, o Deputado Paulo Octávio, enfim, toda a família Kubitschek que se faz aqui presente.

Hoje pela manhã, Sr. Presidente, muitos de nós que estamos neste plenário fomos à missa que D. José Newton celebrou na praça do Cruzeiro. Foi uma missa simples, celebrada sob uma lona, no mesmo lugar e com a mesma simplicidade que, em maio de 1957, D. Carlos Carmelo Mota celebrou a primeira missa de Brasília. Lá, como aqui, havia um sinal de memória afetiva muito forte, daqueles que se captam no ar, no olhar das pessoas, no sentimento de cada um. E não apenas dos que conviveram de perto, no dia-a-dia, com o Presidente Juscelino Kubitschek, com D. Sarah e com Márcia, mas das pessoas humildes que saíram hoje pela manhã de cidades-satélites longínquas e vieram de ônibus – o ônibus pára na rodoviária, e a distância da rodoviária ao Memorial JK não é pequena, se vencida a pé.

Muito bem, Sr. Presidente, o Senador Pedro Simon e eu chegamos cinco minutos, talvez, depois do início da missa, e ficamos um pouco atrás. E pudemos perceber que chegava, a cada momento, gente do povo. Um deles, um homem muito vivido, ficou ao meu lado. Eu tentava participar da celebração da missa, mas ele, incontinente, quis contar a sua história. Fiz questão de anotar o seu nome: Sr. Manuel Oliveira. Ele foi um daqueles milhares de brasileiros que acreditaram na utopia de Juscelino; um daqueles milhares de brasileiros que, acreditando na idéia da construção de uma nova capital, vieram para Brasília. E ele me disse, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, que quando chegou aqui, na carroceria de um caminhão, trazendo na bagagem a esperança de uma vida melhor, havia muita poeira, redemoinhos de terra vermelha que se levantava. Ele foi trabalhar em uma obra. E ele me falou, emocionado e com os olhos cheios de lágrimas: "Eu conheci Juscelino, porque ele apertava a mão da gente, doutor."

Assistimos à missa, com a presença daquelas pessoas humildes, dos pioneiros que construíram esta cidade porque acreditaram no ideal de toda uma geração de, através de Brasília, interiorizar o desenvolvimento nacional. E foi impossível não lembrar, naquele instante, um dos grandes momentos da história do Parlamento brasileiro.

O Presidente Antonio Carlos Magalhães, há alguns meses, determinou que se juntassem esses grandes momentos em uma peça fantástica de homenagem à história política brasileira, em CDs que estão disponíveis para aqueles que gostam de ouvir e rememorar esses pontos importantes da vida pública.

Lembrei-me, Sr. Presidente, daquele discurso de Tancredo. Agosto de 1976, morte de Juscelino, o Brasil todo se comove. Eu, cidadão comum, já vivendo em Brasília, jovem engenheiro naquela época, acompanhei aquele cortejo, que não tinha começo nem fim – ligou o aeroporto à Catedral e, depois, a Catedral ao Campo da Esperança. Pessoas de todos os lugares e de todas as classes uniam-se em uma mesma dor, em uma mesma saudade.

Alguns dias depois, sobe à tribuna do Congresso Nacional Tancredo Neves, que inicia o seu discurso memorável rememorando uma passagem de Andre Malraux, ocorrida no elogio fúnebre ao General De Gaulle. Andre Malraux estava à entrada do Palácio do Eliseu, quando chega uma mulher comum e tenta entrar para fazer o seu gesto de despedida ao grande general. Ela é contida pelos guardas franceses – é claro, porque eles só permitiriam a entrada das autori-

dades credenciadas. Chega, então, Andre Malraux e diz: "Deixe-a entrar. Ela é a França."

Lembrei-me disso hoje, Maristela. Imaginei a emoção de Juscelino Kubitschek, de Dona Sarah e de Márcia assistindo àquela missa. Eles estavam ali em espírito; estavam ali porque havia um belíssimo coral de crianças de Diamantina; estavam ali na homilia do Padre Aleixo, filho de Pedro Aleixo – ele, também, contemporâneo de Juscelino nessa epopéia. Ele estava ali num gesto de saudade de cada um de nós.

Lembrando aquele memorável discurso de Tancredo, recordei-me de que, num dos trechos fantásticos da sua oração – uma oração de improviso, belíssima –, ele lembrava outro grande discurso, talvez o maior da história do Senado. Foi um discurso proferido aqui, desta tribuna, no dia 4 de junho de 1964, que começava dizendo assim:

Sr. Presidente, Senhores Senadores, na previsão de que se confirme a cassação dos meus direitos políticos, que implicaria na cassação do meu direito de cidadão ... e de representante do povo de Goiás, julgo de meu dever dirigir desta tribuna algumas palavras à Nação brasileira. Faço-o agora para que, se o ato de violência vier a consumir-se, não me veja eu privado do dever de denunciar o atentado que na minha pessoa vão sofrer as instituições livres. Não me é lícito perder uma oportunidade que não me pertence, mas pertence a tudo o que represento nesta hora.

E continuava aquele grande orador, aquele que se transforma e cresce no momento das dificuldades:

Julgo, sem jactância, ser este um dos momentos mais altos da minha vida pública. Comparo-o ao instante em que recebi a faixa presidencial, depois de uma luta sem tréguas contra forças de toda a ordem, inclusive as da calúnia, que em vão tentaram deter a vontade do povo brasileiro. Naquela ocasião assumi, perante a minha própria consciência, a determinação de não me deixar guiar por ressentimentos ou por mágoas, por mais justas que fossem. Perante Deus, perante o povo, diante desta Casa posso afirmar que, Presidente da República, durante cinco anos, zelei pela paz do Brasil, não autorizando, não permitindo, não pactuando com qualquer atentado à liberdade de

quem quer que fosse e agindo sempre com dignidade administrativa.

Vai por aí afora o então Senador Juscelino Kubitschek de Oliveira, antevendo a cassação de seus direitos políticos, num discurso forte, digno, nobre, que termina com um dos parágrafos mais fantásticos da história política brasileira. Mesmo tendo deixado a Presidência, mesmo estando às vésperas da cassação dos seus direitos políticos, mesmo sendo perseguido por forças que ele acreditava, até aquele instante, de transformação, mesmo com todos os direitos humanos feridos naquele ato, ele se lembra – com a grandeza que só ele tinha – de dirigir uma palavra às nações estrangeiras, e diz:

Dirijo-me, agora, de maneira particular, aos países estrangeiros, aos meus amigos do exterior, à opinião pública internacional para dizer-lhes que não julguem o meu País por este ato de iniquidade contra mim que, na verdade, estão executando contra o povo brasileiro. (Palmas.)

E os aplausos são para Juscelino, porque era ele quem, naquele instante, pedia desculpas às nações estrangeiras por um ato de iniquidade que, na verdade, o afetava diretamente.

Juscelino foi cassado. Depois parte para o exílio. Muitos anos mais tarde, Sr. Presidente, ele volta. Apesar de seu amor por Diamantina, de seu amor por Minas Gerais, ele resolve viver boa parte de seus dias aqui em Brasília, numa fazendinha humilde, muito próxima a Brasília, no Município de Luziânia.

Tive o privilégio de ser escalado pela Companhia de Eletricidade de Brasília, onde eu trabalhava, para ligar lá um pequeno transformador. Confesso a você, Maristela, que era um trabalho de uma hora, de uma hora e meia, mas eu demorei o dia inteiro, porque só à tarde consegui ver Juscelino. Foi o único encontro que pude ter com ele.

Mais tarde, muitos anos mais tarde, já no início da década de 80, volta para o Brasil e para Brasília Márcia Kubitschek. Dona Sarah se muda naquele momento para Brasília, e os meus amigos Carlos Murilo Felfício dos Santos, pelas mãos de quem entrei na política, Ildeu de Oliveira, e alguns outros familiares muito próximos de Juscelino me convidam para um encontro. Nesse encontro – eu me recordo bem –, num apartamento simples, na 307 Sul, estavam D. Sarah, Márcia e o ex-Deputado José Aparecido de Oliveira, que depois assumiria o Governo de Brasília. Eles me pediram, naqueles primeiros dias de retorno de Már-

cia ao Brasil e a Brasília, que eu a acompanhasse. Brasília havia se modificado muito, crescido muito, e era preciso que Márcia dominasse, até, o território, soubesse exatamente como era a nova Brasília – cuja construção e cujos primeiros anos ela havia, na verdade, acompanhado.

A partir daquele dia, eu fiz uma das maiores amizades da minha vida. Acompanhei Márcia, num carro humilde, eu e ela andando por esta cidade e conversando com as pessoas.

Depois, na campanha de 1986, ela se elegeu Deputada Federal Constituinte. Exerceu aqui um mandato, honrando a memória e a vida pública de seu pai, honrando o mandato que os pioneiros e o povo de Brasília lhe haviam conferido, sem perder a característica da humildade e da simplicidade.

O tempo passa, Dona Sarah acaba fixando residência em Brasília. Depois, Márcia foi Vice-Governadora. Convivemos no dia-a-dia, e, depois, já em 1994, Deus me deu o privilégio de compor uma chapa majoritária, liderada pelo então Senador Valmir Campelo, que nos honra aqui com sua presença.

Márcia e eu fomos candidatos ao Senado. Fizemos campanha juntos, Sr. Presidente. Subimos nos palanques, visitamos as casas das pessoas. Visitamos todas as casas, desde as mais humildes até as dos pioneiros que haviam se transformado em grandes empresários. Fomos a todos os lugares. Por alguns meses, caminhamos juntos, lado a lado, na busca do mandato parlamentar. Quis a sorte que eu viesse para esta Casa. E Márcia, a partir dali, não tendo sido eleita, reassumiu a direção do Memorial JK e, mais tarde, foi Vice-Presidente da Embratur. Ela fez muito pelo turismo brasileiro e trabalhou mundo afora levando a imagem do Brasil.

Mas, sobretudo, Sr. Presidente, o que guardo na memória é o lado humano de Márcia Kubitschek, uma pessoa do bem, incapaz, mesmo nas horas mais difíceis, de ser desleal.

Carlos Murilo, mais uma vez, num determinado dia me chama pela manhã, com urgência, à casa de Márcia. Fui um daqueles poucos que chegaram ali ainda no momento do café da manhã; alguns deles haviam passado a noite acordados. É que, na noite anterior, o então candidato à Presidência da República Fernando Collor havia estado lá, convidando Márcia para ser sua companheira de chapa. Já se antevia àquela época que aquele jovem Governador de Alagoas poderia ter sucesso na sua caminhada. Dentro do quadro de estratégia política que traçara, ele queria uma companheira de chapa ou um companheiro

de chapa que viesse de Minas. Convidou Márcia. Foram insistentes os apelos que ela recebeu para aceitar aquele convite, mas ela o recusou com uma explicação muito simples: ela já havia assumido, junto com Dona Sarah, um compromisso com o Dr. Ulysses, compromisso que, na verdade, era a consequência das relações de amizade e das relações políticas de Juscelino com Ulysses Guimarães. Tendo assumido o compromisso, Márcia não poderia desfazê-lo.

Talvez por isso Márcia não tenha ocupado a cadeira que seu pai antes havia ocupado, mas, ao não fazê-lo, marcou, com esse gesto, o traço mais forte da família Kubitschek, que é exatamente o traço da lealdade, da honestidade de propósitos, da firmeza de caráter e, mais que tudo isso, da simplicidade em exercer essas características humanas no dia-a-dia de suas vidas pessoais e públicas.

Hoje estou emocionado, porque não estou aqui apenas em meu nome, Maristela e Ana Cristina. Estou aqui pelo mandato que me conferiu o povo de Brasília, cidade que Juscelino construiu, para prestar uma homenagem ao Presidente Juscelino Kubitschek. É como se hoje aqui estivéssemos iniciando as comemorações do seu centenário, porque todos nós, o Congresso Nacional, Brasília e o Brasil começamos a nos preparar para, daqui a dois anos, celebrarmos o centenário de JK.

Estou aqui em nome desta cidade, da Capital do meu País, daquele cidadão humilde que veio de ônibus da Ceilândia para assistir à missa. Estou aqui num plenário que conta com a presença do filho de Israel Pinheiro, que conta com a presença de Ernesto Silva, de Coronel Affonso Heliodoro e de muitos outros que dedicaram suas vidas à trajetória política de Juscelino. Estou aqui numa tribuna de onde os dois Senadores de Goiás, Senadores Iris Rezende e Maguito Vilela, já falaram do carinho do povo do interior do Brasil pelo grande estadista e de onde o Senador Pedro Simon lembrou, com rara felicidade, os momentos mais inesquecíveis da trajetória política de JK.

Estou aqui, Maristela, para fazer uma homenagem à família Kubitschek, ao grande Presidente, ao grande homem público, mas, além disso, ao grande ser humano, ao homem que enfrentava dificuldades com otimismo no coração, com um sorriso largo, com gestos carinhosos e, como disse hoje pela manhã o Padre Aleixo, "com firmeza de propósitos, mas com voz mansa".

Estou aqui para lembrar e homenagear Dona Sarah Kubitschek, que escolheu Brasília para viver os

últimos anos de sua vida. E, neste momento, peço desculpas à família pela confiança que vou fazer, mas é importante que o País saiba que ela viveu seus últimos anos nesta cidade, na cidade que Juscelino construiu, num humilde apartamento alugado na SQS 314. (Palmas)

Maristela, estou aqui para lembrar, finalmente, a Márcia. Poucos dias antes do falecimento de Márcia, fui a São Paulo, fui ao hospital para visitá-la. Fisicamente foi impossível a visita, mas todos nós a visitamos em espírito, como hoje a visitamos em saudade. Márcia honrou a memória de JK e continuou a sua trajetória humana, porque, como ele, sempre foi boa, sempre foi de paz, sempre foi solidária, sempre foi generosa. Márcia honrou a trajetória da família Kubitschek ao ter grandeza de caráter e de ideais, ao ter uma visão ampla. Ela via o Brasil com o seu potencial. Ela via o Brasil com otimismo e era incapaz de agir motivada por coisas pequenas.

À Márcia Kubitschek, à Dona Sarah Kubitschek e ao grande Presidente Juscelino Kubitschek, que estaria hoje completando 98 anos, a homenagem do povo de Brasília, a homenagem do povo que vive na Capital do País que ele construiu com sua utopia, com sua coragem, com sua determinação.

Se me permitem todos, termino esta homenagem e este momento de saudades com as palavras inesquecíveis dele mesmo, as palavras que estão gravadas no mármore do Memorial, mas que, sobretudo, estão gravadas no coração daqueles que sabem que foi a partir de JK que o Brasil conquistou o seu próprio território, que o Brasil acreditou em si mesmo, que o Brasil começou a se transformar para se constituir numa nação forte, numa nação que pode ter uma sociedade mais livre e mais humana, num país que passou a acreditar em si mesmo. Juscelino foi o idealizador deste tempo que começa exatamente nos anos 50.

Ele dizia, na inauguração de Brasília, que:

Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das grandes decisões nacionais, lanço os olhos, mais uma vez, sobre o amanhã do meu país e antevejo, com uma fé inquebrantável e uma confiança sem limites, o seu grande destino.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Antes de agradecer as ilustres presenças de Ministros de Estado, de Ministros do Tribunal de Con-

tas, de Embaixadores, de Parlamentares e, em particular, da família e dos amigos do Presidente Juscelino Kubitschek, cumpre-me dizer algumas palavras em nome desta Presidência, já que, pelo Senado, ilustres homens públicos traduziram o sentimento da Nação brasileira em relação à figura inesquecível do Presidente Kubitschek e de sua filha Márcia Kubitschek.

Não é sem razão que o Senado marcou para hoje a homenagem à Márcia Kubitschek: este é o dia em que o Presidente Juscelino Kubitschek completaria 98 anos.

Falo com emoção. Estou muito honrado por estar, neste momento, presidindo o Senado Federal, porque vem de longe a minha amizade com o Presidente Kubitschek.

Além de alguns familiares, alguns de seus amigos da época do Rio de Janeiro estão aqui; não são muitos porque o tempo, com sua força, já levou uma grande parte. Está aqui o Embaixador Aluizio Napoleão, que era o Chefe do Cerimonial. Juscelino tinha os coronéis de sua predileção – aqueles da Polícia Militar que foram levados para trabalhar com ele no Catete -, e está aqui um desses coronéis: Affonso Heliodoro, que representa os quatro que trabalharam com Juscelino. Também está presente aqui o ex-Presidente José Sarney, que não conviveu na intimidade com Juscelino, mas que viveu o período de Juscelino, tendo convivido com ele como Presidente. Além desses, encontra-se aqui Carlos Murilo, companheiro dedicado de todos os momentos do Presidente; ele era a "ponte" de seus amigos com o Presidente Juscelino Kubitschek, até que seus amigos conquistassem, como eu, a sua amizade.

A homenagem em memória à Márcia Kubitschek foi marcada para o dia de hoje também pelo que ela representou para a vida pública de Brasília como Deputada e Vice-Governadora. Ela nunca deixou de ter o meu apoio em quaisquer situações. Portanto, é para mim extremamente honroso lembrá-la.

Lembro-me de um almoço com a família, no Palácio das Laranjeiras, quando Márcia completava 18 anos. Naquele almoço, Juscelino estava por inteiro, um homem sem ódio, sem ressentimentos. Ele realizava seus propósitos sem fazer demagogia e realmente governou este País por "50 anos em apenas cinco". Foi o único homem que conseguiu essa proeza, pelo menos em todo o período republicano. Portanto, é um homem singular.

E, depois disso, ainda contou com amigos. Desse, vou citar apenas dois, um homem e uma mulher

– são tantos que aqui se encontram: Olavo Drumont e Vera Brant.

Tive a oportunidade de ver, nos últimos dias de sua vida, ele escrever: "Passei no escritório de Vera Brant e fui para o escritório que me está reservado. Vejo Brasília na sua beleza e na sua plenitude. Estou reduzido a duas salas para fazer o meu trabalho, mas fico feliz com isso, porque o que quero é trabalhar pelo País". Isso ocorreu depois de sofrer, como já foi dito aqui, inúmeras injustiças.

Não tive com Juscelino apenas um contato pessoal. Mantivemos uma intensa correspondência; tenho até vontade de publicá-la e talvez o faça. Muitas vezes, ele dizia que tinha chegado à conclusão de que seu turismo não era internacional, mas somente nacional. Ele dizia que já estava cansado de ver as coisas belas da Europa e dos Estados Unidos; o que ele queria mesmo era voltar para o Brasil e aqui permanecer.

Acompanhamos bastante a introdução do parlamentarismo. E vai aqui uma confissão: algumas vezes até sabotamos o parlamentarismo, para que, evidentemente, viesse o JK-65, que só não veio porque não houve eleição; veio o 64 antes.

Olavo Drumont, que aqui está, viu o Presidente defender-me quando a ilustre figura de São Paulo se admirava de eu ter sido nomeado Presidente da Eletrobrás. Ele disse: "Ele vai dar conta do recado, porque eu o conheço. E será um grande Presidente". Disse isso 48 horas antes de falecer, na casa da Manchete, em São Paulo.

Desse modo, sempre relembro Juscelino com carinho fraterno. Foi colega do meu pai, em 1935, como Deputado. Foi Prefeito de Belo Horizonte, Governador de Estado, Presidente da República, mas nunca deixou de ser um homem bom, um homem com as características marcantes do notável administrador. Era muito melhor administrador do que político, embora tenha sido um grande político.

Neste momento, fico extremamente feliz por ouvir um dos oradores ilustres falar do motivo por que Juscelino conseguiu vir para Brasília. Juscelino só conseguiu vir para aqui porque acreditava na construção de Brasília – e nós outros não acreditávamos – e porque a força de sua crença venceu todos aqueles incrédulos. Brasília se construiu pela sua vontade e pela sua coragem.

Portanto, todas as homenagens que fizermos a Juscelino ainda serão muito pouco. Mas cumpre que o Senado, a Presidência da República, o Governo do

Distrito Federal, juntando-se a outros Governos, como o de Minas Gerais, o de Goiás, o da Bahia e o de muitos outros, formem uma comissão importante para o centenário de Juscelino Kubitschek como uma grande figura deste País. (Palmas.)

Nesse sentido, como Presidente do Senado e do Congresso Nacional, vou-me dirigir ao Presidente da República e a essas autoridades citadas. Aqui estamos com Maristela, com Anna Christina, com netas do nosso querido Presidente, com Paulo Octávio, com Rodrigo, sempre correto e fiel com o seu sogro, merecendo dele a maior estima, já que, nos momentos difíceis, sempre esteve junto com ele.

Lembro-me também que, muitas vezes, o Presidente escrevia para mim, no Governo da Bahia ou na Prefeitura Municipal, para cuidar de assuntos corretos e decentes de empresas em que se encontravam pessoas amigas e que nunca tiveram favor de Governo.

Por esse motivo, como disse o Senador José Roberto Arruda, esta homenagem já é o início das comemorações dos 100 anos de Juscelino Kubitschek. Vamos fazê-las cada vez maiores. Ninguém mais do que ele merece. E por causa desse merecimento atendi ao apelo de Márcia e de Maristela, para que se reeditasse este livro que é dele: **Por que construí Brasília?**. Nesse livro há depoimentos importantes do Presidente. Esse livro merece ser lido, porque a sua memória deve ficar sempre acesa. Para ele, pode-se dizer aquilo que João Mangabeira disse de Rui Barbosa: "Salve Sol!". E o sol de Juscelino continua a iluminar o País.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a me permitisse a entrega da foto em que é retratado o exato momento em que o Presidente Juscelino Kubitschek foi interpelado por Toniquinho e o Prefeito de Jataí e prometeu mudar a Capital. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Quero comunicar aos senhores convidados que esse livro será distribuído, em seguida, na sala que fica ao lado do plenário, para que todos os convidados tenham um exemplar de **Por que construí Brasília**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Suspendo a sessão para cumprimentos.

(Suspensa às 16 horas e 31 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 58 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Está reaberta a sessão.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 799, DE 2000 – CN (Nº 1.255/2000, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de V. Ex^{as}, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Interino, o texto do Projeto de Lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor de R\$3.970.000,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente”.

Brasília, 12 de setembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM nº 220 /MP

Brasília, 08 de setembro de 2000.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Tribunal de Contas da União solicita a abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), no valor de R\$ 3.970.000,00 (três milhões, novecentos e setenta mil reais), conforme detalhamento a seguir:

R\$1,00			
Item	Natureza	Suplementação	Cancelamento
Tribunal de Contas da União – TCU			
2002.0181 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	Corrente Capital	700.000	130.000
2003.0109 – Ativos de Informática	Corrente	1.200.000	
2010.0397 – Assistência Pré – Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	Corrente	70.000	
2004.0241 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	Corrente	2.000.000	
2000.0253 – Manutenção de Serviços Administrativos	Corrente		3.540.000
2012.0415 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	Corrente		300.000
TOTAL		3.970.000	3.970.000

2. A suplementação em pauta visa a atender ao pagamento de despesas com: assistência médica e odontológica prestada aos servidores, serviços terceirizados como limpeza e conservação de bens imóveis, teleprocessamento de dados e auxílio pré-escolar.

3. O pleito viabilizar-se-á mediante projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, por se tratarem de recursos resultantes do cancelamento de dotações orçamentárias, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição, e em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

4. O crédito em questão decorre de solicitação formalizada pelo Tribunal de Contas da União, por intermédio do Ofício nº 70/2000 – Segedam, de 11 de julho de 2000.

5. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento da solicitação do órgão, razão pela qual submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, – **Guilherme Gomes Dias**,
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Interino.

PROJETO DE LEI Nº 24, DE 2000-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor do R\$3.970.000,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), em favor do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor de R\$3.970.000,00 (três milhões, novecentos e setenta mil reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Brasília, de de 2000.

[illegible]

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
O Ministério da Defesa solicita a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), em favor do

Comando do Exercício, no valor de R\$25.139.872,00 (vinte e cinco milhões, cento e trinta e nove mil, oitocentos e setenta e dois reais).

2. A presente solicitação visa a possibilitar a aquisição de oito helicópteros de transporte do tipo "Cougar" e a prestação de serviços relacionados à sua manutenção.

3. A fim de viabilizar tais aquisições e a contratação dos serviços, o Senado Federal autorizou, por intermédio da Resolução nº 43, de 2000, a contratação de operação de crédito externa, no valor de US\$97,855,732.20 (noventa e sete milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e trinta e dois dólares americanos e vinte centavos), entre a República Federativa do Brasil e o Banque Nationale de Paris – BNP.

4. O financiamento em questão refere-se ao Contrato Camercial, sendo que, do montante da operação, 85% constituem-se crédito ao comprador e 15% são relativos ao sinal. Esta última parcela, também a ser financiada, constitui-se objeto da presente solicitação.

5. Portanto, os recursos necessários a abertura do referido crédito, relativos aos 15% de sinal, são oriundos do ingresso de operação de crédito externa.

6. A programada contida no presente crédito foi registrada pelo Ministério da Defesa, no Sistema Integrado de Dados Orçamentários – SIDOR, por intermédio do ofício eletrônico nº MD/11, de 29 de agosto de 2000.

7. O crédito em pauta viabilizar-se-á mediante projeto de lei, a ser submetido ao Congresso Nacional, estando em conformidade com o que prescreve o art. 167, inciso V, da Constituição, e o art. 43, § 1º, inciso IV, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

8. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento do pleito, razão pela qual submeto a elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente. – **Guilherme Gomes Dias**,
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Interino.

PROJETO DE LEI Nº 25, DE 2000-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$25.139.872,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), em favor do Mi-

nistério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$25.139.872,00 (vinte e cinco milhões, cento e trinta e nove mil, oitocentos e setenta e dois reais), para atender à programação constante do anexo desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de ingresso de operação de crédito externa.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2000.

ÓRGÃO: 5200 - MINISTÉRIO DA DEFESA

UNIDADE: 5223 - COMANDO DO EXERCÍCIO

ANEXO				CRÉDITO SUPLEMENTAR								
PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAR				RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ LÍQ								
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO		SUBTÍTULO	PRODUTO	E	G	M	F	VALOR		
						S	N	O	T			
						F	D	D	U	E		
Nº 25 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXERCÍCIO BRASILEIRO											25.139.872	
PROJETO												
05 153	0025 300	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO EXERCÍCIO								25.139.872		
05 153	0025 300 001	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO EXERCÍCIO - NACIONAL								25.139.872		
TOTAL - FISCAL						F	4	000	00	0	100	25.139.872
TOTAL - SEGURIDADE											0	
TOTAL - GERAL											25.139.872	

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.969, DE 11 DE MAIO DE 2000

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2000.

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 2000

Autoriza a União a contratar operação do crédito externo, no valor de US\$97,855,732.20 (noventa e sete milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e trinta e dois dólares norte-americanos e vinte centavos), do principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banque Nationale, de Paris – BNP, destinada ao financiamento de importações de oito helicópteros "Cougar" e serviços a serem fornecidos pela Eurocopter S.A.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964**Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.**

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 3-6-64).

§ 1º Considerem-se recursos para fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 3-6-64).

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior (Veto rejeitado no D.O. 3-6-64).

II – o proveniente de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 3-6-64).

III – as resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizadas em lei; (Veto rejeitado no D.O. 3-6-64).

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las (Veto rejeitado no D.O. 3-6-64).

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 3-6-64).

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês à mês entre a arrecadação prevista a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 3-6-64).

§ 4º Para fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 3-6-64).

(À comissão mista de planos, orçamentos públicos e fiscalização.)

**MENSAGEM Nº 801, DE 2000-CN
(Nº 1.257/2000, na origem)**

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto a elevada deliberação de Vossas Exce-

lências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Interino, o texto do projeto de Lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor de R\$52.200.000,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente".

Brasília, 12 de setembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM nº 222/MP

Brasília, 08 de setembro de 2000.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar solicitação de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), no valor de R\$ 52.200.000,00 (cinquenta e dois milhões e duzentos mil reais), em favor do Ministério das Relações Exteriores.

2. O crédito pleiteado objetiva promover ajustes no orçamento vigente da Administração direta do Órgão, conforme discriminado a seguir:

Órgão/Programação	Suplementação	Origem
Ministério das Relações Exteriores		
Administração direta		
- Representação Diplomática e Consular no Exterior	50.200.000	
- Aquisição de Equipamentos e Mobiliário para Embaixadas e Consúls	2.000.000	
Subtotal	52.200.000	
Excesso de Arrecadação		20.000.000
Superávit Financeiro da União		32.200.000
TOTAL GERAL	52.200.000	52.200.000

3. A presente solicitação visa ao atendimento de despesas com a Representação Diplomática e Consular no Exterior, com destaque para as despesas contratuais assumidas pelos postos de representação do Governo brasileiro. Destina-se, também, à cobertura de despesas com a participação de diplomatas e técnicos em reuniões internacionais, bem como a outras decorrentes da movimentação do pessoal integrante do serviço exterior.

4. Os recursos contidos no crédito em questão e sua respectiva aplicação foram registrados no Sistema de Dados Orçamentários – SIDOR, por intermédio do Ofício Eletrônico nº 02/MRE, de 31 de julho de 2000.

5. O crédito viabilizar-se-á mediante projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, com recursos oriundos do excesso de arrecadação de recursos não-financeiros diretamente arrecadados e do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 1999, obedecendo as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição, e em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

6. Em cumprimento ao disposto no art. 17, § 7º, da Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999 (LDO – 2000), demonstra-se, no quadro a seguir, o excesso de arrecadação das receitas diretamente arrecadadas:

Descrição	Arrec. até Agosto/2000 (a)	Estimado Set. a Dez. 2000 (b)	Previsto LOA 2000 (c)	Em R\$ mil
				Excesso de Arrecadação (a + b - c)
1122.01.00 – Emolumentos Consúls	39.299	21.606	40.905	20.000
TOTAL GERAL	39.299	21.606	40.905	20.000

7. Nessas condições, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,


GUILHERME GOMES DIAS
Ministro de Estado do
Planejamento, Orçamento e Gestão, Interino

PROJETO DE LEI Nº 26, DE 2000 – CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor de R\$52.200.000,00, para reforço de dotações constantes do Orçamento vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor de R\$52.200.000,00 (cinquenta e dois milhões e duzentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação de:

I – excesso de arrecadação de recursos não-financeiros diretamente arrecadados, no valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); e

II – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União, no exercício de 1999, no valor de R\$32.200.000,00 (trinta e dois milhões e duzentos mil reais).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, de de 2000.

ORÇAO : 35000 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES
UNIDADE : 35101 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES

ANO			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROPOSTA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P	O D	N O D	I U	F T E	VALOR	
0600 RELACOES DO BRASIL COM ESTADOS ESTRANGEIROS E ORGANIZACOES INTERNACIONAIS									52.200.000
ATIVIDADES									
07 122	0000 4000	ANEXICO DE EMPREENDIMENTOS E MOBILIZACAO PARA REALIZACAO E COMBUSTAO						2.000.000	
07 122	0000 4000 0001	ANEXICO DE EMPREENDIMENTOS E MOBILIZACAO PARA DINAMIZACAO E COMBUSTAO - NACIONAL (EMPREENHAMENTO ACIONARIO (INICIATIVA) 1000)	F	4-INV	00	0	100	2.000.000	
07 211	0000 1000	REPRESENTACAO DIPLOMATICA E COMBUSTAO NO EXTERIOR						50.200.000	
07 211	0000 1000 0000	REPRESENTACAO DIPLOMATICA E COMBUSTAO NO EXTERIOR - NACIONAL	F	4-INV	00	0	100	10.000.000	
			F	4-INV	00	0	100	22.200.000	
TOTAL - FISCAL									52.200.000
TOTAL - SEGURANCE									0
TOTAL - SEM									52.200.000

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.969, DE 11 DE MAIO DE 2000

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2000.

LEI Nº 9.811, DE 28 DE JULHO DE 1999

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2000 e dá outras providências.

Art. 17. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão as projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que as justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos.

§ 2º Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizadas na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Orçamento e Gestão ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclui a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais a respectivos subtítulos atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, a Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

§ 4º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito edicional.

§ 5º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 6º Os créditos adicionais aprovados pela Câmara Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 7º Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de qua tratam as §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para a

exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata a art. 7º, § 1º, inciso VI, desta lei.

§ 8º O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de pagamentos mensais, nos termos do art. 77 desta lei.

§ 9º (Vetado)

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

I – O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

II – Os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

III – Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

IV – O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, canjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

(À Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

MENSAGEM Nº 802, DE 2000 – CN (Nº 1.258/2000, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Interino, o texto do projeto de lei que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$154.423.995,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente".

Brasília, 12 de setembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM nº 224/MP

Brasília, 8 de setembro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar solicitação de abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), no valor de R\$154.423.995,00 (cento e cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e vinte e três mil, novecentos e noventa e cinco reais), em favor do Ministério Público da União.

2. O crédito em questão tem por objetivo complementar a dotação de pessoal e encargos sociais, que se encontra insuficiente, de modo a cobrir tais despesas até o mês de novembro próximo e decorre de solicitação formalizada por intermédio do Ofício PGR/GAB/nº 350, de 2 de junho de 2000.

3. Os recursos necessários ao atendimento do pleito acima mencionado decorrerão do superávit financeiro, apurado em Balanço Patrimonial da União de 1999.

4. Esclareço, por oportuno, que a solicitação em referência será viabilizada mediante projeto de lei, a ser submetido a apreciação do Congresso Nacional, e está amparada nas disposições contidas no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

5. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento do pleito, razão pela qual submeto à elevada consideração de Vossa Excelência a anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente. – **Guilherme Gomes Dias,**
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Interino.

PROJETO DE LEI Nº 27, DE 2000 – CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$154.423.995,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$154.423.995,00 (cento e cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e vinte e três mil, novecentos e noventa e cinco reais), para atender às programações constantes do Anexo desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do superávit financeiro, apurado em Balanço Patrimonial da União de 1999.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2000.

ORÇAO : 34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
UNIDADE : 34101 - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ORÇAMENTO		DETALHAMENTO									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TOME AS FOLHAS - R\$ 1,00									
FUNÇÃO, PROPOSTA	PROPOSTA/PROPOSTA/PROPOSTA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	VALOR
0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO		19.878.000									
00 070 0000 0000		5.916.000									
00 070 0000 0000		5.916.000									
0001 DESPESA DA ORDEM JUDICIÁRIA		96.808.000									
00 001 0001 0001		96.808.000									
00 001 0001 0001		96.808.000									
00 001 0001 0001		96.808.000									
TOTAL - FICHA		96.808.000									
TOTAL - RESERVA		96.808.000									
TOTAL - GLOBA		96.808.000									

ORÇAO : 34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
UNIDADE : 34102 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

ORÇAMENTO		DETALHAMENTO									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TOME AS FOLHAS - R\$ 1,00									
FUNÇÃO, PROPOSTA	PROPOSTA/PROPOSTA/PROPOSTA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	VALOR
0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO		2.804.000									
00 070 0000 0000		1.000.000									
00 070 0000 0000		1.804.000									
0001 DESPESA DA ORDEM JUDICIÁRIA		6.081.071									
00 001 0001 0001		6.081.071									
00 001 0001 0001		6.081.071									
00 001 0001 0001		6.081.071									
TOTAL - FICHA		6.081.071									
TOTAL - RESERVA		6.081.071									
TOTAL - GLOBA		6.081.071									

ORÇAMENTO		DETALHAMENTO									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TOME AS FOLHAS - R\$ 1,00									
FUNÇÃO, PROPOSTA	PROPOSTA/PROPOSTA/PROPOSTA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	VALOR
0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO		4.708.000									
00 070 0000 0000		4.708.000									
00 070 0000 0000		4.708.000									
0001 DESPESA DA ORDEM JUDICIÁRIA		19.897.716									
00 001 0001 0001		19.897.716									
00 001 0001 0001		19.897.716									
00 001 0001 0001		19.897.716									
TOTAL - FICHA		19.897.716									
TOTAL - RESERVA		19.897.716									
TOTAL - GLOBA		19.897.716									

ORÇAMENTO		DETALHAMENTO									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TOME AS FOLHAS - R\$ 1,00									
FUNÇÃO, PROPOSTA	PROPOSTA/PROPOSTA/PROPOSTA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	VALOR
0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO		9.708.000									
00 070 0000 0000		5.708.000									
00 070 0000 0000		4.000.000									
0001 DESPESA DA ORDEM JUDICIÁRIA		96.187.016									
00 001 0001 0001		96.187.016									
00 001 0001 0001		96.187.016									
00 001 0001 0001		96.187.016									
TOTAL - FICHA		96.187.016									
TOTAL - RESERVA		96.187.016									
TOTAL - GLOBA		96.187.016									

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.969, DE 11 DE MAIO DE 2000

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2000.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO, de 3-6-64)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DO, 3-6-64)

I – O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DO, de 3-6-64)

II – os provenientes do excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DO, de 3-6-64)

III – as resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no DO, de 3-6-64)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO, de 3-6-64)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO, 3-6-64)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO, de 3-6-64)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO, de 3-6-64)

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

MENSAGEM Nº 803, DE 2000 – CN
(Nº 1.259/2000, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Interino, o texto do projeto de lei que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário, crédito suplementar no valor global de

R\$13.439.278,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos".

Brasília, 12 de setembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 225/MP

Brasília, 8 de setembro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Diversos Órgãos do Poder Judiciário solicitam a abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), no valor global de R\$13.439.278,00 (treze milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, duzentos e setenta e oito reais), destinada ao atendimento de despesas de naturezas diversas, na forma descrita a seguir:

	\$ 1,00
ÓRGÃOS	VALOR
Supremo Tribunal Federal.....	2.200.000
Justiça do Trabalho.....	2.787.328
Justiça Federal.....	2.435.026
Justiça Eleitoral.....	6.016.924
TOTAL RS.....	13.439.278

2 – O crédito em questão decorre de solicitações apresentadas e justificadas por intermédio dos Ofícios Eletrônicos de nºs 2, 139, 2.984 e 2.986, de 31 de julho de 2000, e que foram registrados no Sistema Integrado de Dados Orçamentários – SIDOR.

3 – Os recursos propostos para o Supremo Tribunal Federal visam substituição dos veículos que servem aos Ministros e ao atendimento de despesas com assistência médica e odontológica, cuja dotação atual é insuficiente para fazer face às despesas do exercício corrente, em função de provimento, por concurso público, de cargos vagos e conseqüente aumento do número de beneficiários.

4 – O remanejamento de recursos da Justiça do Trabalho possibilitará o atendimento de despesas de custeio administrativo de diversos tribunais, no que concerne a sua regular manutenção, prestação de benefícios legais aos magistrados e servidores e

ações de informática. Tal suplementação justifica-se devido às emendas supressivas efetivadas pelo Congresso Nacional no Projeto de Lei Orçamentária para 2000, aos reajustes de contratos, baseados na lei de licitações, ao aumento sistemático das tarifas públicas, bem como aos prejuízos provocados pelas intensas chuvas no Estado de Alagoas, que alagaram as instalações de algumas Varas do Trabalho.

5 – Quanto à Justiça Federal, os recursos serão destinados a diversas unidades, para o atendimento de despesas com aquisição de terrenos para estacionamento junto à Seção Judiciária de Fortaleza – CE, manutenção dos serviços de transporte, conservação de bens imóveis, instalação de divisórias e de um elevador para atender aos idosos e deficientes físicos, programas com estagiários, manutenção de equipamentos de informática e sistemas existentes, assistência médica e odontológica e aquisição de 5 (cinco) veículos utilitários para atender ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

6 – A Justiça Eleitoral pretende adequar o orçamento do órgão, por meio de remanejamento de recursos, destinando-os às despesas com manutenção (vigilância, limpeza, energia, água, condomínio, equipamentos), locação de imóveis, contratos de informática, despesas médicas e odontológicas com servidores, construção de imóveis, mudança de sede de alguns tribunais regionais, aquisição de mobiliário, equipamentos e veículos, utilização do excesso de arrecadação da receita própria do Fundo Partidário destinado aos partidos políticos e aquisição de veículo utilitário para atender ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, que não possui grupo de despesa necessário à efetivação da compra em sua programação.

7 – Os recursos necessários ao atendimento do pleito serão provenientes de:

I – cancelamento parcial de dotações orçamentárias, no montante de R\$8.743.066,00 (oito milhões, setecentos e quarenta e três mil, sessenta e seis reais); e

II – excesso de arrecadação de receita do Fundo Partidário, no valor de R\$4.696.212,00 (quatro milhões, seiscentos e noventa e seis mil, duzentos e doze reais).

8 – Em atendimento ao disposto no art. – , § 7º, da Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999 (LDO – 2000), demonstra-se, no quadro a seguir, a reestimativa de arrecadação da receita própria do Fundo Partidário para o corrente exercício:

R\$ 1,00				
ÓRGÃO/UNIDADE/NATUREZA DA RECEITA	FONTE	LEI 2000	REESTIMATIVA	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
Justiça Eleitoral Fundo Partidário 1919.06.00 - Multas do Código Eleitoral e Leis Conexas	150	5.346.000,00	10.042.213,00	4.696.212,00

9 – A abertura do crédito viabilizar-se-á por meio de projeto de lei a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, estando em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e em consonância com o que prescreve o art. 167, inciso V, da Constituição.

10 – Nessas condições, e observando o disposto no **caput** do art. 99 da Constituição, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, – **Guilherme Gomes Dias**,
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Interino.

PROJETO DE LEI Nº 28, DE 2000 – CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Judiciário, crédito suplementar no valor global de R\$13.439.278,00, para reforço do dotações consignadas nos vigentes orçamentos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), em favor do Supremo Tribunal Federal, Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça do Trabalho, crédito suplementar no valor global de R\$13.439.278,00 (treze milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, duzentos e setenta e oito reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são provenientes de:

I – cancelamento parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$8.743.066,00 (oito milhões, setecentos e quarenta e três mil, sessenta e seis reais), conforme indicado no Anexo II desta lei; e

II – excesso de arrecadação do Fundo Partidário, no valor de R\$4.696.212,00 (quatro milhões, seiscentos e noventa e seis mil, duzentos e doze reais).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, de de 2000.

CUNIAS : 18000 - JUSTICA DO TRABALHO
LIMBADE : 35103 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

REG 1	CREDITE SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TRABAHO AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROFESIONISTO	PROFESIONALES/ESTUDIANTE/PROFESOR	CATEGORIA					VALOR
			A	B	C	D	E	
0671	PRESTACI3N JURISDICCIONAL TRABAJALISTA							172.42
		ESTUDIANTE						
06 122	0671 0001	UNIVERSIDAD DE SERVICIOS DE TRANSPORTE						36.00
06 122	0671 0001 0002	UNIVERSIDAD DE SERVICIOS DE TRANSPORTE - NACIONAL	F	3-OTC	50	0	500	36.00
06 126	0671 0003	ACADEMIA DE INFORMATICAS						360.42
06 126	0671 0003 0003	ACADEMIA DE INFORMATICAS - NACIONAL	F	3-OTC	50	0	500	360.42
TOTAL - FISCAL								172.42
TOTAL - SEGURIDAD								
TOTAL - TOTAL								172.42

BRAS : 18000 - JUSTICA DE TRABALHO
UNIDADE : 15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24. REGIAO - SAC PAULO

REC 1	CRISE SUPLENTO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	RECURSOS DE XING AS PONTES - R\$ 1,00

FAC.		PREPAREDADO	PREPAREDADO/CONTABILIZADO	E S T A D O M E T R O					VALOR
0671 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									1.100,00
ATIVIDADES									
06 102	0671 0001	SERVICIOS DE SERVIDOR DE TRANSPORTE							40,00
06 102	0671 0001 0001	MANUTENCAO DE SERVIDOR DE TRANSPORTE - NACIONAL		P	0-CC	60	0	100	100,00
06 102	0671 0002	SERVICIOS E OBRIGACOES DE BOM BEBIDO							210,00
06 102	0671 0002 0002	SERVICIOS E OBRIGACOES DE BOM BEBIDO - NACIONAL		P	0-CC	60	0	100	210,00
06 200	0671 0010	AGILIZACAO DE AGUAS DE SANEAMENTO E EPIFANESIA							600,00
06 200	0671 0010 0010	AGILIZACAO DE AGUAS DE SANEAMENTO E EPIFANESIA - NACIONAL		P	0-CC	60	0	100	600,00
06 301	0671 0011	AGILIZACAO DE AGUAS DE SANEAMENTO E EPIFANESIA							114,00
06 301	0671 0011 0011	AGILIZACAO DE AGUAS DE SANEAMENTO E EPIFANESIA - NACIONAL		P	0-CC	60	0	100	114,00
TOTAL - FICHA									1.100,00
TOTAL - SUBTOTAL									
TOTAL - GERAL									1.100,00

UNIAS : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIAS : 15104 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3A. REGIAO - NITROS CORAIS

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TIPO A5 POWER - Nº 1,00

PAC.	PRESTACAO	FORMA DE PRESTACAO	VALOR				
			EST.	CON.	MOD.	TU.	FE.
0071	PRESTACAO JURISDICCIONAL TRANSMISTA						780.000
		ATIVIDADES					
00 121	0071 0000	ADMINISTRACAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS					400.000
00 122	0071 0000 0000	CONFERENCIA DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	F	3-OTC	00	0	100
							400.000
00 123	0071 0000	INVESTIGACAO E CONSERVACAO DE BENS MATERIAIS					100.000
00 140	0071 0000 0000	INVESTIGACAO E CONSERVACAO DE BENS MATERIAIS - NACIONAL	F	3-OTC	00	0	100
							100.000
00 150	0071 0000	AÇAO DE INFORMACAO					60.000
00 160	0071 0000 00 10	AÇAO DE INFORMACAO - NACIONAL	F	3-OTC	00	0	100
							60.000
00 191	0071 0000	ADMINISTRACAO GERAL E ORÇAMENTACAO DOS SERVICOS, DEPARTAMENTOS E UNIDADES					300.000
00 200	0071 0000 0000	ADMINISTRACAO GERAL E ORÇAMENTACAO DOS SERVICOS, DEPARTAMENTOS E UNIDADES - NACIONAL	F	3-OTC	00	0	100
							300.000
		TOTAL - FISCAL					1000.000
		TOTAL - SEGURANCA					300.000
		TOTAL - DEMAS.					780.000

OCASO : 1988 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 46107 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14. REGIÃO - PERNAMBUCO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAR) REVISÃO DE 2016 21 DE ABRIL - p. 1.0

ANEXO	PRESTACIÃO	PERMANENTE/PROTATAPRELU	RE TAR	OR DO	NU M	PA TE	VALOR
0071	PRESTACAO JURISCONSULTA TRABALHISTA						70.000
		ATIVIDADE					
01 101	0071 0000	INTERVENÇÃO E ORIENTAÇÃO DE BOM INDI					10.000
02 102	0071 0000 0000	INTERVENÇÃO E ORIENTAÇÃO DE BOM INDI	F	0-000	00	0	100
							10.000
TOTAL - PRELU							70.000
TOTAL - ORIENTACAO							
TOTAL - 0000							70.000

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15114 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12a. REGIAO - PARANAI

ANEXO I	DETALHAMENTO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000

[illegible]

UNIDADE : 1918 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª. REGIÃO - CAMPINAS-SP

MEMO) DATE: 3/2/68

MEMORANDUM FOR THE DIRECTOR, FBI (100-388610) (P) SUBJECT: [REDACTED]

PRESTADOR DE SERVICIO (BUSCAR EN PLANOS)			DETALLE DE LOS SERVICIOS						
APC.	PRESTATOR	PRESTAC/NO/DEPT/ALP/PROYNO	E S S E N C I A L	S E N O	U B I C O	L I B R O	P T E	V A L O R	
0071	PRESTAC JURISDICCIONAL TRABAJISTA							148.00	
		ACTIVIDADES							
02	0071 0000	ACTOS DE INFORMATICA						148.00	
02	0071 0000 0000	ACTOS DE INFORMATICA - FICHAJE	F	4-DIA	SE	0	100	148.00	
SERV. - FICHAJE								148.00	
SERV. - SUBMUNIC									
TOTAL - SERV.								148.00	

ORGÃO : PRGO - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15120 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª. REGIÃO - ALABAMA

QUILTER : 4044 - TRIMMING, CONSIDERED BY TRIMMING ON 12A, PERIOD - ALABAMA
 INFO : _____ DATE: 12/15/84

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)				MOMENTO DE TEMPO EM HORAS - 48 HRS				
FUN.	PROFISSAO	PROFISSIONAL SUPLENTE	IN S P	R E D	N O D	E R E	F E T	VALOR
0671	PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA							74.000
06 152	0671 1000	ATIVIDADES						74,00
06 152	0671 1002 0000	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS MATERIAIS						74,00
06 152	0671 1002 0000	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS MÓVEIS - MATERIAL	F	3-00C	00	0	100	74,00
TOTAL - FUNDA.								74,00
TOTAL - SUBTOTAL								
TOTAL - GERAL								74,00

UNIDADE : 18121 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª. REGIÃO - SÍNTESE

4-58 | CRYPTO SYSTEMS

PROGRAMA DE TRABALHOS (SUPLEMENTACAO)				RECURSOS DE TEMPO EM HORAS - DE 1.º			
PER.	PERIODETIC	PERMANECENDO/ESTRUTURACAO	CEP	AM	PM	PT	VALOR
0071 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRAMITISTA							00,00
		ATIVIDADES					
00 002	0071 0001	MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES					00,00
00 002	0071 0001 0001	MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL	F	4-00	00	C	00,00
TOTAL - FICHA							00,00
TOTAL - SUBPROG							
TOTAL - ORCA							00,00

ORÇAO : 10000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 10105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª. REGIÃO - MATO GROSSO DO SUL

ORÇÃO SUPLEMENTAR		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
PAC.	PROPOSTA	PROPOSTA/DO/DETERMINAÇÃO	1	2	3	4	5	VALOR
0071 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA								33.000
		ATIVIDADES						
02 300	0011 0012	ANEXO ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS						33.000
02 300	0011 0012 0001	ANEXO ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3-000	00	0	100	33.000
TOTAL - FISCAL								33.000
TOTAL - SUBVENÇÃO								0
TOTAL - GERAL								33.000

ORÇAO : 10000 - SUPLENTO TRIBUNAL FEDERAL
UNIDADE : 10101 - SUPLENTO TRIBUNAL FEDERAL

ORÇÃO SUPLEMENTAR		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
PAC.	PROPOSTA	PROPOSTA/DO/DETERMINAÇÃO	1	2	3	4	5	VALOR
0085 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DO SUPLENTO TRIBUNAL FEDERAL								2.300.000
		ATIVIDADES						
02 100	0000 0000	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS						1.800.000
02 100	0000 0000 0007	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	F	3-000	00	0	100	1.800.000
02 100	0000 0000	ACÓES DE INFORMATICA						400.000
02 100	0000 0000 0111	ACÓES DE INFORMATICA - NACIONAL	F	3-000	00	0	100	400.000
02 100	0000 0012	ANEXO ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS						300.000
02 100	0000 0012 0110	ANEXO ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3-000	00	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL								2.800.000
TOTAL - SUBVENÇÃO								0
TOTAL - GERAL								2.800.000

ORÇAO : 10000 - JUSTIÇA FEDERAL
UNIDADE : 10101 - JUSTIÇA FEDERAL DO PRIMEIRO GRÃO

ORÇÃO SUPLEMENTAR		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
PAC.	PROPOSTA	PROPOSTA/DO/DETERMINAÇÃO	1	2	3	4	5	VALOR
0085 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL								130.200
		ATIVIDADES						
02 100	0000 0000	OPORTUNIDADE DE RECURSOS FINANCEIROS NA JUSTIÇA FEDERAL						130.200
02 100	0000 0000 0011	OPORTUNIDADE DE RECURSOS FINANCEIROS NA JUSTIÇA FEDERAL - NACIONAL	F	3-000	00	0	100	130.200
TOTAL - FISCAL								130.200
TOTAL - SUBVENÇÃO								0
TOTAL - GERAL								130.200

ORÇAO : 10000 - JUSTIÇA FEDERAL
UNIDADE : 10103 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 25ª. REGIÃO

ORÇÃO SUPLEMENTAR		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
PAC.	PROPOSTA	PROPOSTA/DO/DETERMINAÇÃO	1	2	3	4	5	VALOR
0085 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL								270.000
		ATIVIDADES						
02 301	0000 0000	ANEXO ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS						270.000
02 301	0000 0000 0007	ANEXO ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3-000	00	0	100	270.000
TOTAL - FISCAL								270.000
TOTAL - SUBVENÇÃO								0
TOTAL - GERAL								270.000

ORÇAO : 10000 - JUSTIÇA FEDERAL
UNIDADE : 10104 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 24ª. REGIÃO

ORÇÃO SUPLEMENTAR		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
PAC.	PROPOSTA	PROPOSTA/DO/DETERMINAÇÃO	1	2	3	4	5	VALOR
0085 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL								824.070
		ATIVIDADES						
02 100	0000 0000	ACÓES DE INFORMATICA						540.110
02 100	0000 0000 0110	ACÓES DE INFORMATICA - NACIONAL	F	3-000	00	0	100	540.110
02 100	0000 0000	OPORTUNIDADE DE RECURSOS FINANCEIROS NA JUSTIÇA FEDERAL						6.370
02 100	0000 0000 0000	OPORTUNIDADE DE RECURSOS FINANCEIROS NA JUSTIÇA FEDERAL - NACIONAL	F	3-000	00	0	100	6.370
02 300	0000 0012	ANEXO ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS						200.000
02 300	0000 0012 0000	ANEXO ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3-000	00	0	100	200.000
02 301	0000 0011	ANEXO TRANSPORTE DOS SERVIDORES E EMPREGADOS						200.000
02 301	0000 0011 0000	ANEXO TRANSPORTE DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3-000	00	0	100	200.000
02 300	0000 0010	ANEXO ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS						124.000
02 300	0000 0010 0000	ANEXO ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3-000	00	0	100	124.000
TOTAL - FISCAL								824.070
TOTAL - SUBVENÇÃO								0
TOTAL - GERAL								824.070

ORÇAO : 10000 - JUSTIÇA FEDERAL
UNIDADE : 10100 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 24ª. REGIÃO

ORÇÃO SUPLEMENTAR		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
PAC.	PROPOSTA	PROPOSTA/DO/DETERMINAÇÃO	1	2	3	4	5	VALOR
0085 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL								1.102.000
		ATIVIDADES						
02 100	0000 0000	ACÓES DE INFORMATICA						1.102.000
02 100	0000 0000 0111	ACÓES DE INFORMATICA - NACIONAL	F	3-000	00	0	100	1.102.000
TOTAL - FISCAL								1.102.000
TOTAL - SUBVENÇÃO								0
TOTAL - GERAL								1.102.000

ORÇAO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14102 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

ORÇÃO SUPLEMENTAR		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
PAC.	PROPOSTA	PROPOSTA/DO/DETERMINAÇÃO	1	2	3	4	5	VALOR
0070 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL								0.000
		ATIVIDADES						
02 301	0070 0011	ANEXO TRANSPORTE DOS SERVIDORES E EMPREGADOS						0.000
02 301	0070 0011 0000	ANEXO TRANSPORTE DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3-000	00	0	100	0.000
TOTAL - FISCAL								0.000
TOTAL - SUBVENÇÃO								0
TOTAL - GERAL								0.000

ORÇAO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14103 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ORÇÃO SUPLEMENTAR		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
PAC.	PROPOSTA	PROPOSTA/DO/DETERMINAÇÃO	1	2	3	4	5	VALOR
0070 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL								34.000
		ATIVIDADES						
02 100	0070 0000	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS						34.000
02 100	0070 0000 0000	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	F	3-000	00	0	100	34.000
TOTAL - FISCAL								34.000
TOTAL - SUBVENÇÃO								0
TOTAL - GERAL								34.000

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14106 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

ANEXO II	ORÇAMENTO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,80

[illegible]

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14109 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS

MEMO	CREDITO SUPPLEMENT
PROGRAMA DE TRABAJO (CANCELAMENTO)	PROCESO DE TRABAJO AL FONTE - (M) 00

ANEXO	PROPOSTA Nº	PROPOSTA/CONTRATO/EMPENHO	C E S P	M O D O	L I Q U I D	F I C E	VALOR
UNTO DESTA DO PROCESSO ELEITORAL							341.367,00
ATIVIDADES							
01 123	0070 3000	EMPENHO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS					332,70
02 123	0070 3000 0003	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	F	3-000	90	0	003
							332,70
01 102	0070 3001	EMPENHO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES					6,50
02 122	0070 3001 0003	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - NACIONAL	F	3-000	90	0	003
							6,50
01 300	0070 3010	ASSISTÊNCIA PRE-ESCOLAR AOS EMPENHOS DOS SERVIÇOS E EMPENHOS					1,00
02 300	0070 3010 0000	ASSISTÊNCIA PRE-ESCOLAR AOS EMPENHOS DOS SERVIÇOS E EMPENHOS - NACIONAL	F	3-000	90	0	000
							1,00
TOTAL - FICHA							341,367,00
TOTAL - EMPENHO							341,367,00

ORÇAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 16110 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

AMEND 11 CHANGED SUPPLEMENTAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00				
FUNC.	PROPOSTA	PROGRAMA/COM/INTT/PA/PROJETO	C E P	E D O	I M P	F I C	VALOR
0670 BASTAR DO PROCESSO ELEITORAL							11,000
ATIVIDADES							
02 121	0670 000	ORGANIZACAO E CONSERVACAO DE BOMBS ELETRONICOS					11,000
02 122	0670 000 0001	ORGANIZACAO E CONSERVACAO DE BOMBS ELETRONICOS - NACIONAL	1	4-000	50	5	100
TOTAL - FONTE							11,000
TOTAL - ORCAMENTO							0
TOTAL - GERAL							11,000

ENDEREÇO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14112 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

AMEND 11 CREDIT SUPPLEMENT

[illegible]

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14114 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

ANEXO II: CHECK TO SUPPLEMENTARY INFORMATION OF THE STATE OF MICHIGAN

PROGRAMA DE TRABALHO (CARGA/LUJERO)			RELACION DE TIEMPO EN HORAS - DE 1960						
POS.	PROYECTOS	PROGRAMA/PROYECTO/DEPARTAMENTO	E	S	H	M	T	VALOR	
			ST	ND	OD	TE			
0670 GESTAO DE PROCESSOS ELEITORAL								270.000	
ATIVIDADES									
02.122	0570 2006	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS						120.000	
02.122	0570 2002 0001	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - FISCAL	F	3-DEC	90	5	300	270.000	
TOTAL - FISCAL								270.000	
TOTAL - SUBORDINADO								0	
TOTAL - TOTAL								270.000	

GRUPO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14118 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI

ANEXO II ORDEM DE SUPLENTO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)				MÊSES DE JANEIRO A DEZEMBRO				
POC.	MODALIDADE	PROJETO/NOV/OUT/FEV/MAR/APR/M	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	VALOR
0570	GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL							5.412
		ATIVIDADES						
05 102	0570 1001	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES						5.411
05 122	0570 1001 0001	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - INICIAL	F	2-DEC	30	0	100	5.411
TOTAL - FICHA								5.411
TOTAL - SUBSIDIO								0
TOTAL - GERAL								5.411

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14119 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

44630 11 October 2014

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)				RESUMES DE TONS RE PONES - RE 1.01				
FDC		PROPOSTA	PROGRAMA/PROJETO/OPERAÇÃO	RECURSOS	ANEXO	MOD	ITEM	VALOR
0670 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL								630.770
ATIVIDADES								
DE 101	0670 000	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS						630.770
DE 122	0670 000 017	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - MATERIAL		F	3-000	00	0	300
TOTAL - PESSOAL								630.770
TOTAL - MATERIAIS								0
TOTAL - GERAL								630.770

UNICAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
NÚMERO : 14125 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORONIA

REC 11

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)				RECURSOS DE TIPO A E B - DE 1,00				
POS.	PREVISTO	RESPONSABILIDADE	E S F	B B D	B B D	B B D	F T E	VALOR
0070 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL								77.040
		ATIVIDADES						
DE 100	DE 100	ANÁLISE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS						77.040
DE 100	DE 100	ANÁLISE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	F	3-000	00	0	000	77.040 77.040
TOTAL - FISCAL								77.040
TOTAL - SUBTOTAL								
TOTAL - GERAL								77.040

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 16123 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

ANEXO 11	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABAJO (CANCELAMIENTO)	RECURSOS DE TODAS LAS FUENTES - \$4 1,00

FUNÇ.		PROBLEMATICA	PROBLEMA/CONSIDERAÇÕES/COMENT.	RECURSO	BR	GR	OR	DI	FE	VALOR
0670 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL										70.000
ATIVIDADES										
06 122	0670 2000	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS								56.000
02 122	0670 2000 0418	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL		F	3-000	80	0	100		35.000
06 122	0670 2001	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES								15.000
02 122	0670 2001 0813	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - NACIONAL		F	3-000	80	0	100		15.000
TOTAL - FISCAL										70.000
TOTAL - BOMBA D'ÁGUA										0
TOTAL - GERAL										70.000

ORGAO : 18000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 18101 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ANO 11	CREDITO SUPLENIMAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	RECURSOS DE TRABAHO E FORTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROBEMATICA	PROBAMA/HOC/SUB/TOTALPROBADO	W	B	D	D	S	E	VALOR
0071	PRESTACAO JURISDICCIONAL TRIBUNALISTA								172.421
		AT IVIDADES							
DE 123	0071 3001	COMPENSACAO DE SERVIDORES DE TRANSPORTES							50.000
DE 122	0071 3004 0025	MANUTENCAO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE - NACIONAL							25.000
									88.000
DE 108	0071 3006	AÇOS DE SUPERFÍCIE							162.421
DE 138	0071 3008 0163	AÇOS DE SUPERFÍCIE - NACIONAL							162.421
									162.421
		TOTAL - FISCAL							172.421
		TOTAL - SUBSIDIADA							
		TOTAL - GERAL							172.421

ORCAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15100 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24. REGIAO - SAO PAULO

PROGRAMA DE TRABAJO (GANGUENOS)

AN.	PROPOSTA/ID	PROPOSTA/CONTRATO/PROPOSTA/ANEXO	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	VALOR
0071 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA																			1.186.001
ATIVIDADES																			
00 100	0071 4000	CONFERENCIA DE PROPOSTAS FORMAS DE ATENDIMENTO TRABALHISTA																	69.514
00 100	0071 4000 0001	CONFERENCIA DE PROPOSTAS FORMAS DE ATENDIMENTO TRABALHISTA - NO INTERIO DO RIO DE JANEIRO																	69.514
00 101	0071 2000	ADMINISTRACAO DE PROPOSTAS E CONFERENCIA DAS PROPOSTAS, SELECCAO E OUTROS SERVIÇOS																	100.701
00 101	0071 2000 0000	ADMINISTRACAO DE PROPOSTAS E CONFERENCIA DAS PROPOSTAS, SELECCAO E OUTROS SERVIÇOS - NACIONAL																	100.701
00 101	0071 2000	ADMINISTRACAO DE PROPOSTAS E CONFERENCIA DAS PROPOSTAS, SELECCAO E OUTROS SERVIÇOS																	100.701
00 101	0071 2000 0001	ADMINISTRACAO DE PROPOSTAS E CONFERENCIA DAS PROPOSTAS, SELECCAO E OUTROS SERVIÇOS - NACIONAL																	100.701
00 101	0071 2000 0002	ADMINISTRACAO DE PROPOSTAS E CONFERENCIA DAS PROPOSTAS, SELECCAO E OUTROS SERVIÇOS - NACIONAL																	100.701
00 101	0071 2000 0003	ADMINISTRACAO DE PROPOSTAS E CONFERENCIA DAS PROPOSTAS, SELECCAO E OUTROS SERVIÇOS - NACIONAL																	100.701
00 101	0071 2000 0004	ADMINISTRACAO DE PROPOSTAS E CONFERENCIA DAS PROPOSTAS, SELECCAO E OUTROS SERVIÇOS - NACIONAL																	100.701
00 101	0071 2000 0005	ADMINISTRACAO DE PROPOSTAS E CONFERENCIA DAS PROPOSTAS, SELECCAO E OUTROS SERVIÇOS - NACIONAL																	100.701
00 101	0071 2000 0006	ADMINISTRACAO DE PROPOSTAS E CONFERENCIA DAS PROPOSTAS, SELECCAO E OUTROS SERVIÇOS - NACIONAL																	100.701
00 101	0071 2000 0007	ADMINISTRACAO DE PROPOSTAS E CONFERENCIA DAS PROPOSTAS, SELECCAO E OUTROS SERVIÇOS - NACIONAL																	100.701
00 101	0071 2000 0008	ADMINISTRACAO DE PROPOSTAS E CONFERENCIA DAS PROPOSTAS, SELECCAO E OUTROS SERVIÇOS - NACIONAL																	100.701
00 101	0071 2000 0009	ADMINISTRACAO DE PROPOSTAS E CONFERENCIA DAS PROPOSTAS, SELECCAO E OUTROS SERVIÇOS - NACIONAL																	100.701
00 101	0071 2000 0010	ADMINISTRACAO DE PROPOSTAS E CONFERENCIA DAS PROPOSTAS, SELECCAO E OUTROS SERVIÇOS - NACIONAL																	100.701
00 101	0071 2000 0011	ADMINISTRACAO DE PROPOSTAS E CONFERENCIA DAS PROPOSTAS, SELECCAO E OUTROS SERVIÇOS - NACIONAL																	100.701
00 101	0071 2000 0012	ADMINISTRACAO DE PROPOSTAS E CONFERENCIA DAS PROPOSTAS, SELECCAO E OUTROS SERVIÇOS - NACIONAL																	100.701
00 101	0071 2000 0013	ADMINISTRACAO DE PROPOSTAS E CONFERENCIA DAS PROPOSTAS, SELECCAO E OUTROS SERVIÇOS - NACIONAL																	100.701
00 101	0071 2000 0014	ADMINISTRACAO DE PROPOSTAS E CONFERENCIA DAS PROPOSTAS, SELECCAO E OUTROS SERVIÇOS - NACIONAL																	100.701
00 101	0071 2000 0015	ADMINISTRACAO DE PROPOSTAS E CONFERENCIA DAS PROPOSTAS, SELECCAO E OUTROS SERVIÇOS - NACIONAL																	100.701
00 101	0071 2000 0016	ADMINISTRACAO DE PROPOSTAS E CONFERENCIA DAS PROPOSTAS, SELECCAO E OUTROS SERVIÇOS - NACIONAL																	100.701
00 101	0071 2000 0017	ADMINISTRACAO DE PROPOSTAS E CONFERENCIA DAS PROPOSTAS, SELECCAO E OUTROS SERVIÇOS - NACIONAL																	100.701
00 101	0071 2000 0018	ADMINISTRACAO DE PROPOSTAS E CONFERENCIA DAS PROPOSTAS, SELECCAO E OUTROS SERVIÇOS - NACIONAL																	100.701
00 101	0071 2000 0019	ADMINISTRACAO DE PROPOSTAS E CONFERENCIA DAS PROPOSTAS, SELECCAO E OUTROS SERVIÇOS - NACIONAL																	100.701
00 101	0071 2000 0020	ADMINISTRACAO DE PROPOSTAS E CONFERENCIA DAS PROPOSTAS, SELECCAO E OUTROS SERVIÇOS - NACIONAL																	100.701
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = SUBTOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00
TOTAL = TOTAL																			1.000,00

 000000 : 1980 - JUSTICE DE YVES
 000000 : 1981 - JUSTICE DE YVES

PROGRAMA DE TRABAJO (CAMBIAMIENTOS) MAYO DE 1988

[illegible]

ORGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15167 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª. REGIÃO - PERMANÊNCIA

PROGRAMA DE TRABAJO (CANCELADO) REVISOR DE TRABAJO - No. 1, 1961

PLAC.	PROBADA 1954	ATENCION/INDE/AT/PLAC/PRODUTO	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	VALOR
0071 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA																			76,000
ATIVIDADES																			
DE 120	0071 2000	RECEBIMENTO E EMENDACAO DE BOM SERVIDOR																	76,000
DE 122	0071 2000 0001	RECEBIMENTO E EMENDACAO DE BOM SERVIDOR - INICIAL																	76,000
TOTAL - FICHA																			76,000
TOTAL - COMPLETOS																			
TOTAL - GERAL																			76,000

ORGAO : 18000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15114 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13A. REGIAO - PARANAI

FORMAÇÃO DE TRABALHOS (CANCELANTE)

[illegible]

ORIGEM : TBOG - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : TST - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª. REGIÃO - CAMPINAS-SP

<p> PROGRAMA DE TRABAJOS (CANCELACIONES) REQUERIDO DE TIEMPO DE PORTO = No 1,00 </p>	<p> DATE DE EXPIRACION </p>
---	------------------------------------

[illegible]

OSWALD : 19000 - JUSTICA DO TRABALHO
 OSWALD : 19100 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO DA 15A. REGIAO - ALABAMA

FORM 11 DATE 1/1/68
 PROGRAMS OF TRAINING (SCHEDULES) ADDRESS IN THIS REPORT - 1, 2

FISC.		PROGRAMA/TCO	PROYECTO/NOVO/OUTRO NAO/PROBLEMA	TPA	QTD	VAL	C	VAL	VALOR
0071 PRESTACAO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS									R\$ 3.000
ATV 0004									
00 100	0071 0001	MANUTENCAO DO EQUIPAMENTO DE TRANSMISSAO							-10,000
00 100	0071 0001 0000	MANUTENCAO DE EQUIPAMENTO DE TRANSMISSAO - MECANICA						1	-10,000
00 100	0071 0000	CUSTO DE SUBSTITUICAO						1	-10,000
00 100	0071 0000 0110	CUSTO DE SUBSTITUICAO - MECANICA						1	-10,000
TOTAL - PROJETA									74,000
TOTAL - SUBPROJETO									0
TOTAL - OBRA									74,000

ORIGEM : BOM - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 1512 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DE SP, 1501 - SUMULA

PROGRAMA DE TRABALHO (SAMPLING)

POS.	PRISPEVATEL	PRISPEVOK/PRIPLOMOK	POSLEDNOSTI					VLOGA
			1	2	3	4	5	
NETI PRISTAJANJE JAVNOSTNOGA VARNOSTI								
00,000								
OPREMA								
01	001	OPREMA ZA VARNOSTNO RAZISKOVANJE						00,000
01	001	OPREMA ZA VARNOSTNO RAZISKOVANJE - VARNOST	1	1	1	1	1	00,000
VARNOST - VARNOST								
00,000								
VARNOST - VARNOST								
0								
VARNOST - VARNOST								
00,000								

00000 : 00000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
 00000 : 00000 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 24 244 - 000000 - ALTO GRUPO DE 00

208 (1) FORM 208-100-100
PROGRAMME DE TRADUCTION (BILINGUE) (T79) REVISED BY TROU AT FORM - 10 1, 99

POS.	DESCRIPTION	PERIOD	DATE	AMOUNT	CREDIT	DEBIT	BALANCE
BETTER BUSINESS OPPORTUNITIES							25.000
ATTORNEY							
10	ATTORNEY	10/1/80	10/1/80	25.000			25.000
10	ATTORNEY	10/1/80	10/1/80	25.000			25.000
TOTAL - DEBIT							50.000
TOTAL - CREDIT							0
TOTAL - BALANCE							50.000

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.969, DE 11 DE MAIO DE 2000

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2000.

.....

.....

LEI Nº 9.811, DE 28 DE JULHO DE 1999

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2000 e dá outras providências.

.....

Art. 17. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que as justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos.

§ 2º Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizadas na lei orçamentária anual serão submetidas pelo Ministério do Orçamento e Gestão ao Presidente da República, acompanhadas da exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais e respectivos subtítulos atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos a respectivas exposições de motivos.

§ 4º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º Os créditos adicionais destinadas a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 6º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 7º Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste ar-

tigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 7º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 8º O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de pagamentos mensais, nos termos do art. 77 desta Lei.

§ 9º (Vetado.)

.....

.....

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidas: (Veto rejeitado no D.O. 3-6-1964).

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 3-6-1964).

II – as provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

III – as resultantes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 2º Entende-se por superávit financeira a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes do excesso de arrecadação, dedu-

zir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

MENSAGEM Nº 804, DE 2000 – CN

(Nº 1.260/2000, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, interino, o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e da Justiça Eleitoral, crédito especial no valor global de R\$ 2.535.566,00, para os fins que especifica".

Brasília, 12 de setembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM Nº 226/MP

Brasília, 8 de setembro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Poder Judiciário solicita a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), no valor global de R\$2.535.566,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis reais), destinado ao atendimento de despesas de naturezas diversas, beneficiando os Órgãos a seguir relacionados:

	R\$1,00
Órgãos	Valor
Justiça do Distrito Federal e Territórios	2.519.000
Justiça Eleitoral	16.566
Total	2.535.566

2. O crédito em questão decorre de solicitação apresentada e justificada por intermédio dos Ofícios Eletrônicos nºs 6.186, de 28 de julho de 2000, e 2.987, de 31 de julho de 2000, cujos pleitos foram registrados no Sistema Integrado de Dados Orçamentários – SIDOR, em 31 de julho de 2000.

3. A solicitação de crédito da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios visa à cobertura de despesas com a execução do projeto de ampliação de seu edifício-sede. A necessidade de se ampliar o espaço físico do prédio deu-se em virtude de previsão de aumento do número de desembargadores do Tribunal de Justiça. Desse modo, a proposta é de inclusão, no

orçamento de 2000, de um projeto específico para a resolução do problema.

4. O pleito da Justiça Eleitoral objetiva o pagamento de despesas de exercícios anteriores referentes ao projeto "Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima", cuja obra foi finalizada no exercício passado.

5. Os recursos necessários ao atendimento das solicitações são provenientes do cancelamento parcial de dotações dos próprios Órgãos, não acarretando prejuízos à execução das programações objeto dos cancelamentos, uma vez que foi decidido com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

6. A abertura do crédito viabilizar-se-á por meio de projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, estando em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e em obediência ao que prescreve o art. 167, inciso V, da Constituição.

7. Nessas condições, e observando o disposto no **caput** do art. 99 da Constituição, submeto a Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente. – **Guilherme Gomes Dias**,
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Interino.

PROJETO DE LEI Nº 29, DE 2000 – CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e da Justiça Eleitoral, crédito especial no valor global de R\$2.535.566,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e da Justiça Eleitoral, crédito especial no valor global de R\$2.535.566,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis reais), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento parcial de dotações dos próprios Órgãos, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2000.

ORÇAO : 16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
UNIDADE : 16101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

ORÇÃO I		ORÇÃO ESPECIAL	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
PAC.	PROGNÓSTICA	PROGNÓSTICO/RENTAL/PROVEDO	VALOR
0077	PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NO DISTRITO FEDERAL		2.519.000
PROJEÇÃO			
02 122	007 179	APLICAÇÃO DE EMPÉDIO-DESE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL	2.519.000
02 122	007 179 001	APLICAÇÃO DE EMPÉDIO-DESE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL - NO DISTRITO FEDERAL	2.519.000
TOTAL - FISCAL			
TOTAL - SUBVENÇÃO			
TOTAL - GERAL			

ORÇAO : 16000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14127 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

ORÇÃO I		ORÇÃO ESPECIAL	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
PAC.	PROGNÓSTICA	PROGNÓSTICO/RENTAL/PROVEDO	VALOR
0070	GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL		10.000
PROJEÇÃO			
02 122	070 100	CONTRIBUIÇÃO DE EMPÉDIO-DESE NO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA	10.000
02 122	070 100 001	CONTRIBUIÇÃO DE EMPÉDIO-DESE NO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA - NO DISTRITO DE RORAIMA	10.000
TOTAL - FISCAL			
TOTAL - SUBVENÇÃO			
TOTAL - GERAL			

ORÇAO : 16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
UNIDADE : 16101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

ORÇÃO I		ORÇÃO ESPECIAL	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
PAC.	PROGNÓSTICA	PROGNÓSTICO/RENTAL/PROVEDO	VALOR
0077	PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NO DISTRITO FEDERAL		2.519.000
PROJEÇÃO			
02 122	007 221	CONTRIBUIÇÃO DE EMPÉDIO-DESE DE FOMENTO DO DISTRITO FEDERAL - IF	1.000.000
02 122	007 221 001	CONTRIBUIÇÃO DE EMPÉDIO-DESE DE FOMENTO DO DISTRITO FEDERAL - IF - NO DISTRITO DO DISTRITO - IF	1.000.000
02 122	007 221 001	CONTRIBUIÇÃO DE EMPÉDIO-DESE DE FOMENTO DO DISTRITO FEDERAL - IF - NO DISTRITO DO DISTRITO - IF	1.000.000
02 122	007 221 001	CONTRIBUIÇÃO DE EMPÉDIO-DESE DE FOMENTO DO DISTRITO FEDERAL - IF - NO DISTRITO DO DISTRITO - IF	1.000.000
02 122	007 221 001	CONTRIBUIÇÃO DE EMPÉDIO-DESE DE FOMENTO DO DISTRITO FEDERAL - IF - NO DISTRITO DO DISTRITO - IF	1.000.000
TOTAL - FISCAL			
TOTAL - SUBVENÇÃO			
TOTAL - GERAL			

ORÇAO : 16000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14127 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

ORÇÃO I		ORÇÃO ESPECIAL	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
PAC.	PROGNÓSTICA	PROGNÓSTICO/RENTAL/PROVEDO	VALOR
0070	GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL		10.000
PROJEÇÃO			
02 122	070 200	CONTRIBUIÇÃO DE EMPÉDIO-DESE	10.000
02 122	070 200 001	CONTRIBUIÇÃO DE EMPÉDIO-DESE - NACIONAL	10.000
TOTAL - FISCAL			
TOTAL - SUBVENÇÃO			
TOTAL - GERAL			

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.969, DE 11 DE MAIO DE 2000

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para a exercício financeiro de 2000.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa o será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

I - O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

II - Os provenientes do excesso da arrecadação; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

III - Os resultantes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

IV - O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

(À Comissão Mista de Planos, Orçamento Público, e Fiscalização.)

**MENSAGEM Nº 805, DE 2000 – CN
(Nº 1.261/2000, na origem)**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, interino, o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de R\$59.418.078,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”.

Brasília, 12 de setembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM nº 227/MP

Brasília, 8 de setembro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério da Previdência e Assistência Social solicita a abertura de crédito suplementar ao orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), no valor de R\$59.418.078,00 (cinquenta e nove milhões, quatrocentos e dezoito mil, setenta e oito reais).

2. O presente crédito decorre de solicitação apresentada por intermédio do Aviso nº 186, de 12 de junho de 2000, visando a adequar o orçamento daquele Ministério às suas reais necessidades de execução, conforme detalhamento a seguir.

Unidade/Programa/Ação	Suplementação	Cancelamento
Instituto Nacional do Seguro Social Previdência Social básica Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários	46.200.000	
Fundo Nacional de Assistência Social Erradicação do Trabalho Infantil Concessão da Bolsa Criança-Cidadã Atendimento à Criança e ao Adolescente em Jornada Escolar Ampliada	11.519.626 1.698.452	
Reserva de Contingência		59.418.078
Total	59.418.078	59.418.078

3. No âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social, o reforço de dotação pleiteado permitirá o atendimento de despesas operacionais com processamento de dados de benefícios previdenciários.

4. A suplementação proposta para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, implementado pela Secretaria de Estado de Assistência Social por

meio do Fundo Nacional de Assistência Social, objetiva acelerar o processo de erradicação das formas perigosas e insalubres de trabalho infantil, garantir o retorno e/ou a permanência de crianças e adolescentes na escola e fora do trabalho, bem como proporcionar a um maior número de crianças e adolescentes a oportunidade de participar de atividades culturais, desportivas e de lazer, complementares à jornada do ensino regular.

5. Os recursos necessários ao atendimento do pleito em tela serão provenientes do cancelamento parcial da Reserva de Contingência.

6. A abertura de crédito viabilizar-se-á por meio de projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição, e em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento do pleito, razão pela qual submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, – **Guilherme Gomes Dias**,
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Interino.

PROJETO DE LEI Nº 30, DE 2000 – CN

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de R\$59.418.078,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de R\$59.418.078,00 (cinquenta e nove milhões, quatrocentos e dezoito mil, setenta e oito reais), para atender as programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento parcial da Reserva de Contingência, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2000.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.969, DE 11 DE MAIO DE 2000

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro do 2000.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais do Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será procedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

ORÇAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE : 33001 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROPOSTA	PROG./MOD./SUBPROG./PROJETO	E	S	M	F	VALOR
			1	2	3	4	
0063		PREVIDENCIA SOCIAL BASICA					46.300.000
01 000	0000 0001	SERVICO DE PRECATORIO DE BANCOS DE EMPFICATOS PREVIDENCIARIOS					46.300.000
01 000	0000 0001 0001	SERVICO DE PRECATORIO DE BANCOS DE EMPFICATOS PREVIDENCIARIOS - NACIONAL	5	0-002	00	0 01	46.300.000
		TOTAL - FISCAL					0
		TOTAL - SEMPRENHE					46.300.000
		TOTAL - GERAL					46.300.000

ORÇAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE : 33003 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROPOSTA	PROG./MOD./SUBPROG./PROJETO	E	S	M	F	VALOR
			1	2	3	4	
0066		EMERGENCIA DO TRABALHO INFANTIL					13.218.070
01 040	0000 0000	ATENDIMENTO A CRIANÇAS E AS ADOLESCENTES DE JORNADA ESCOLAR					1.000.462
01 040	0000 0000 0001	ATENDIMENTO A CRIANÇAS E AS ADOLESCENTES DE JORNADA ESCOLAR - APLICADA - NACIONAL	5	0-002	00	0 01	1.000.462
01 040	0000 0000	ATENDIMENTO A CRIANÇAS E AS ADOLESCENTES DE JORNADA ESCOLAR - APLICADA - NACIONAL	5	0-002	00	0 01	1.000.462
01 040	0000 0000 0001	ATENDIMENTO A CRIANÇAS E AS ADOLESCENTES DE JORNADA ESCOLAR - APLICADA - NACIONAL	5	0-002	00	0 01	1.000.462
		TOTAL - FISCAL					0
		TOTAL - SEMPRENHE					13.218.070
		TOTAL - GERAL					13.218.070

ORÇAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROPOSTA	PROG./MOD./SUBPROG./PROJETO	E	S	M	F	VALOR
			1	2	3	4	
0099		RESERVA DE CONTINGENCIA					50.410.000
01 000	0000 0000	RESERVA DE CONTINGENCIA - SEMPRENHE					50.410.000
01 000	0000 0000 0001	RESERVA DE CONTINGENCIA - SEMPRENHE - NACIONAL	5	0-002	00	0 01	50.410.000
		TOTAL - FISCAL					0
		TOTAL - SEMPRENHE					50.410.000
		TOTAL - GERAL					50.410.000

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos, e Fiscalização.)

MENSAGEM Nº 806, DE 2000 – CN
(Nº 1.262/2000, da origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, interino, o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito especial no valor de R\$56.081.922,00 para os fins que especifica".

Brasília, 12 de setembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM nº 228/MP

Brasília, 8 de setembro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

O Ministério da Previdência e Assistência Social solicita a abertura do crédito especial ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), no valor de R\$56.081.922,00 (cinquenta e seis milhões, oitenta e um mil, novecentos e vinte e dois reais).

2. O pleito em questão decorre de solicitação apresentada por intermédio do Aviso nº 186, de 12 de junho de 2000, em função da necessidade de alocação de recursos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, implementado pela Secretaria de Estado de Assistência Social por meio do Fundo Nacional de Assistência Social, conforme detalhamento a seguir:

Unidade/Programa/Ação	Suplementação	Cancelamento
Fundo Nacional de Assistência Social		
Erradicação do Trabalho Infantil		
Geração de Ocupações Produtivas para famílias com crianças Atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	13.500,00	
Concessão da Bolsa Criança-Cidadã	37.110.374	
Atendimento à Criança e ao Adolescente em Jornada Escolar Ampliada	5.471.548	
Reserva de Contingência		56.081.922
Total	56.081.922	56.081.922

3. O crédito proposto objetiva acelerar o processo de erradicação das formas perigosas e insalubres de trabalho infantil, garantir o retorno e/ou a perma-

nência de crianças e adolescentes na escola e fora do trabalho, bem como proporcionar a um maior número de crianças e adolescentes a oportunidade de participar de atividades culturais, desportivas e de lazer, complementares à jornada do ensino regular, beneficiando, principalmente, Estados de menor desenvolvimento humano, conforme discriminação a seguir:

Unidade/Programa/Ação	Alocação Normal	Alocação PADH	Total
Fundo Nacional de Assistência Social			
Erradicação do Trabalho Infantil			
Geração de Ocupações Produtivas para Famílias com Crianças Atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	3.197.922	10.302.078	13.500.000
Concessão da Bolsa Criança-Cidadã	0	37.110.374	37.110.374
Atendimento à Criança e ao Adolescente em Jornada Escolar Ampliada	0	5.471.548	5.471.548
Total	3.197.922	52.884.000	56.471.922

4. A implementação da nova Geração de Ocupações para Famílias com Crianças Atendidas pelo Programa de Educação do Trabalho Infantil visa a proporcionar condições de emancipação econômica e inserção social para famílias de crianças atendidas pelo referido programa, mediante capacitação profissional e assistência técnica e tecnológica para organização de associações, cooperativas e a constituição de microempreendimentos. A meta a ser alcançada, no atual exercício, é de 162.000 famílias beneficiadas.

5. Os recursos necessários à abertura do presente crédito são provenientes do cancelamento parcial da Reserva de Contingência.

6. A solicitação em pauta viabilizar-se-á por meio de projeto de lei, a ser submetido a apreciação do Congresso Nacional, estando em consonância com o que prescreve o art. 167, inciso V, da Constituição, e em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento da presente solicitação, razão pela qual submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente, – **Guilherme Gomes Dias,**
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Interino.

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

**MENSAGEM Nº 807, DE 2000 – CN
(Nº 1.263/2000, da Origem)**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, interino, a texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$138.250.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”.

Brasília, 12 de setembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM nº 229 /MP

Brasília, 8 de setembro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério da Saúde solicita, por meio do ofício nº 93/2000-GAB/SPO/MS, a abertura de crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), no valor de R\$ 138.250.000,00 (cento e trinta e oito milhões, duzentos e cinquenta mil reais), para reforço de dotações orçamentárias do Fundo Nacional de Saúde.

2. O crédito pleiteado objetiva incorporar ao orçamento vigente os recursos provenientes de ingresso de operações de crédito externa e contrapartida – Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde/Reforsus, conforme detalhamento a seguir:

Unidade/Ação/Agente Financiados	Fonte	Suplemen- tação	Origem dos Recursos
Fundo Nacional de Saúde		138.250.000	138.250.000
– Implantação, aparelha- mento e Adequação da Rede de Serviços do Sistema Único de Saúde – REFORSUS		138.250.000	
Ingresso de Recursos Externos			111.339.200
Reserva de Contingência			26.339.200

3. A suplementação em questão destina-se ao requerimento hospitalar de Santas Casas, Hospitais Universitários e outras unidades especializadas na Área oncológica e cardíaca, em todas as regiões brasileiras, destacando-se entre outros: mamógrafos com dispositivo de biópsia, tomógrafos computadori-

zados, sistemas de radioterapia computadorizada, aparelhos de raio-x e radiodiagnóstico, ecógrafos e aceleradores lineares.

4. O pleito viabilizar-se-á mediante projeto de Lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, por se tratar de incorporação ao orçamento vigente de recursos provenientes de operação de crédito externa e suplementação não autorizada na Lei nº 9.969, de 2000, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição e em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos III e IV, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

5. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento da presente solicitação, razão pela qual submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito.

Respeitosamente. – **Guilherme Gomes Dias,**
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Interino.

PROJETO DE LEI Nº 32, DE 2000-CN

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$138.250.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O Congresso Nacional decreta,

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$138.250.000,00 (cento e trinta e oito milhões, duzentos e cinquenta mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

I – ingresso de recursos de operação de crédito externa, no valor de R\$111.910.800,00 (cento e onze milhões, novecentos e dez mil e oitocentos reais); e

II – cancelamento parcial da reserva de contingência, no valor de R\$26.339.200,00 (vinte e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil e duzentos reais), constante do Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2000.

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO I

CRED1 TO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0004 QUALIDADE E EFICIENCIA DO SUS								138.250.000
		PROJETOS						
10 302	0004 1867	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DA REDE DE SERVICOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - REFORBUS						138.250.000
10 302	0004 1867 0001	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DA REDE DE SERVICOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - REFORBUS - NACIONAL						138.250.000
			S	3-ODC	90	3	151	3.936.000
			S	4-INV	90	0	149	111.910.800
			S	4-INV	90	3	151	22.403.200
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								138.250.000
TOTAL - GERAL								138.250.000

ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II

CREDIT TO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA								26.339.200
		OPERACOES ESPECIAIS						
99 999	0999 0999	RESERVA DE CONTINGENCIA - SEGURIDADE						26.339.200
99 999	0999 0999 0001	RESERVA DE CONTINGENCIA - SEGURIDADE - NACIONAL	S	0-RES	00	0	151	26.339.200
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								26.339.200
TOTAL - GERAL								26.339.200

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.969, DE 11 DE MAIO DE 2000

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2000.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

I – O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

II – Os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

III – Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

IV – O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

**MENSAGEM Nº 808, de 2000–CN
(Nº 1.264/2000, na origem)**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Interino, o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$146.158.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, e dá outras providências".

Brasília, 12 de setembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM nº 223/MP

Brasília, 8 de setembro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar solicitação de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000) no valor de R\$146.158.000,00 (cento e quarenta e seis milhões, cento e cinquenta e oito mil reais), em favor da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

2. Do valor acima, R\$142.713.000,00 (cento e quarenta e dois milhões, setecentos e treze mil reais) destina-se ao Censo 2000, sendo R\$134.791.353,00 (cento e trinta e quatro milhões, setecentos e noventa e um mil, trezentos e cinquenta e três reais) para complementação do pagamento aos recenseadores e R\$7.921.647,00 (sete milhões, novecentos e vinte e um mil, seiscentos e quarenta e sete reais) para a aquisição de equipamentos dos centros de captura de dados nas cidades de Campina Grande/PB, Campinas/SP, Curitiba/PR, Goiânia/GO e Rio de Janeiro/RJ.

3. Vários aspectos contribuem para ressaltar a importância do Censo 2000, como o empenho da Organização das Nações Unidas – ONU em aumentar os graus de comparação das informações básicas sobre cada nação na virada do milênio; o acordo assinado entre os países-membros do Mercosul, que prevê a adoção de um núcleo comum de perguntas nos próximos censos demográficos, com o objetivo de gerar bancos de dados comparáveis para a região; e a produção de dados fundamentais para a formulação de políticas públicas e a tomada de decisões de investimentos privados e/ou governamentais.

4. De outra parte, estão sendo suplementadas as atividades de Manutenção de Serviços Administrativos e de Conservação de Bens Imóveis no valor total de R\$2.645.000,00 (dois milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil reais), uma vez que essas despesas sofreram acréscimo em virtude do Censo 2000, e em Pesquisas Conjunturais, no valor de R\$800.000,00 (oitocentos mil reais), que têm por finalidade o levantamento das informações sobre a oferta de serviços de infra-estrutura de saneamento básico e suas implicações diretas com a saúde e qualidade de vida da população.

5. Os recursos necessários à viabilização do crédito decorrem da utilização parcial do superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial da União de 1999, no valor de R\$126.049.300,00 (cento e vinte e seis milhões, quarenta e nove mil e trezentos reais), e o restante, no valor de R\$20.108.700,00 (vinte milhões, cento e oito mil e setecentos reais), oriundo do excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas do IBGE, conforme a seguir demonstrado, em atendimento ao disposto no art. 17, § 72, da Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999 (LDO – 2000):

R\$ 1,00

Natureza de Receita	Fonte	Valor LOA 2000	Reestimativa	Acrescimo/ Redução
1311.00.00 – Alegrias	250	1.213	1.237	24
1322.00.00 – Dividendos	250	0	16.021	16.021
1600.13.00 – Serviços Administrativos	250	1.500.000	22.163.989	20.663.989
1600.22.00 – Serviços de Estudos e Pesquisas	250	1.270.403	1.076.000	(194.403)
1922.00.00 – Restituições	250	901.160	407.144	(494.016)
2219.00.00 – Alienação de Outros Bens Móveis	250	0	117.085	117.085

6. A abertura do crédito viabilizar-se-á por meio de projeto de lei a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, obedecendo as prescrições art. 167, inciso V, da Constituição, estando em conformidade com o disposto nos arts. 41, inciso I, e 43, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7. Nessas condições, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, – **Guilherme Gomes Dias**,
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Interino.

PROJETO DE LEI Nº 33, DE 2000 – CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$146.158.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000) crédito suplementar no valor de R\$146.158.000,00 (cento e quarenta e seis milhões, cento e cinquenta e oito mil reais), em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

I – superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial da União de 1999, no valor de R\$126.049.300,00 (cento e vinte e seis milhões, quarenta e nove mil e trezentos reais); e

II – excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no valor de R\$20.108.700,00 (vinte milhões, cento e oito mil e setecentos reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.969, DE 11 DE MAIO DE 2000

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2000.

LEI Nº 9.811, DE 28 DE JULHO DE 1999

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2000 e dá outras providências.

Art. 17. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos.

§ 2º Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Orçamento e Gestão ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais e respectivos subtítulos atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

§ 4º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de

projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 6º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 7º Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 7º, § 1º, inciso VI, desta lei.

§ 8º O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de pagamentos mensais, nos termos do art. 7º desta lei.

§ 9º (Vetado.)

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

I – O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

II – Os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

III – Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

IV – O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

MENSAGEM Nº 809, DE 2000 – CN
(Nº 1.265/2000, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados, da Presidência da República e do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$2.720.000,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 12 de setembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM nº 229/MP

Brasília, 11 de setembro de 2000.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar solicitação de abertura de crédito especial aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), no valor de R\$ 2.720.000,00 (dois milhões, setecentos e vinte mil reais), em favor da Câmara dos Deputados, da Presidência da República e do Ministério da Justiça.

2. O crédito pleiteado visa a promover ajustes no orçamento vigente das Unidades abaixo relacionadas:

R\$ 1,00		
Itens	Suplementação	Cancelamento
Câmara dos Deputados		
Administração direta		
- Obras Complementares no Complexo da Câmara dos Deputados		500.000
- Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes		1.500.000
- Apoio à Instalação do Posto Avançado do Instituto do Coração em Brasília	2.000.000	
Subtotal	2.000.000	2.000.000
Presidência da República		
Arquivo Nacional – AN		
- Contribuição ao Fundo Financeiro para o Programa de Arquivos Ibero-Americanos	20.000	
Subtotal	20.000	

R\$ 1,00		
Itens	Suplementação	Cancelamento
Ministério da Justiça		
Administração direta		
- Pagamento de Indenização à Familiares de Mortos e Desaparecidos em Razão da Participação em Atividades Políticas nos Termos da Lei nº 9.140/95	700.000	
Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN		
- Construção, Ampliação, Reforma e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais		720.000
Subtotal	700.000	720.000
TOTAL GERAL	2.720.000	2.720.000

3. Cumpre esclarecer que as referidas suplementações destinam-se aos seguintes objetivos, discriminados por Unidade Orçamentária:

a) Câmara dos Deputados

- Administração direta

Refere-se ao remanejamento de recursos visando a atender a despesas com a instalação de posto avançado do Instituto do Coração – InCor, em Brasília, incrementando os serviços de saúde na área de Cardiologia na região central do país.

b) Ministério da Justiça

- Administração direta

A suplementação ora proposta destina-se ao pagamento de indenizações a famílias de pessoas desaparecidas, em virtude de participação em atividades políticas no período de 2 de setembro de 1961 a 18 de agosto de 1969, sob o abrigo da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, além de possibilitar a cobertura de recursos face ao Projeto de Lei que modifica o respectivo instrumento legal, não fixando período de tempo para pagamento da citada indenização.

c) Presidência da República

- Arquivo Nacional

Trata-se de contribuição anual para o Fundo Financeiro para o Programa de Arquivos Ibero-Americanos, destinado à proteção do patrimônio documental, a formação de especialistas e à prestação de assistência técnica especializada, além do País poder se beneficiar de financiamentos externos na área arquivística.

4. Os recursos contidos no presente crédito e sua respectiva aplicação foram encaminhados por intermédio de Aviso nº 796-MJ, de 9 de agosto de 2000, do Sr. Ministro de Estado da Justiça; de Fax nº 31/2000, de 5 de setembro de 2000, do Sr. Coordenador de o Planejamento, Orçamento e Finanças da Presidência da República; e de Ofício eletrônico nº 01/CAFIN, de 1º de setembro de 2000, da Câmara dos Deputados, registrado no Sistema Integrado de Dados Orçamentários — SIDOR.

5. O crédito viabilizar-se-á mediante Projeto de Lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, com recursos oriundos do cancelamento parcial de dotações, estando em consonância com as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição, e em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

6. Nessas condições, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, – **Martus Tavares**, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

PROJETO DE LEI Nº 34, DE 2000 – CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados, da Presidência da República e do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$ 2.720.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), em favor da Câmara dos Deputados, da Presidência da República e do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$2.720.000,00 (dois milhões, setecentos e vinte mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2000.

ORGAO : 01000 - CAMARA DOS DEPUTADOS
UNIDADE : 01101 - CAMARA DOS DEPUTADOS

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0553 ATUACAO LEGISLATIVA DA CAMARA DOS DEPUTADOS								2.000.000
		ATIVIDADES						
01 301	0553 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES						1.500.000
01 301	0553 2004 0349	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S	4-INV	90	0	100	1.500.000
		PROJETOS						
01 122	0553 3181	OBRAS COMPLEMENTARES NO COMPLEXO DA CAMARA DOS DEPUTADOS						500.000
01 122	0553 3181 0001	OBRAS COMPLEMENTARES NO COMPLEXO DA CAMARA DOS DEPUTADOS - NACIONAL	F	4-INV	90	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL								500.000
TOTAL - SEGURIDADE								1.500.000
TOTAL - GERAL								2.000.000

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 30907 - FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0661 REESTRUTURACAO DO SISTEMA PENITENCIARIO								720.000
		PROJETOS						
14 421	0661 1844	CONSTRUCAO, AMPLIACAO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS						720.000
14 421	0661 1844 0010	CONSTRUCAO, AMPLIACAO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS - NACIONAL	F	4-INV	30	0	100	720.000
TOTAL - FISCAL								720.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								720.000

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos
Públicos e Fiscalização.)

AVISO**DO MINISTRO DE ESTADO DA
AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO**

Nº 266/2000, de 30 de agosto último, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 333, de 2000, do Senador Ademir Andrade.

*As informações foram encaminhadas,
em cópia, ao Requerente.*

O Requerimento vai ao arquivo.

PARECERES**PARECER Nº 879, DE 2000**

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2000 (nº 4.434, de 1998, na casa de origem), que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que “institui o Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES”.

Relator: Senador **Pedro Piva**

I – Relatório

Encaminhado a esta Casa, para apreciação, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2000, ementado à epígrafe, visa a alterar a Lei nº 9.317, de 1996, que instituiu o SIMPLES.

O art. 1º do Projeto excetua da restrição de que trata o inciso XIII do art. 9º da referida Lei — ou seja, da vedação de opção pelo SIMPLES — as pessoas jurídicas que se dediquem às seguintes atividades: creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental.

O **caput** do art. 2º do Projeto acresce em 50%, em relação às atividades relacionadas em seu art. 1º, os percentuais ora incidentes sobre a receita bruta mensal das microempresas e empresas de pequeno porte para determinação do valor por elas devido mensalmente, percentuais esses referidos no art. 5º da citada Lei nº 9.317, de 1996, alterado pela Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998.

Por sua vez, o parágrafo único desse art. 2º estabelece que o produto da arrecadação proporcionado pelo disposto no **caput** será destinado integralmente às contribuições para a Seguridade Social, de que trata a alínea f do § 1º do art. 3º da citada Lei nº 9.317, de 1996.

O art. 3º do Projeto manda aplicar o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 23 da citada Lei nº 9.317, de 1996, às empresas optantes pelo SIMPLES que tenham receita decorrente da venda de serviços em proporção igual ou superior a 20% da respectiva receita bruta.

Por fim, o art. 4º dispõe que a futura lei entra em vigor na data de sua publicação.

A proposição sob análise tem origem no Projeto de Lei nº 4.434, de 1998, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Hauly, o qual visava alterar o art. 9º da citada Lei nº 9.317, de 1996, a fim de possibilitar a opção pelo SIMPLES às pessoas jurídicas que prestem serviços profissionais de professor e às que exerçam atividades de agentes lotéricos, franqueadas dos correios, agências de viagem e turismo, clubes esportivos, hospitais, casas de saúde e escolas, desde que constituídas legalmente e autorizadas a funcionar por órgão público ou autoridade competente.

Ao PL nº 4.434/98 foram sendo apensados sete projetos de lei correlatos (PLs nº 4.846/98, nº 12/99, nº 381/99, nº 580/99, nº 661/99, nº 1.668/99 e nº 1.732/99), à medida em que a matéria foi sendo apreciada pelas diversas comissões permanentes.

A aprovação da redação final, oferecida pelo relator, Senhor Deputado Iedio Rosa, ocorreu em 23 de agosto último, quando o Plenário da Casa de origem, após discussão em turno único, aprovou subemenda substitutiva ao substitutivo do relator da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e à Emenda de Plenário nº 2, rejeitadas as Emendas de Plenário nºs. 1, 3, 4 e 5 e prejudicados o projeto inicial e os projetos a ele apensados, bem como as demais proposições.

Distribuído a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em 25 de agosto último, o PLC nº 50; de 2000, não foi objeto de emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II – Análise

Consoante o Regimento Interno (art. 99, I, IV e VII), compete a esta CAE opinar sobre proposições pertinentes a aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, tributos, finanças públicas e outros assuntos correlatos.

Por outro lado, o Projeto sob análise está sendo objeto de apreciação pelo Senado Federal enquanto Casa revisora, nos termos do Regimento Comum (arts. 134 e segs.).

Quanto ao mérito, a proposição em tela afigura-se merecer aprovação.

Com efeito, os arts. 1º e 2º dão solução adequada às pessoas jurídicas que se dediquem às atividades de creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental, sem acarretar sensível renúncia de receita à Previdência Social. Doravante, essas inúmeras pessoas jurídicas poderão optar pelo SIMPLES, ficando excluídas da restrição constante do inciso XIII do art. da citada Lei nº 9.317, de 1996. Entretanto, em contrapartida, sujeitar-se-ão ao acréscimo de 50% nos vigentes percentuais aplicáveis à receita bruta mensal das microempresas e empresas de pequeno porte para determinação do valor por elas devido mensalmente (cf art. 5º da Lei nº 9.317/96, parcialmente alterado pela Lei nº 9.732/98). E o produto da arrecadação desse acréscimo será integralmente destinado às contribuições para a Seguridade Social (alínea f do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.317/96).

Quanto ao art. 3º, trata-se de norma geral estabelecendo que, em relação às empresas optantes pelo SIMPLES que tenham receita decorrente da venda de serviços em proporção igual ou superior a 20% da respectiva receita bruta, aplica-se o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 23 da citada Lei nº 9.317, de 1996. A matéria carecerá de regulamentação, porquanto assim dispõe a referida Lei:

"Art. 23

§ 2º A pessoa jurídica, inscrita no SIMPLES na condição de microempresa, que ultrapassar, no decurso do ano-calendário, o limite a que se refere o inciso I do art. 2º, sujeitar-se-á, em relação aos valores excedentes, dentro daquele ano, aos percentuais e normas aplicáveis às empresas de pequeno porte, observado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 3º A pessoa jurídica cuja receita bruta, no decurso do ano-calendário, exceder ao limite a que se refere o inciso II do art. 2º, adotará, em relação aos valores excedentes, dentro daquele ano, os percentuais previstos na alínea e do inciso II e nos §§ 2º, 3º, inciso III ou IV, e § 4º, inciso III ou IV, todos do art. 5º, acrescidos de 20% (vinte por cento), observado o disposto em seu § 1º."

III – Voto

À vista do exposto, concluímos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2000.

Sala da Comissão, 12 de setembro de 2000.

ASSINARAM O PARECER, EM 12 DE SETEMBRO, DE 2000, OS SENHORES SENADORES:

1- NEY SUASSUNA, PRESIDENTE
2- PEDRO PIVA, <i>relator</i>
3- JOSÉ FOGAÇA
4- EDUARDO SUPLICY (ABSTENÇÃO)
5- JEFFERSON PERES
6- JOSÉ EDUARDO DUTRA (ABSTENÇÃO)
7- RICARDO SANTOS
8- BELLO PARGA
9- PEDRO SIMON
10- PAULO SOUTO (ABSTENÇÃO)
11- OSMAR DIAS
12- EDISON LOBÃO
13- GILBERTO MESTRINHO
14- JONAS PINHEIRO
15- JOSÉ ALENCAR
16- FREITAS NETO
17- LAURO CAMPOS (ABSTENÇÃO)

PARECER Nº 880, DE 2000

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 166, de 2000, do Presidente da República, encaminhando ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operações de crédito externo no valor equivalente a até US\$51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Consolidação e Emancipação (Auto Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária.

Relator: Senador Jonas Pinheiro

I – Relatório

O Presidente da República encaminha para exame do Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar

operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Os recursos advindos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Consolidação e Emancipação (Auto Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária, a cargo do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

De acordo com informações da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo total desse Projeto foi estimado em US\$85 milhões, a serem desembolsados no prazo de cinco anos, sendo que, além desse empréstimo pretendido junto ao BID, são previstos aportes internos de recursos, como contrapartida nacional, no valor de US\$34 milhões, a serem realizados pela União e pelo Incra.

Como enfatizado nos documentos que acompanham essa Mensagem, encaminhados ao Senado Federal, o objetivo pretendido com o referido programa é permitir que os assentamentos resultantes da reforma agrária no Brasil alcancem sua independência em relação ao apoio do Incra, por meio do financiamento de ações que conduzam ao seu processo de consolidação.

Serão beneficiários desse programa os pequenos produtores assentados em projetos de reforma agrária pré-selecionados, instalados a partir de 1986, que receberão investimentos em infra-estrutura econômica e social, crédito integral por intermédio do PRONAF, assistência técnica em tecnologia agropecuária, organização social e comercialização, com vistas a sua conclusão e integração à agricultura familiar do município e região. Deverão ser alcançados projetos de assentamentos, localizados em sete Estados: Maranhão, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.

Esse empréstimo externo apresentará as seguintes características financeiras:

devedor: República Federativa do Brasil/Ministério do Desenvolvimento Agrário;

credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

valor total: US\$51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

prazo: 25 anos;

carência: seis meses a partir do último desembolso, o qual ocorrerá como anos após a data de vigência do contrato, totalizando 66 meses a partir da data de vigência do contrato;

juros: exigidos semestralmente, em 15-1 e 15-7 de cada ano, calculados sobre os saldos devedores diários do empréstimo, incorridos após cada desembolso, à taxa fixa de até 4% ao ano;

comissão de compromisso: limitada a 0,75% ao ano, pagável semestralmente, juntamente com as parcelas de juros;

taxas de inspeção e supervisão gerais: limitadas a US\$510.000,00, desembolsadas em prestações trimestrais aproximadamente iguais;

amortização: quarenta parcelas semestrais e consecutivas, em 15-1 e 15-7 de cada ano, vencendo-se a primeira 66 meses após a data de vigência do contrato;

II – Voto do Relator

Essas operações de crédito externo estão sujeitas às condições e exigências definidas na Constituição Federal e na Resolução nº 96, de 1989 do Senado Federal, as quais cabem os seguintes esclarecimentos:

a) os limites de endividamento da União, estipulados nos artigos 2º, 3º e 4º da referida resolução são atendidos, conforme é informado no Parecer STN/COREF nº 274, de 20 de julho de 2000.

Ressalte-se, ainda, que esse parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, anexo ao processo em exame, contém os dados comprobatórios do cumprimento dos limites de endividamento da União, conforme exigido pela Resolução 96/89.

b) o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGN/COF/Nº 1.484, de 2000, encaminhado ao Senado Federal, no exame das cláusulas das minutas contratuais, conclui que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96/89, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública.

c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado pela Secretaria de Planejamento e Investimento que o Programa referido é compatível com as prioridades, objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual da União para o quadriênio 2000-2003.

Ademais, de acordo com as informações prestadas pela Secretaria de Orçamento Federal, constam no Orçamento Geral da União, Lei nº 9.969, de 11-5-2000, dotações alocadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para fazer frente ao ingresso

de recursos externos, ao pagamento de seus encargos financeiros e às suas contrapartidas. A Secretaria do Tesouro Nacional destaca que essas dotações são suficientes para a cobertura dos fluxos financeiros relativos ao empréstimo pretendido.

Não é demais enfatizar que essas operações de crédito foram credenciadas pelo Banco Central do Brasil, nos termos da Carta-CREDE — 2000/073, de 7 de agosto de 2000.

Ressalte-se por fim que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar custo efetivo equivalente a 4,37% ao ano. Essa estimativa de custo é indicativo bastante favorável quanto às condições financeiras da operação pretendida. Conforme consta do Parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo efetivo médio verificado nos últimos anos para contratações com agências governamentais foi da ordem de 6,30% ao ano.

Somos, assim, pela autorização pleiteada pela Mensagem nº 166, de 2000, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 73, DE 2000

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

§ 1º Os recursos advindos dessas operações de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Consolidação e Emancipação (Auto Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária, a cargo do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

§ 2º A contratação da operação de crédito referida no *caput* fica condicionada à existência de prévia dotação orçamentária, suficiente para a cobertura do fluxo financeiro estimado para o cumprimento das obrigações contratuais anuais.

Art. 2º As condições financeiras básicas das operações de crédito são as seguintes:

I – *Devedor*: República Federativa do Brasil/Ministério do Desenvolvimento Agrário;

II – *Credor*: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

III – *Valor Total*: US\$51.000.000,00 (Cinquenta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

IV – *Prazo*: 25 anos;

V – *Carência*: seis meses a partir do último desembolso, o qual ocorrerá cinco anos após a data de vigência do contrato, totalizando 66 meses a partir da data de vigência do contrato;

VI – *Juros*: exigidos semestralmente, em 15-1 e 15-7, de cada ano, calculados sobre os saldos devedores diários do empréstimo, incorridos após cada desembolso, à taxa fixa de até 4% ao ano;

VII – *Comissão de Compromisso*: limitada a 0,75% ao ano, pagável semestralmente, juntamente com as parcelas de juros;

VIII – *Taxas de inspeção e supervisão gerais*: limitadas a US\$510.000,00, desembolsadas em prestações trimestrais aproximadamente iguais;

IX – *Amortização*: quarenta parcelas semestrais e consecutivas, em 15-1 e 15-7 de cada ano, vencendo-se a primeira 66 meses após a data de vigência do contrato;

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura dos contratos.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida num prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados na data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2000.—
Ney Suassuna, Presidente – **Jonas Pinheiro**, Relator – **Jefferson Péres** – **José Eduardo Dutra** – **Roberto Requião** (vencido) – **Bello Parga** – **José Alencar** – **Luiz Otávio** – **Paulo Souto** – **Gilberto Mestrinho** – **Osmar Dias** – **Ricardo Santos** – **Pedro Piva** – **José Fogaça**.

PARECER Nº 881, DE 2000

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício S nº 20, de 2000, do Presidente do Banco Central do Brasil, que encaminha, à Presidência do Senado Federal, relatório sobre a operação de troca de títulos do tipo Brady por um

novo título do tipo 'Global', em atendimento ao disposto na Resolução nº 69, de 1996, do Senado Federal.

Relator: Senador **José Fogaça**

I – Relatório

A presente matéria já fora objeto de análise por parte deste Relator, cujo parecer oferecemos à Comissão de Assuntos Econômicos em 27 de junho do corrente.

Trata-se do Ofício S nº 20, de 2000 (Ofício PRESI-2000/1086, de 12 de abril de 2000, na origem), do Presidente do Banco Central do Brasil, que encaminha ao Senado Federal relatório sobre a operação de troca de títulos do tipo **Brady** por um novo título do tipo **Global**, conforme determina o art. 5º da Resolução nº 69, de 12 de setembro de 1996, do Senado Federal.

Essa operação de troca de títulos proporcionou os seguintes benefícios ao País:

a) uma economia de US\$20,300,000.00 (vinte milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), expressos em termos de valor presente;

b) uma redução de US\$105,000,000.00 (cento e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), no estoque da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional;

c) o ingresso de US\$126,900,000.00 (cento e vinte e seis milhões e novecentos mil dólares dos Estados Unidos da América), em recursos decorrentes da liberação de garantias vinculadas aos títulos substituídos, que vieram reforçar nossas reservas internacionais; e

d) um alívio de US\$44,000,000.00 (quarenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América) ao longo dos próximos 5 (cinco) anos, tendo-se obtido, ainda, um alongamento do prazo de liquidação da dívida da ordem de 14,8 (quatorze inteiros e oito décimos) anos.

Conforme já mencionado, estamos reexaminando a matéria, uma vez que no dia 3 do corrente, por intermédio do Ofício PRESI-00/2075.2, de 11 de julho de 2000, o Banco Central encaminhou versão traduzida, para o idioma português, da documentação relacionada ao processo em análise.

Essa documentação, composta do Suplemento do Prospecto datado de 19 de julho de 1999, do Contrato de **Underwriting**, e do título denominado **Bônus Globais**, fora traduzida para o português pelo Tradutor Público e Intérprete Comercial Marco Antonio Rocha-

del, e confirma as informações contidas no relatório apresentado anteriormente pelo Banco Central.

II – Voto

Considerando que o Relatório do Banco Central do Brasil objetiva apenas prestar informações sobre a operação de troca de títulos autorizada pela Resolução nº 69, de 1996, e ainda que a documentação anexada ao Ofício S nº 20, de 2000, confirma as informações contidas no relatório do Banco Central, mantenho meu voto que se considere atendidas as exigências previstas no art. 5º da Resolução nº 69, de 1996, com o conseqüente arquivamento do Ofício S nº 20, de 2000.

Sala da Comissão, 12 de setembro de 2000. –
Ney Suassuna, Presidente – **José Fogaça**, Relator –
Ricardo Santos – **Bello Parga** – **Freitas Neto** –
José Alencar – **Jonas Pinheiro** – **José Eduardo Dutra** – **Luiz Otávio** – **Pedro Piva** – **Jefferson Pères** –
Paulo Souto – **Edison Lobão** – **Eduardo Suplicy**.

PARECER Nº 882, DE 2000

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Resolução nº 27, de 2000, que estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais com farinha de trigo.

Relator: Senador **Ramez Tebet**

Relator Ad Hoc: Senador **Bello Parga**

I – Relatório

Chega à apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos projeto de resolução de autoria do Senador Osmar Dias e outros, mediante o qual pretendem, os ilustres parlamentares, estabelecer em sete por cento a alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação — ICMS incidente sobre operações interestaduais com farinha de trigo.

Na justificação da iniciativa, os autores afirmam que a elevada carga tributária que recai sobre nossos produtos está pondo em risco a continuidade das operações das empresas nacionais. Com isso, a farinha de trigo produzida no Brasil acaba sendo vendida por um preço superior ao da farinha importada, com

natural perda de competitividade, levando os compradores brasileiros a migrarem para o mercado externo, principalmente o da Argentina, haja vista que os produtores daquele país recebem de seu Governo benefício fiscal consistente na devolução dos impostos incidentes sobre produtos exportados.

Salientam que a redução do ônus fiscal suportado pelos produtores brasileiros é a medida mais indicada para recuperar a atratividade de seu produto, o que se espera do Senado, mediante a redução das alíquotas do ICMS, tributo que mais eleva o preço da farinha de trigo.

Subscrevem a iniciativa, além de seu primeiro signatário, outros vinte e sete senhores Senadores.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Ao Senado Federal compete, nos termos do art. 155, § 2º, inciso IV, do Diploma Supremo, estabelecer, mediante iniciativa do Presidente da República ou de um terço de seus membros, as alíquotas do ICMS aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação. Assim, a proposição não apresenta qualquer eiva quanto à sua iniciativa, pois assinada por vinte e oito Srs. Senadores, e está sendo examinada no foro próprio para decisão sobre a matéria.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, examinar a matéria sob os seus aspectos econômico e financeiro e sobre ela emitir parecer.

A perda da competitividade dos produtores de farinha de trigo instalados no Brasil em face da concorrência imperfeita a que estão submetidos relativamente a indústrias de outros países, sobretudo das localizadas em Estados integrantes do Mercosul, com todas as vantagens a ele inerentes, é fato que tem preocupado aqueles que se interessam pelo futuro de nossa economia.

Com efeito, o País não pode assistir passivamente à degradação da indústria nacional ligada a um setor tão importante como o do trigo, produto que integra a maior parte dos alimentos consumidos pela população brasileira, de norte a sul.

Conforme muito bem informa a justificação da proposição em análise, o segmento dos moinhos de trigo, pelas dificuldades que atravessa, encontra-se em situação que inspira sérios cuidados a fim de que se evite o fechamento de muitos empreendimentos, o que traria trágicas consequências, como o empobre-

cimento de muitas localidades e o aumento do já alarmante nível de desemprego.

No que se refere aos tributos federais, a União nada pode fazer no momento, tendo em vista a obediência que deve aos tratados e convenções internacionais de que é signatária, sob pena das sanções neles previstas para os casos de quebra de tais instrumentos.

Quanto ao principal tributo estadual a gravar a farinha de trigo, nenhum empecilho há no que se refere ao estabelecimento desta ou daquela alíquota interestadual. Parece-nos que a redução aqui proposta de cinco pontos percentuais na alíquota do ICMS não trará graves prejuízos aos Estados exportadores do produto, mas servirá para aliviar a situação dos produtores nacionais, os quais poderão colocar seu produto no mercado em condições de igualdade com seus competidores estrangeiros, garantindo a continuidade de suas operações e a manutenção do emprego de milhares de pais de família que aqui convivem.

Além do mais, a inovação não afetará as saídas do produto dos estabelecimentos situados nas Regiões Sul e Sudeste com destino às demais Regiões e ao Estado do Espírito Santo, que já são oneradas em sete por cento.

A competência desta Casa para tomar a decisão proposta é perfeitamente legítima, conforme já ressaltado no início deste voto, podendo ser aqui invocada a Resolução do Senado Federal nº 95, de 1996, que reduziu para quatro por cento a alíquota do imposto aplicável à prestação de serviço de transporte aéreo interestadual de passageiro, carga e mala postal. Deveras, diante da situação analisada, o Senado não poderia eximir-se de agir corrigindo uma distorção provocada, não pelos agentes econômicos nacionais, mas pelos gravames tributários que estão obrigados a suportar e pelos incentivos à exportação vigentes em outros países.

À vista do exposto, votamos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Resolução do Senado nº 27, de 2000 e, quanto ao mérito, pela sua aprovação, nos termos em que foi apresentado.

Sala da Comissão, 12 de setembro de 2000. –
Ney Suassuna, Presidente – **Bello Parga**, Relator
Ad Hoc – **José Alencar** – **Jonas Pinheiro** – **Ricardo Santos** – **Lauro Campos** – **Gilberto Mestrinho** – **Roberto Requião** – **Osmar Dias** – **Pedro Piva** – **José Eduardo Dutra** – **Luiz Otávio** – **Jefferson Pêres** – **Eduardo Suplicy** – **José Fogaça** (abstenção) – **Paulo Souto** (vencido).

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Do Expediente lido, que vai à publicação, constam mensagens presidenciais encaminhando os Projetos de Lei nºs 24 a 34, de 2000-CN, que vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 2, de 1995-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos Projetos:

Até 17-9 – publicação e distribuição de avulsos;

Até 25-9 – prazo final para apresentação de emendas;

Até 30-9 – publicação e distribuição de avulsos das emendas

Até 10-10 – encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2000 (nº 4.434/98, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Resolução nº 73, de 2000, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até cinquenta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, resultante de parecer lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Resolução nº 27, de 2000, de autoria do Senador Osmar Dias e outros senhores Senadores, que estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais com farinha de trigo, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu do Supremo Tribunal Federal o Ofício nº S/52, de 2000 (nº 123/2000, na origem), de 5 do

corrente, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taxiquográfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do *Habeas Corpus* nº 77734, que declarou a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 11 da referida lei federal, em sua publicação no Diário Oficial da União de 26 de maio de 1998 (amortização de dívidas com o INSS).

O expediente vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

Ofício nº 529/GP

Brasília, 10 de julho de 2000

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício ST nº 685, de 27 de abril de 2000, da lavra de Vossa Excelência, tenho a satisfação de informar que a inauguração da sede deste Tribunal ocorreu em 23 de junho de 1995.

No ensejo, reitero a Vossa Excelência protestos de elevada consideração.

Ministro **Paulo Costa Leite**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O ofício lido vai à publicação e será juntado ao processado do Requerimento nº 651, de 1995, do Senado Federal, de criação da Comissão Temporária Interna destinada a inventariar as obras não-concluídas custeadas pela União e examinar sua situação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

OF. PSDB/I/Nº 394/2000

Brasília, 12 de setembro de 2000

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, os Deputados Arnon Bezerra, Alberto Goldman, Alexandre Santos, Anivaldo Vale, Adolfo Marinho, Danilo de Castro, Helenildo Ribeiro, João Leão, Nécio Rodrigues, Nilo Coelho, Paulo Kobayashi, Paulo Mourão e Pedro Canedo, como membros titulares, e os Deputados Max Rosenmann, Fátima Pelaes, Juquinha, Lúcia

Quinan, Marcus Vicente, Mário Negromonte, Pedro Henry, Raimundo Gomes de Matos, Ricarte de Freitas, Roberto Rocha, Sérgio Guerra, Ricardo Rique e João Almeida, como membros suplentes, para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência designa os Srs. Deputados Arnon Bezerra, Alberto Goldman, Alexandre Santos, Anivaldo Vale, Adolfo Marinho, Danilo de Castro, Helenildo Ribeiro, João Leão, Nárcio Rodrigues, Nilo Coelho, Paulo Kobayashi, Paulo Mourão e Pedro Canedo, como titulares, e o Sr. Deputado Max Rosenmann, a Sra. Deputada Fátima Pelaes, o Sr. Deputado Juquinha, a Sra. Deputada Lúcia Quinan, Marcus Vicente, Mário Negromonte, Pedro Henry, Raimundo Gomes de Matos, e os Srs. Deputados Ricarte de Freitas, Roberto Rocha, Sérgio Guerra, Ricardo Rique e João Almeida, como suplentes, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de acordo com o ofício que acaba de ser lido, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

Ofício nº 18/Plen

Brasília, 12 de setembro de 2000

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar os Deputados Carlito Merss (PT/SC), Dr. Rosinha (PT/PR), Jorge Bittar (PT/RJ) e Professor Luizinho (PT/SP), como suplentes, para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente. – Deputado **Walter Pinheiro**, Vice-Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência designa os Srs. Deputados Carlito Merss, Dr. Rosinha, Jorge Bittar e Professor Luizinho, indicados pela Liderança do PT na Câmara dos Deputados, para integrarem, como suplentes, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de acordo com o ofício que acaba de ser lido, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu havia solicitado ao Presidente Antonio Carlos Magalhães o uso da palavra para a proposição de uma questão de ordem tão logo fosse reaberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a tem a palavra para sua questão de ordem, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – S. Ex^a, o Senador Antonio Carlos Magalhães, não está mais no Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senador Antonio Carlos Magalhães foi ao seu Gabinete receber um Ministro de Estado.

V. Ex^a deseja fazer a sua questão de ordem mais tarde? Se V. Ex^a a propuser agora, a Mesa, se tiver condições, decidirá.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, suscito a questão de ordem endereçada ao Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a formulará uma questão de ordem ou apenas uma mensagem ao Presidente Antonio Carlos Magalhães?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A competência de V. Ex^a permitir-lhe-á recebê-la da forma correta.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Agradeço a generosidade de V. Ex^a e concedo-lhe a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, toda a Casa presenciou o amplo debate aqui travado sobre a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. As listas estavam sendo colhidas, quando surgiu uma solução intermediária. O Presidente Antonio Carlos Magalhães propôs que, após o encerramento da CPI do Judiciário, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ficasse com a responsabilidade de criar uma subcomissão permanente para acompanhar os desdobramentos da CPI do Judiciário. É verdade que aquilo havia caído no esquecimento, mas, de repente, surgiu como solução: em vez de se criar uma CPI para acompanhar as denúncias feitas ao Sr. Eduardo Jorge e outros, a subcomissão faria esse papel.

A Líder do PT, Senadora Heloísa Helena, argumentava que a subcomissão não teria prerrogativas para solicitar quebra de sigilo bancário e fazer análise mais completa da vida do cidadão, o que é próprio de uma CPI. O Presidente Antonio Carlos Magalhães respondeu que S. Ex^a estava equivocada e que a subcomissão poderia fazer o requerimento, poderia fazer a solicitação e levá-la a ele e a Mesa tomaria a decisão. E deixou antever a possibilidade de aceitá-la, não de todos mas daqueles que achasse razoável. Isso ficou no aguardar do tempo.

A CPI foi desenvolvendo suas atividades: fim de julho, todo o mês de agosto e início de setembro. O Congresso parecia um velório, a não ser pela Comissão, que estava aqui e aqui permaneceu o tempo todo na expectativa de que o Senador Antonio Carlos anunciasse a decisão. Com a decisão do Senador Antonio Carlos, passaríamos a trabalhar, porque estávamos fazendo de conta que trabalhávamos... Retiro o "fazendo de conta". Estávamos trabalhando, mas não no fundamental. Um Senador do Governo tinha solicitado que ouvíssemos os Ministros do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo; nós os estávamos ouvindo. Outros pediram para ouvirmos os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho; nós os estávamos ouvindo. Ouvimos os procuradores. Ouvimos o Sr. Eduardo Jorge. Mas estávamos na expectativa de tomar conhecimento dos nomes e fazer a averiguação concreta, objetiva e real dos nomes.

O tempo foi passando, o tempo foi passando, o tempo foi passando. Ficamos na expectativa. E o que está acontecendo? Qual é a razão de ser? A razão de ser é que o Presidente não dava a resposta. Argumentava que já tinha a decisão, mas que não poderia anunciá-la porque não ficaria elegante fazê-lo antes de comunicar o fato à Mesa e que só daria uma resposta no dia 12.

Estamos no dia 12, Sr. Presidente. Hoje é exatamente o dia 12 e estamos aguardando o Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, dar-nos uma posição quanto aos requerimentos, para que possamos tomar conhecimento deles e pensar nas providências a serem tomadas.

Poder-se-á argumentar: "Ah, mas a Oposição saiu". A imprensa poderia dizer que o Senador Antonio Carlos Magalhães disse que a Oposição é importante, mas não necessária e que o importante é que o Presidente e outro membro da Comissão renunciaram e que S. Ex^a espera que o Presidente do Partido indique os seus substitutos.

Não sei, Sr. Presidente. Mas a mim me parece que a subcomissão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não é uma CPI; é uma Comissão permanente, cujo membro pode estar hoje e não estar amanhã. Porém, a Comissão é permanente. Não vejo essa ligação. Percebo que o Presidente Antonio Carlos Magalhães deve cumprir o prometido e comunicar ao Congresso Nacional, ao Senado Federal a sua decisão com relação aos requerimentos mencionados: "A minha decisão quanto aos requerimentos que recebi é esta." Isso é o fundamental. É a parte que cabe ao Presidente do Senado.

O que fará depois o Sr. Líder do PMDB é problema dele. Penso que deve indicar os membros. Contudo, fazer isso ou não é problema dele. Agora estamos no problema principal, que é o Presidente do Senado decidir em relação aos documentos que recebeu na hora oportuna dos membros da subcomissão.

Eu, por exemplo, não acompanhei nem o PT nem o PMDB. Não acompanhei o PT, que se retirou, e não acompanhei o meu Partido, que renunciou, porque penso que devo esperar a decisão do Senador Antonio Carlos Magalhães – é o que estou fazendo. Se o Senador Antonio Carlos Magalhães, hoje, anunciar a sua decisão, "A decisão é essa, assim e assim", eu estou na subcomissão. Caso contrário, se não der resposta nenhuma, eu terei de afastar-me, porque, na verdade, então, não terei nada a fazer em algo que não existe.

Apesar da não-presença do Senador Antonio Carlos Magalhães – embora eu o tivesse avisado e S. Ex^a já soubesse o que era a questão de ordem, faço um apelo. O Brasil inteiro olha para o Senado Federal. Há uma interrogação no Senado Federal. Há uma pergunta no Senado Federal...

Eu gosto do Senador Antonio Carlos Magalhães por causa disso: está aí, voltou. Essa é a qualidade do Senador Antonio Carlos Magalhães que admiro e que respeito entre as suas grandes qualidades. Estava lá o Ministro, mas o Senador despachou o Ministro e veio aqui.

Quero dizer a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães, que confio inteiramente na sua decisão. Eu era daqueles que pensavam que abrir contas e quebrar sigilos eram competência só de CPI, mas V. Ex^a convenceu-me do contrário. E V. Ex^a está correto: se uma CPI pode, por que a Mesa também não pode?

Anunciando a resposta, a decisão, hoje, vamos começar a trabalhar. V. Ex^a fazendo a sua parte, o Líder do PMDB terá de fazer a sua parte e terá que responder por ele mesmo. V. Ex^a responde pela Presi-

dência da Mesa neste momento, cumprindo a sua parte. O resto, ou seja, o que o PT quiser fazer ou não, o PMDB quiser fazer ou não, é outra questão. Com relação a mim, V. Exª dando a decisão, fico na Comissão para continuar o trabalho. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Trata-se de uma subcomissão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. É público e notório que a Oposição se desligou da comissão e também o fizeram membros do Partido de V. Exª, o PMDB. O Presidente e o Vice-presidente da subcomissão renunciaram. Entendi-me com o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que S. Exª, se considerasse justo e correto, se dirigisse ao Presidente do Partido de V. Exª para saber do interesse ou não de a subcomissão continuar. Aguardo essa resposta, para poder convocar a Mesa e tratar do assunto sobre o qual a comissão, que hoje não tem nem Presidente nem Vice-Presidente, pediu para que a Mesa agisse. Vou convocar a Mesa na medida da existência ou não da subcomissão. Não posso convocar a Mesa para tratar de um assunto de uma subcomissão que não existe.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é preciso ponderar que uma das razões fundamentais que levou o Bloco da Oposição a sair da subcomissão foi o fato de, passado mais de um mês, o requerimento apresentado pelo Bloco de Oposição na Subcomissão Permanente do Judiciário ter sido encaminhado à Mesa e não ter havido decisão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Permita-me interrompê-lo para dizer que V. Exª sabe que os trabalhos não estão normais. Recebi o requerimento da Subcomissão após o dia 10. Essa é a primeira vez que estamos nos reunindo depois dessa data. Era o meu propósito convocar a Mesa. Mas convocá-la, se a Subcomissão existisse. V. Exª, assim como a Senadora Heloísa Helena, não quer que a Subcomissão exista.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de informar que, ao representar o Bloco da Oposição na Mesa, como primeiro Suplente, sempre estive e estarei sempre pronto a atender aos chamados de V. Exª como Presidente. Para essa finalidade, se V. Exª tivesse me convocado, viria de São Paulo dada a relevância do tema para a decisão que a Mesa estaria por tomar.

Acredito que a Senadora Heloísa Helena, nossa Líder, complementará o pensamento, mas gostaria de registrar que esse foi um dos fatores que levou o Bloco da Oposição a deixar a Subcomissão Permanente do Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Exª seria convocado se o representante da Oposição na Mesa não estivesse presente. A Comissão é formada de acordo com o número de Partidos. Se o Senador Ademir Andrade não estiver presente às reuniões, V. Exª iluminará a Comissão com o brilho da sua inteligência.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra pela ordem à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pela ordem. Sem revisão da Oradora.) – Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, todos os Parlamentares desta Casa são testemunhas do esforço gigantesco e da tolerância do Bloco da Oposição, que é nossa obrigação na qualidade de Parlamentares, convivendo na pluralidade. Desde o início, é do conhecimento desta Casa a nossa tentativa de que esse assunto fosse tratado na Comissão Parlamentar de Inquérito. Ainda em julho, o Senador Geraldo Melo, inclusive, foi testemunha, porque presidia a Comissão Representativa do Congresso Nacional, de que sugerimos que a questão fosse discutida na Comissão de Fiscalização e Controle, proposta que, entretanto, em nenhum momento foi aceita.

Fomos à Subcomissão Permanente do Judiciário, pois entendíamos que a indicação de membro da Oposição para a referida Subcomissão tinha o propósito de tratar do objeto nobre da criação do requerimento aprovado em dezembro de 1999. Mas, na Subcomissão, o Bloco da Oposição participou de todos os trabalhos, ficou nesta Casa até altas horas da madrugada cumprindo a sua obrigação constitucional e, portanto, participando.

No entanto, todos sabíamos que o assunto definidor – ou seja, o rastreamento das ordens bancárias

para identificar os beneficiários finais da operação fraudulenta – caberia ao Banco Central, cujos representantes, quando aqui estiveram, disseram inclusive que, após a liberação de uma listagem dos beneficiários finais, se o Ministério Público entendesse que esses beneficiários não serviriam, o trabalho seria feito eternamente.

Sr. Presidente, queremos registrar que a Subcomissão delegou oficialmente à Comissão de Fiscalização e Controle o caso conhecido como Eduardo Jorge, caso esse que é a motivação e o objeto dos nossos requerimentos. Então, a Oposição não desmantelou a Subcomissão, que continua existindo, com quórum para trabalhar, para deliberar. A propósito, o Suplente do Senador Renan Calheiros continua trabalhando na Subcomissão, que tem, repito, número suficiente para deliberar. Fazemos um apelo a V. Ex.^a porque a Subcomissão já delegou à Comissão de Fiscalização e Controle a responsabilidade de atuar no caso Eduardo Jorge, que é justamente o objeto do requerimento que apresentamos a V. Ex.^a. É só uma perspectiva, não estamos fazendo disso quebra de braço, entendemos que temos o direito, a prerrogativa constitucional e regimental. Mas, se V. Ex.^a entender que não deverá apresentar um parecer à Subcomissão, embora entendamos que tal procedimento deva ser feito, a Subcomissão continua existindo, nesse caso atuando simplesmente como estação de transbordo. Porque a Subcomissão, Presidente Antonio Carlos Magalhães, já disse que não vai atuar no caso Eduardo Jorge, que é justamente o objeto do requerimento que fizemos. então delegou tal responsabilidade à Comissão de Fiscalização e Controle. Portanto, a devolução do.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Se bem entendo V. Ex.^a, V. Ex.^a acha que devo mandar esse expediente para a Comissão de Fiscalização e Controle.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Mesa ainda não trataria desse problema?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Trataria, Sr. Presidente. De fato, à Mesa caberá encaminhar nossos requerimentos. Os dados ainda nem voltaram. A polêmica de para onde seriam encaminhadas as informações, se aos Parlamentares titulares ou aos Parlamentares que assinaram o requerimento, porque todos sabemos que poderíamos fazer isso no Plenário, como bem falou V. Ex.^a como requerimento de informação. Nós encaminhamos à Subco-

missão na perspectiva de demonstrar, enquanto Bloco da Oposição, que queríamos dar à Subcomissão legitimidade, que achávamos que, oficialmente, ela não tinha, para cuidar de casos que extrapolavam a questão do TRT de São Paulo. E a Subcomissão fez isso, ela deliberou que esses casos serão encaminhados à Comissão de Fiscalização e Controle.

Então, o que queremos é que V. Ex.^a se posicione sobre o requerimento formalmente e, portanto, encaminhe aos órgãos ou autoridades competentes, para que respondam ao nosso requerimento de informações. Tendo em mãos o requerimento de informações, ou seja as informações que estamos pleiteando, aí é que seria discutido se seriam encaminhadas à Subcomissão, aos Parlamentares que subscreveram ou à Comissão de Fiscalização e Controle, porque tenho a mais absoluta certeza de que, devolvendo à Subcomissão, ela, imediatamente, porque já o fez, já delegou oficialmente à Comissão de Fiscalização e Controle... Não fomos nem nós. Não reivindicamos isso, estávamos participando da Subcomissão. Entretanto, quando solicitamos coisa menor, quando solicitamos que essas personalidades para as quais apresentamos um requerimento pedindo informação sobre a movimentação bancária, solicitamos que essas personalidades fossem ouvidas, portanto estávamos solicitando o menor, que elas fossem ouvidas. As informações mais aprofundadas, que é justamente o objeto do nosso requerimento de informações, evidentemente que iriam para a Comissão de Fiscalização e Controle também.

Então, o apelo que faço é no sentido de que os nossos requerimentos sejam encaminhados. Não vamos fazer disso queda-de-braço. Sabemos, como bem já discutimos com V. Ex.^a, que poderemos fazer esse requerimento depois também, porque, apesar de ser dito que não há a quem responder, embora tenhamos o entendimento de que há, a Subcomissão continua existindo. É lógico que cabe à maioria da subcomissão dizer quem é seu presidente. A Subcomissão continua existindo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tenho que tratar com o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, porque a Subcomissão é da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Agora, vou levar em conta o apelo de V. Ex.^a para me dirigir à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra, pela ordem, Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, quero dar uma palavra serena nesta matéria.

Prosseguimos na Subcomissão à apuração de um dos maiores escândalos já ocorridos na República brasileira. E a Subcomissão, nesse sentido, vinha fazendo o que tinha de fazer, ouvir pessoas, encaminhar requerimentos relativos à suspensão de sigilos, e o fez para a Mesa, agir junto ao Banco Central, para o rastreamento do caminho desse dinheiro desaparecido. Ou seja, não há, no andamento da Subcomissão, nenhum momento em que deixou de cumprir seu dever. Como disse a Senadora Heloísa Helena, varando noites nesse trabalho num momento em que a Casa se encontrava em recesso. Subitamente a Subcomissão fica desfalcada de seus importantes participantes, que são os membros da Oposição, o que cria um impasse terrível. Ou seja, a Oposição, que se supõe a maior interessada na apuração desse escândalo, abandona a Subcomissão. Não porque esta estivesse fracassando, estivesse sem trabalhar, sem se reunir. Não. Apenas porque a Oposição supõe que é, primeiro, a única interessada na apuração. E não é. Segundo, a Oposição quer que a Casa e a maioria dos Srs. Senadores ajam como ela deseja. Ou seja, ou se faz o que a Oposição quer, ou não há Subcomissão.

Convenhamos, Sr. Presidente, que isso desborda o bom-senso. Por quê? Porque parte de um princípio muito comum aos membros da Oposição nesta Casa: o de que detêm o monopólio da dignidade, da seriedade, e só eles são capazes de dizer o que é justo, o que é correto, o que é bom. Os demais, não. Ai de quem se coloque numa posição contrária ao que a Oposição deseja.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Artur da Távola?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Não sei se posso conceder aparte em questão de ordem. Se puder, com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex^a pode falar pela ordem, também. Agora, acho que num assunto dessa ordem não podemos ser rígidos regimentalmente. Penso que poderia haver um aparte, porque é um problema para esclarecimento. É uma exceção que considero justa.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB RJ) – Concedo o aparte com muito prazer.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Vou fazer o aparte exatamente porque é um aparte ao discurso de V. Ex^a. As nossas divergências a respeito do instrumento eficaz para apurar esse escândalo são públicas e não cabe aqui ficar repisando. Agora, V. Ex^a está sendo injusto com a Oposição quando diz que a intenção da Oposição é que não haja a Subcomissão porque entendemos que ela não é o instrumento mais eficaz. Ora, o que fizemos foi sair da Subcomissão. A Subcomissão é composta por sete membros; saiu um membro titular; ela continua com seis. Então, se há alguém responsável pela Subcomissão deixar de existir não é a Oposição. Continuamos entendendo que ela não é o instrumento mais eficaz, continuamos brigando pela CPI, o que é público, agora, não nos venha dizer que a culpa do enterro da Subcomissão é da Oposição. V. Ex^a procure outros ou outro responsável. Não venha colocar na nossa bagagem mais esta acusação, porque V. Ex^a ainda há de reconhecer que está sendo injusto. Continuamos com a mesma opinião a respeito da eficácia da Subcomissão, mas não queremos que ela deixe de existir só porque pensamos isso. Só optamos por não participar dela mais. Se é a vontade da maioria – e V. Ex^{as} são, efetivamente, a maioria –, então, a Subcomissão vai continuar existindo.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB RJ) – Certo. Penso que V. Ex^a, com a inteligência que o caracteriza, até antecipou o fim das minhas palavras. Realmente, eu concluiria dizendo que a Subcomissão deve continuar a existir tranquilamente, continuar na sua apuração, reivindicar da Mesa. E eu não disse que a saída dos membros da Oposição determina o fim da Subcomissão. Eu disse que é pena não contar com a presença dos membros da Oposição. Por quê? Porque, Senador, a não ser em pequenos pormenores de natureza política, do ponto de vista da apuração, acredito que Oposição e Governo são igualmente interessados. E o que eu dizia é que a Oposição supõe ter o monopólio do caminho correto para as coisas. E sempre que, por alguma razão, com ela não se concorda, ou se está do lado do mal, ou ela se retira, ou ela antagoniza jogando a Subcomissão contra a opinião pública. Enfim, são manobras de natureza política...

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – São manobras perfeitamente legítimas, da mesma forma que V. Ex^a tenta também jogar a Oposição contra a opinião pública, Senador.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Não estou dizendo que elas são ilegítimas, apenas estou tornando-as claras. Não digo que elas não são legítimas, apenas as torno claras para o entendimento das pessoas que porventura acompanham os trabalhos desta Casa.

Então, somos todos igualmente interessados. Por essa razão, acredito, Sr. Presidente, que a orientação de que a Subcomissão – e nesse sentido encaminho ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania também essa posição – continue, já que ela tem sete membros – ficará desfalcada de um, o que é uma pena, porque a Oposição teve um trabalho do qual posso discordar, mas um trabalho sério, responsável – e que ela continue a apurar, porque não há razão para ela deixar de existir. E faço um apelo ao Líder do PMDB para que indique membros que substituam aqueles que porventura se afastaram da Subcomissão. Nesse sentido, a posição do Senador Pedro Simon foi extremamente cautelosa. S. Ex.^a acredita que a Subcomissão não tem os poderes suficientes, mas só se afastaria se não se tornassem claros quais são os instrumentos de apuração.

V. Ex.^a, como Presidente da Casa, e o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania são, evidentemente, peças importantes. Acredito que também V. Ex.^{as} estão interessados em que a Casa apure os fatos da melhor forma possível. Caso contrário, o próprio Senado ficaria muito mal, pois a maioria da Casa ficaria aprisionada àquela argumentação que a Oposição levou à opinião pública: de que não estamos interessados em apurar. Na verdade, esse fato não ocorre. Estamos tão – ou mais – interessados em apurar quanto a Oposição. Simplesmente, seguimos os caminhos que nos parecem os corretos nessa apuração. Não estamos obsessivamente fixados num só caminho, embora saibamos trilhá-lo, se for necessário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

REQUERIMENTO Nº 465, DE 2000

Senhor Presidente,

Nos termos, regimentais, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2000, de minha autoria, que "Autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Participação dos Servidores e dá outras providências".

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2000. –
Senador **Osmar Dias**.

REQUERIMENTO Nº 466, DE 2000

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2000, de autoria do Senador Renan Calheiros, e do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2000, de iniciativa do Senador Leomar Quintanilha, por versarem sobre a mesma matéria (definição e tipificação dos crimes informáticos).

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2000. –
Senador **Roberto Freire**.

REQUERIMENTO Nº 467, DE 2000

Senhor Presidente,

Tendo em vista as peculiaridades inerentes aos Projetos de Lei nº 287 e nº 569, ambos de 1999, que tratam de matéria referente a descontos nas tarifas de passagens aéreas, ferroviárias e marítimas — de características totalmente diversas das tarifas de transporte coletivo urbano —, requeiro sua tramitação em separado do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1998 (nº 4.175/89, na Casa de Origem).

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2000. –
Senador **Amir Lando**.

REQUERIMENTO Nº 468, de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Antônio Carlos Magalhães,

Com fundamento no disposto no art. 258, do regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000, que "institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidade de Sustento da Família" com o Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1999, que "Altera os artigos 4º e 11 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964", visando reservar recursos para financiamentos habitacionais em benefício das Mulheres Chefe de Família, tendo em vista que os dois Projetos em referência, estão regulando matérias correlatas.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2000. –
Senadora **Emília Fernandes**, PDT-RS.

REQUERIMENTO Nº 469, DE 2000

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2000, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, e do Projeto de Lei do Senado nº 370, de 1999, de iniciativa do Senador

Lauro Campos, por versarem sobre a mesma matéria (impenhorabilidade do bem de família).

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2000. – Senador **José Fogaça**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o fulcro dessa questão é o descalabro descoberto pela Comissão Parlamentar de Inquérito no que diz respeito ao Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. De quem foi a iniciativa dessa Comissão Parlamentar de Inquérito? Foi de V. Ex^a, que chegou a essa conclusão e a muitas outras. A Comissão Parlamentar de Inquérito – e já tentamos dizer isso aqui exaustivamente desta tribuna, quinta-feira passada – depois de examinar tudo quanto pôde, com todos os instrumentos próprios de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, ainda solicitou a prorrogação de seu tempo – e obteve – e, afinal, redigiu um relatório. E foi graças a essa comissão que se localizou esse escândalo do prédio do Tribunal do Trabalho de São Paulo.

Naquela ocasião, ficou determinada a constituição de uma subcomissão da Comissão de Justiça, exatamente para acompanhar aquilo que a Comissão Parlamentar de Inquérito eventualmente não tivesse tido tempo de examinar. Então, constituiu-se a Subcomissão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; passamos a investigar; ouvimos autoridades; e chegamos a algumas conclusões.

Quando a eminente Senadora Heloísa Helena diz que o próprio Presidente da Comissão, Senador Renan Calheiros, encaminhou todos os documentos para a Comissão de Fiscalização e Controle, eu pediria a S. Ex^a a permissão apenas para fazer um adendo, talvez uma lembrança no sentido de que não são todos, e sim os documentos que nada têm a ver com o prédio do Tribunal do Trabalho de São Paulo.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT AL) – Que é o objeto do nosso requerimento.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL MA) – Isso é outra história.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT AL) – Não, é a mesma.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT SP) – Não, é a própria história.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL MA) – O que foi mandado para a Comissão de Fiscalização e Contro-

le era o que não dizia respeito ao Tribunal do Trabalho.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL MA) – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT SP) – Senador Edison Lobão, do que trata o requerimento e os requerimentos sobre os quais a Oposição manifestou grande interesse? Exatamente da movimentação das contas do Sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira, das contas das empresas das quais ele é sócio proprietário, que se faça auditoria da movimentação das contas dessas empresas para se saber quais são os clientes a quem prestavam serviços. Tendo em vista que a Subcomissão considerou que esse assunto deveria ficar a cargo da Comissão de Fiscalização e Controle, e como é justamente esse o assunto objeto do requerimento em relação ao qual a Mesa precisa tomar uma decisão, surgiu o impasse. A Senadora Heloísa Helena ponderou que o tema está para a Comissão de Fiscalização e Controle temos grande interesse em acompanhá-lo e, portanto, em saber da decisão da Mesa –, de forma que já não está mais no âmbito daquilo que a Subcomissão definiu por maioria, não pela voz da Oposição, mas por V. Ex^a e pelos membros da Base Parlamentar. Acredito que, assim, fica esclarecido o episódio.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador Eduardo Suplicy, o requerimento enviado à Mesa do Senado dizia respeito realmente a essas questões. Embora a Senadora Heloísa Helena entendesse que a Mesa não tinha condições de propor a quebra de sigilo bancário, o Senador Antonio Carlos Magalhães admitiu a possibilidade de fazer uma exploração nesse sentido, o que me pareceu uma boa vontade a mais em relação ao assunto, a despeito do ceticismo normal da Senadora Heloísa Helena. O Senador Antonio Carlos quis ir além, quis fazer uma tentativa para conseguir aquilo que a Oposição tanto desejava a quebra do sigilo bancário. Então, a solicitação foi encaminhada à Mesa do Senado, para que esta examinasse a questão e, afinal de contas, desse consequência a esse pedido.

O Sr. José Jorge (PFL PE) Senador Edison Lobão, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL MA) Ouço V. Ex^a com muito prazer, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL PE) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de dar um esclarecimento, como Relator, sobre essa questão específica. Essa Subcomissão foi criada especificamente para cuidar

das questões do Judiciário, a partir da CPI do Judiciário. No seu início, foi feita uma série de convocações, tanto pelos Parlamentares da Base do Governo quanto pelos da Oposição, para que se ouvissem as pessoas que estivessem direta ou indiretamente ligadas à questão do TRT de São Paulo. Os requerimentos foram aprovados, a maioria das pessoas já foi ouvida, faltando algumas. Por outro lado, também foi feita uma série de pedidos de informação referentes à questão do TRT e, como ressaltou a Senadora Heloísa Helena, referentes a outros assuntos que não tinham nada a ver com a questão do Judiciário. Esses pedidos de informação foram encaminhados à Mesa, porque a Comissão não analisou o mérito dos requerimentos. Quem vai analisar o mérito é a Mesa. Nós apenas aprovamos o encaminhamento à Mesa pela Comissão, sem analisar o mérito. Já em relação aos requerimentos para convocação, a Comissão analisou o mérito. Então, quando chegou a hora de se analisar o mérito, realmente a Comissão decidiu que aqueles casos não ligados à questão do TRT de São Paulo ou do Judiciário de maneira geral fossem encaminhados à Comissão de Fiscalização e Controle. Portanto, houve diferença entre os pedidos de informação e os requerimentos de convocação: o mérito dos primeiros não foi examinado, enquanto o dos últimos foi. Era só isso que eu queria esclarecer a V. Ex^a.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Agradeço o esclarecimento de V. Ex^a.

Sr. Presidente, concluo dizendo que os requerimentos de informações da Senadora foram enviados à Mesa corretamente. A Mesa vai examiná-los e encaminhá-los a quem de direito. E é claro que isso não impõe à autoridade governamental a resposta, se se tratar de quebra de sigilo bancário. Requerimento de informação, a meu ver, não tem o poder de quebrar sigilo bancário, mas a Mesa está explorando essa possibilidade, numa boa vontade do Presidente Antonio Carlos Magalhães e certamente dos demais membros da Mesa. A explicação complementar do Senador José Jorge acaba de esclarecer, portanto, esta questão: o que foi para a Comissão de Fiscalização e Controle era aquilo que não dizia respeito especificamente ao prédio do Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer uma correção sobre o que disse o Senador Edison

Lobão: a Subcomissão não foi criada e recomendada no relatório do Senador Paulo Souto para continuar o trabalho da CPI do Judiciário; está lá, com todas as letras, no relatório do Senador Paulo Souto e no requerimento que criou a Subcomissão que esta teria a tarefa de “acompanhar os desdobramentos das recomendações do relatório da CPI do Poder Judiciário”. Quando encaminhamos recomendações de enquadramento penal, sugestões de modificação institucional para o Congresso, recomendações ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, essa Subcomissão teria a tarefa de acompanhar como estavam se processando essas recomendações. E isto não estava previsto no relatório, mas, já no requerimento de criação da Subcomissão, além disso, foi incluído “receber novas denúncias, catalogá-las e encaminhá-las aos órgãos competentes”. Portanto, novas denúncias relativas ao Poder Judiciário que chegassem ao Senado seriam encaminhadas para essa Subcomissão, catalogadas e encaminhadas aos órgãos competentes.

Quando surgiu o caso Eduardo Jorge, a Maioria, para evitar a instalação da CPI, resolveu transformar essa Subcomissão, dando-lhe um caráter investigatório que ela não tinha originariamente. Eu até fiz questão de registrar que, depois do depoimento do Dr. Eduardo Jorge, estava me sentindo incomodado, como membro da CPI do Poder Judiciário, com a condução dos trabalhos dessa Subcomissão, porque estava dando a impressão de que esta queria refazer o trabalho da Comissão na parte relativa ao TRT de São Paulo. Houve até mesmo um início de debate entre mim e o Senador Artur da Távola no depoimento dos Presidentes do Tribunal, que já haviam prestado depoimento à CPI. Por isso mesmo eu entendia que eles não deveriam vir à Subcomissão, porque estava parecendo uma admoestação feita pela Subcomissão à CPI do Judiciário. Registrei até que algumas das perguntas que estavam sendo feitas já haviam sido respondidas na CPI do Judiciário. E os motivos da nossa saída da Subcomissão já foram relatados.

Sr. Presidente, o Senador Artur da Távola diz que a Oposição tem todo o direito de insistir no caminho que julgar mais correto. Depois, S. Ex^a disse que esses caminhos poderão ser adotados por eles. Ora, é consenso que ainda há o que ser apurado no caso do TRT de São Paulo. A CPI do Judiciário não tratou apenas do caso do TRT de São Paulo, mas apurou, nesse caso específico, o que lhe foi possível apurar. Avalio que, quanto ao caso do TRT de São Paulo, ela chegou até mais longe do que alguns poderiam supor

no início de seus trabalhos. No entanto, ficou faltando rastrear cerca de R\$70 milhões em cheques administrativos que o Banco Central não rastreou, alguns deles do Banco do Brasil, que não os identificou. E continuamos insistindo que o instrumento para isso deveria ter poderes semelhantes ao da CPI do Judiciário, para investigar especificamente a continuação dessa "maracutaia" do TRT de São Paulo. Nesse caso, não se tratará mais da Paraíba, de Brasília ou dos outros oito casos que foram objeto de investigação da CPI do Judiciário. Teríamos uma Comissão Parlamentar de Inquérito para, especificamente, acabar de desentranhar esse imbróglio.

Segundo manifestações dos Senadores José Roberto Arruda e Artur da Távola, a partir dos depoimentos do Ministro Martus Tavares e de outras autoridades, ficou cristalino que não há nenhuma responsabilidade do Executivo nessa história.

Vamos assumir isso como verdade. Não poderão nem dizer que a Oposição quer fazer uma CPI para desestabilizar o Governo Fernando Henrique Cardoso. Ora, se está tão cristalino que não há nenhuma responsabilidade do Executivo nessa história, que é necessário descobrir onde estão esses quase R\$70 milhões e se é consenso que o instrumento mais eficaz para isso é uma CPI, por que esta Casa não cria a Comissão Parlamentar de Inquérito para continuar o processo de investigação? A CPI do Judiciário não tinha a tarefa de investigar somente o TRT de São Paulo, tinha prazo para terminar e fez o que era possível dentro do prazo que possuía. A nova Comissão Parlamentar de Inquérito investigaria especificamente o TRT de São Paulo e seria um instrumento mais eficaz para darmos prosseguimento ao trabalho feito pela CPI do Judiciário.

A maioria está convicta – a não ser que não haja tanta convicção assim – de que, com o depoimento de Sr. Martus Tavares e de outros, o Executivo não tem nenhuma relação com essa história. Mas é a CPI que deve dizer: "O Executivo não tem relação com essa história. São culpados pelos R\$70 milhões o Congresso, o TCU, o TST, o TRT". Enfim, a CPI chegará às conclusões que as Lideranças governistas dizem ser tão cristalinas.

Não consigo entender por que continua a rejeição da maioria desta Casa em criar um instrumento que todos concordamos ser o mais eficaz para concluir o desenrolar do imbróglio desse caso do TRT de São Paulo. Todos sabemos que ainda precisamos descobrir onde estão os R\$70 milhões. Vários Senadores já disseram que o Nicolau, o Luiz Estevão e o

Fábio Monteiro de Barros não são os únicos responsáveis. Também creio que há outros envolvidos.

Portanto, por que esse instrumento que todos consideramos o mais eficaz não passa a ser um consenso da Casa, a fim de que tenhamos uma Comissão para investigar e concluir esse trabalho que continua sendo emblemático em todo esse processo de liberação de recursos?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Exª tem a palavra. Embora seja sobre o mesmo assunto, V. Exª tem prerrogativas.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, de fato, não queria e nem vou entrar no debate político sobre a Subcomissão.

O Senador Edison Lobão fica o tempo todo falando sobre o sigilo bancário e o ceticismo. Não se trata disso. Quando levantamos a discussão acerca do sigilo bancário, não o fizemos aleatoriamente, por ceticismo. Baseamo-nos num documento encaminhado pelo então Presidente do Congresso, Senador José Sarney, e pelo atual Presidente do Congresso, Senador Antonio Carlos Magalhães, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Como a discussão de sigilo dependia de interpretação de texto constitucional, solicitava-se um novo posicionamento da CCJ. Discutimos o sigilo bancário devido a deliberações tomadas anteriormente pela Mesa.

De repente, diz-se que se trata de requerimento de informações, com jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. O Senador Bernardo Cabral, em parecer dado à CCJ, embora não analisado totalmente, trata muito bem disso, dizendo que o sigilo bancário não constitui um poder ou direito absoluto e cede passos ao interesse público. É o que estamos querendo exatamente agora.

Portanto, Sr. Presidente, refiro-me simplesmente aos nossos requerimentos de informações. Apelo mais uma vez. Temos direito às respostas aos requerimentos de informações, conforme prezam a Constituição e o Regimento Interno da Casa. Queremos obter essas informações. Após o envio pelos órgãos ou autoridades competentes das informações, debateríamos a quem seriam elas encaminhadas. Senão, teremos de obtê-las por meio de requerimento individual.

Portanto, apelo para que V. Exª reúna a Mesa hoje para aprovar nossos requerimentos de informações que efetivamente não tratam do caso do TRT. É importante que V. Exª saiba que o dirigente do Banco

Central que aqui depôs disse que o rastreamento das ordens bancárias pode ser feito eternamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Gostaria de entender melhor V. Exª para não haver dúvidas no nosso bom diálogo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Desejo que a Mesa encaminhe os nossos requerimentos de informações.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sem opinar?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Opinando à luz da Constituição Federal e do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Exª quer alguma deliberação da Mesa para encaminhar o requerimento?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Exatamente. Queremos encaminhar os requerimentos aos órgãos e autoridades competentes sobre as informações que estamos solicitando.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Perfeito. Para isso, não é preciso nem reunir a Mesa. Posso encaminhar os requerimentos. Resolvindo o impasse.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Mas V. Exª havia dito anteriormente que precisava de deliberação da Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Precisaria de deliberação da Mesa se fosse algo mais extenso. Mas V. Exª quer que eu envie os requerimentos dos Srs. Membros da Comissão às autoridades competentes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Desejamos que sejam encaminhados os requerimentos de informações, conforme estabelece a Constituição Federal, o Regimento Interno da Casa e o parecer de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Exª quer o parecer da Mesa?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Mas V. Exª avocou a si essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Não estou entendendo por que V. Exª quer que eu encaminhe o requerimento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – É primordial o encaminhamento do requerimento, já que a Constituição estabelece esse procedimento.

Sr. Presidente, a Mesa deve encaminhar os requerimentos de informações que são condição **sine qua non** para o cumprimento da nossa obrigação

constitucional de fiscalizar os atos do Executivo. É condição **sine qua non** que tenhamos acesso às informações objeto dos requerimentos solicitados a V. Exª.

Tenho absoluta certeza de que o parecer sobre os requerimentos de informações será favorável e de que eles serão encaminhados aos órgãos e às autoridades competentes, para que possamos ter acesso a essas informações e com elas trabalhar na Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tendo em vista a simplicidade com que V. Exª se refere à questão, deferirei os requerimentos para as autoridades competentes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – É exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Está muito bem. Pena que tivéssemos arrombado durante tanto tempo uma porta aberta.

O SR. EDUARDO SUPLEY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, é importante que as autoridades respondam devidamente à solicitação do Senado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Terão de responder, como o fizeram em outras oportunidades.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Os requerimentos lidos serão publicados e incluídos na Ordem do Dia, na forma do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 470, DE 2000

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no § 2º do art. 50, da Constituição Federal, bem como do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja encaminhada ao Sr. Ministro da Fazenda a seguinte solicitação:

1) o relatório da auditoria que foi realizada pelo Banco Central do Brasil para apurar as irregularidades na gestão do Banestado e no Banestado **Leasing**;

2) as providências internas tomadas pela direção do Banco Central do Brasil com relação as irregularidades supracitadas;

3) a atual situação do Banestado e do Banestado Leasing.

Justificação

O Senado Federal aprovou endividamento de cerca de R\$5 bilhões ao Estado do Paraná a fim de sanear as finanças do Banestado e do Banestado Leasing. Este processo tem sido conduzido sem nenhuma transparência, o que gera prejuízos ao povo do Paraná, que será o responsável último a honrar esta dívida.

É sabido que o Banco Central do Brasil realizou auditoria para apurar irregularidades tanto no Banestado como no Banestado Leasing. Ora, em sendo competência privativa o acompanhamento desta Casa com relação aos empréstimos por ela concedidos, faz-se necessário que o próprio Banco Central, em atendimento aos preceitos contidos no art. 37 da Constituição Federal, dê publicidade aos resultados da auditoria citada.

Ressalte-se que o escândalo dos precatórios ocorreu exatamente no uso que foi feito dos recursos que tiveram a sua operação de crédito aprovada pelo Senado Federal. Assim, fica evidenciada a relevância e a urgência do requerimento ora em tela.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2000. –
Osmar Dias, Senador.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 471, DE 2000

Requeiro, nos termos do art. 50 § 2º da Constituição Federal combinado ao art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social as seguintes informações:

1. Quais os critérios para que uma entidade seja certificada como filantrópica e, por extensão, goze do benefício da isenção fiscal concedida pela Previdência Social?

2. Nos últimos dez anos, quais entidades figuraram da lista de beneficiárias e quais os valores das isenções a que fizeram jus?

3. Qual o impacto da concessão de tais benefícios no orçamento do Ministério nos últimos dez anos, detalhado ano a ano?

4. Qual a metodologia aplicada para se apurar, ano a ano, o valor custo-benefício dessas isenções e quais os critérios para a renovação das concessões?

5. Como, com que frequência e por quem é feita a fiscalização junto às entidades filantrópicas beneficiárias de isenções fiscais concedidas pela Previdência Social?

6. Em caso do não cumprimento da contrapartida exigida em função da isenção concedida, quais as penalidades previstas e quais os responsáveis por sua aplicação?

Justificação

Recentemente o **Jornal do Brasil** publicou a matéria intitulada "Filantropia oficial de R\$1,9 bi só favorece classes média e alta" (cópia em anexo), a qual foi objeto de meu discurso proferido no dia 23 de agosto do corrente, apontando como maiores beneficiários pela renúncia fiscal da União universidades, colégios particulares e hospitais que, por sua própria clientela, desafiam a seriedade do conceito governamental de filantropia. Ademais, demonstra que esse instrumento resulta no favorecimento da concentração de renda, pois "apenas 100 das entidades respondem por metade de toda a renúncia fiscal do setor".

Quando se trata de discorrer sobre a contrapartida que essas instituições deveriam dar à sociedade, a matéria em questão traz estampadas declarações como a do Sr. Jair Abrunhosa, pró-reitor administrativo e financeiro da faculdade Cândido Mendes (RJ), de que "dar benefícios a todos os estudantes é uma quimera".

Como se não bastasse, sobre a co-responsabilidade entre o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e os colegiados municipais de assistência social com relação à fiscalização das beneficiárias, declarações como a do vice-presidente do CNAS, o qual admite:

"Não dá para vigiar todo o país daqui de Brasília", ou ainda mais grave, como a de um funcionário do INSS, que não quis se identificar, admitindo que "as filantrópicas são um dos setores mais difíceis de serem fiscalizados por causa das pressões políticas" e que auditores especializados são contratados para moldar relatórios atestando o cumprimento da lei, deixam qualquer cidadão brasileiro perplexo e indignado.

Ainda segundo o **Jornal do Brasil**, o INSS deixou de arrecadar no ano passado R\$1,5 bilhão, um

valor chocante quando comparado àquele aplicado em hospitais da rede pública de saúde. São distorções que precisam ser corrigidas se quisermos ter justiça social em nosso país.

É inadmissível que o Hospital Albert Einstein, com a maioria de sua clientela composta de ricos, tenha sido beneficiado, só no ano passado, com uma isenção da ordem de R\$22,4 milhões enquanto que o Hospital Escola da Universidade de Brasília, que atende pacientes do Piauí, Maranhão, Tocantins, Goiás, Mato Grosso e até comunidades indígenas tenha um orçamento de pouco mais de R\$5 milhões para este ano.

Precisamos apurar as falhas da legislação pertinente e propor medidas duras para acabar com essa festança promovida com o dinheiro público, que deveria estar servindo a todos os brasileiros.

Reitero que minha preocupação justifica-se pela gravidade dos fatos apontados na referida matéria, cuja veracidade é preciso ser verificada, o que atribui maior relevância à obtenção de informações que nos permitirão agir.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2000. –
Senador Tião Viana.

Filantropia oficial de R\$1,9 bi só favorece classes média e alta

Apenas cem das beneficiadas ficam com metade da renúncia fiscal

A mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, que deixou de recolher R\$22,8 milhões aos cofres da Previdência, é a principal beneficiada pela renúncia fiscal do governo. Apenas cem das entidades contempladas respondem por metade de R\$1,5 bilhão que o INSS deixou de recolher no ano passado. Figuram como entidades filantrópicas, mas são, na maioria, universidades e colégios particulares que têm sua clientela nas classes média e alta. Economia.

Guga vence e disputa a final em Indianápolis

Gustavo Kuerten venceu o australiano Lleyton Hewitt por 2 a 0 e está na final do Torneio de Indianápolis, que será disputada hoje, às 15h (de Brasília). Pelo Brasileiro, o Fluminense empatou com América – MG em 1 a 1. O Vasco joga contra a Ponte Preta às 17h, em São Januário. A festa começa antes com os atletas do clube que irão à Olimpíada.

Um deles, o nadador Luís Lima, será o único carioca entre os 13 atletas da natação que estarão em Síde. O Flamengo enfrenta, em Recife, às 18h30, o

Santa Cruz. No mesmo horário, no Maracanã, o Botafogo enfrenta o Corinthians. As musas da tevê contam como se preparam para chegar em forma aos Jogos Olímpicos. Esportes.

Estado criará método para vigiar Polícia

Afastar 502 policiais, para o governador Anthony Garotinho, é só o primeiro passo da reestruturação das Polícias Civil e Militar. A partir de amanhã, o governo estadual dá a partida na criação de métodos de fiscalização da nova Polícia. Cidade.

Lei antifumo não preocupa a Souza Cruz

O mineiro Flávio de Andrade, presidente da Souza Cruz, diz que se preocupa mais com o contrabando, que já absorveu 35% do mercado total de cigarros, do que com a lei que proíbe a propaganda. Fumante convicto, afirma que o consumo cresce em todo lugar onde se proíbe a publicidade.

Transplante revê critérios e muda a lista de espera

A mudança de critério da lista de espera, que deixará de ser puramente cronológico para considerar sobretudo as características genéticas do receptor, é considerada pelos especialistas como o principal avanço no sistema brasileiro de transplante de rins. Por esse critério o risco de rejeição diminui, possibilitando melhor aproveitamento do órgão.

Hoje o tempo de espera por um rim pode chegar a 10 anos no Estado do Rio e a 6 anos em São Paulo. Brasil.

Cotações

Veja os dados atualizados.
Economia.

Escolas lideram isenção do INSS

**Muitas beneficiadas atendem alunos ricos.
Em 1999, Previdência deixou de recolher R\$1,5 bi**

ANA
D'

E ANDRÉ LACERDA
Foto de Carlos Eduardo

BRASÍLIA – Universidades e colégios particulares lideram a lista de isenções fiscais concedidas pela Previdência Social a entidades filantrópicas no país. A clientela de boa parte delas é formada por estudantes das classes média e alta.

Em 1999 o INSS abriu mão de uma receita de R\$1,5 bilhão, que deveria ter sido recolhida por instituições enquadradas na condição de beneficentes.

A União Brasileira de Educação e Assistência, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul, é a maior beneficiada entre as mais de seis mil instituições atendidas. Ficou livre de recolher R\$22,8 milhões aos cofres da Previdência no ano passado. O **Jornal do Brasil** teve acesso à lista com os nomes das maiores empresas contempladas em 1999. Apenas 100 das entidades respondem por metade de toda a renúncia fiscal no setor.

No ano passado, as maiores isenções foram dadas a estabelecimentos de ensino do estado de São Paulo, seguido do Rio Grande do Sul. Mas várias instituições estão no Rio de Janeiro, entre elas as universidades Estácio de Sá, Gama Filho e Santa Ursula. Também aparece na lista o Centro Educacional da Lagoa, freqüentado pela classe média alta carioca, com seis endereços nos pontos mais valorizados da Zona Sul do Rio. Em 1999, a escola foi beneficiada com isenção de R\$6 milhões. O dono é o empresário Júlio Lopes, ex-noivo da modelo Adriane Galisteu.

As filantrópicas têm tratamento privilegiado em relação às demais empresas brasileiras. Elas ficam livres do pagamento da contribuição patronal incidente sobre a folha de salário, cuja alíquota é de 20%, dos recolhimentos do seguro de acidente de trabalho e para o chamado Sistema S (Senai, Senac e Sebrae). Em contrapartida, além de proibidas de distribuir dividendos, as filantrópicas têm de obedecer a uma única exigência: usar 20% da receita em atendimento gratuito à população carente. Muitas acabam aplicando menos.

Para serem contemplados com a isenção os hospitais são obrigados a destinar 60% dos leitos ao atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

As instituições também adotam regras que limitam o acesso da população carente. Em vez de distribuir bolsas integrais, por exemplo, preferem apenas conceder algum tipo de desconto nas mensalidades. "Dar benefícios a todos os estudantes é uma quimera. Descontos de 30% atendem perfeitamente aos alunos", sustenta o pró-reitor administrativo e financeiro da Cândido Mendes, Jair Abrunhosa.

Para preencher o limite de atendimento gratuito previsto em lei, é comum que as instituições recorram a artifícios. Um dos mais freqüentes é a inclusão, no cálculo da cota de gratuidade, da concessão de bolsas a filhos de professores – negociada em acordos coletivos como rendimento indireto. Atividades assis-

tenciais paralelas, sem relação com o objetivo principal da instituição, também são comuns: é o caso, por exemplo, da PUC do Rio, que mantém um posto de atendimento psicológico na maior favela da América Latina, a Rocinha.

O Conselho Nacional de Assistência Social admite que o controle sobre a filantropia efetivamente praticada pelas empresas ainda é fraco. "Não dá para vigiar todo o País daqui de Brasília", justifica o vice-presidente do órgão, Antonio Brito. A responsabilidade pela fiscalização das entidades beneficentes é repartida entre o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o conselho e colegiados municipais de assistência social.

O INSS recebe anualmente relatório das instituições com prestação de contas e atividades desenvolvidas. "As filantrópicas são um dos setores mais difíceis de serem fiscalizados por causa das pressões políticas", revela um funcionário do instituto, que pediu para não ser identificado, temendo represálias. Segundo ele, os relatórios, muitas vezes, são moldados por auditores especializados para atestar o cumprimento da lei.

Neste semestre, o CNAS promete reavaliar todos os certificados concedidos às filantrópicas, renovados pela última vez em 1997. Sem o documento, o estabelecimento fica impedido de pleitear isenção junto ao INSS.

A filantropia acabou mostrando ser bom negócio. A Fundação Cásper Líbero, de São Paulo, é um exemplo. De simples faculdade de comunicação social tomou-se um forte grupo de mídia. Os negócios da empresa já incluem um jornal diário esportivo, uma emissora de televisão, uma rádio FM e um portal de **internet**, mais recente investida do grupo no mundo empresarial. Mesmo assim, o INSS deixou de arrecadar R\$4,5 milhões do conglomerado no ano passado.

Apesar de a faculdade representar a menor parcela entre os negócios do grupo e de ser a única atividade enquadrada entre as beneficiadas pela lei, a Cásper Líbero não recolhe um centavo de contribuição patronal sobre a folha salarial de todos os seus 800 funcionários – trabalhem eles numa sala de aula ou num estúdio de TV. A isenção do INSS não é a única benesse concedida pela União. As entidades beneficentes de educação e de assistência social também são isentas do pagamento de todos os impostos e contribuições cobrados pelos governos federais, estaduais e municipais. O benefício é assegurado em dois artigos da Constituição (nº 50 e 195).

A lista da renúncia**Instituições na mira do INSS****Ampliação do Simples****Flamengo é 1º da lista****A lista da renúncia**

(Ranking dos maiores valores individuais)

União Brasileira de Educação e Assistência (RS)

1999: R\$22,8 milhões

2001*: R\$28,4 milhões

Sociedade Beneficente Israelita Brasileira – Hospital Albert Einstein (SP)

1999: R\$22,4 milhões

2001*: R\$27,9 milhões

Associação das Pioneiras Sociais (DF):
225-8487

Sara Kubitschek – Fundação Hospitalar

1999: R\$21,3 milhões

2001*: R\$26,5 milhões

Universidade Estadual de Campinas

1999: R\$20,2 milhões

2001: R\$25,1 milhões

Fundação São Paulo – Mantenedora da PUC

1999: R\$18,9 milhões

2001*: R\$23,6 milhões

Fundação Faculdade de Medicina (SP)

1999: R\$18,8 milhões

2001*: R\$23,4 milhões

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo

1999: R\$18,5 milhões

2001*: R\$23,1 milhões

Instituto Presbiteriano Mackenzie (SP)

1999: R\$18,2 milhões

2001*: R\$22,7 milhões

Sociedade Campineira de Educação e Instrução (SP)

1999: R\$17,5 milhões

2001*: R\$21,8 milhões

CNEC – Campanha Nacional das Escolas da Comunidade (ES)

1999: R\$16,2 milhões

2001*: R\$20 milhões

Sociedade Antônio Vieira (RS)

1999: R\$15,9 milhões

2001*: R\$19,8 milhões

Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência (SP)

1999: R\$15,5 milhões

2001*: R\$19,2 milhões

Sociedade Mineira de Cultura – PUC (MG)

1999: R\$15,2 milhões

2001*: R\$18,8 milhões

Fundação E.J. Zerbin (SP)

1999: R\$14,9 milhões

2001*: R\$18,6 milhões

Casa de Saúde Santa Marcelina (SP)

1999: R\$12,5 milhões

2001*: R\$15,5 milhões

Faculdades Católicas (RJ)

1999: R\$12,3 milhões

2000*: R\$15,4 milhões

Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (RS)

1999: R\$11,9 milhões

2001*: R\$14,8 milhões

Casa N. S. da Paz Ação Social Franciscana (SP)

1999: R\$10,8 milhões

2001*: R\$13,5 milhões

Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá (RJ)

1999: R\$9,9 milhões

2001*: R\$12,4 milhões

Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Siro Libanês (SP)

1999: R\$9,7 milhões

2001*: R\$12,1 milhões

Associação Congregação de Santa Catarina (SP)

1999: R\$9,7 milhões

2001*: R\$12 milhões

Sociedade Universitária Gama Filho (RJ)

1999: R\$9,5 milhões

2001*: R\$11,9 milhões

Sociedade Paranaense de Cultura – PUC (PR)

1999: R\$9,4 milhões

2001*: R\$11,7 milhões

Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (RS)

1999: R\$9 milhões

2001*: R\$11,2 milhões

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs: os cálculos das renúncias foram feitos com base em dados da folha de pessoal das empresas, entre eles, os fornecidos pelas próprias empresas na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (Gfip).

Instituições na mira do INSS

Governo admite que fiscalização não é adequada

BRASÍLIA – O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) admite que o controle sobre a filantropia efetivamente praticada pelas instituições ainda é inadequado. "Não dá para vigiar todo o País daqui de Brasília", justifica o vice-presidente do órgão, Antônio Brito. A responsabilidade pela fiscalização das entidades beneficentes é repartida entre o INSS, o Conselho e os colegiados municipais de assistência social – estes últimos foram criados recentemente.

Mesmo assim, algumas entidades estão na mira do INSS. Uma delas é a Pontifícia Universitária Católica (PUC) de Minas Gerais. O instituto encaminhou recurso à Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência recomendando o cancelamento do certificado de filantropia concedido à instituição. A gerência do INSS em Belo Horizonte constatou irregularidades e o descumprimento da lei.

Segundo o relatório dos fiscais, a instituição aplicou apenas 5% da sua receita em atividades assistenciais em 1997, quando a lei determina 20%. Também transferiu quantias para outras empresas e efetuou pagamentos de despesas de responsabilidade de diversas pessoas jurídicas, cujos valores foram contabilizados como se fossem da PUC. Segundo o INSS, essa é uma forma de distribuir lucros, o que é vedado às entidades filantrópicas.

O percentual de gratuidade de 5% foi posteriormente revisto pela universidade, que apresentou novos balanços atestando aplicação de 15% e depois de 20%. Mesmo com as conclusões da fiscalização, o Conselho Nacional de Assistência Social renovou o certificado de filantropia da PUC/MG em julho deste ano.

A instituição nega as irregularidades, embora sustente desconhecer a investigação do INSS. Informa que as empresas citadas fazem parte da Sociedade Mineira de Cultura, mantenedora da PUC de Minas, mas não são contempladas com o benefício fiscal. "Só a folha de funcionários e professores da universidade é isenta da contribuição patronal", afirma a secretária de Comunicação, Ana Luisa de Castro Almeida.

O pró-reitor de Administração da União Brasileira de Educação e Assistência (a PUC do Rio Grande do Sul), Antônio Mário Bianchi, disse que a instituição cumpre a filantropia exigida de duas formas. Uma delas é por meio do hospital da faculdade de Medicina, que destina 64% do atendimento a pacientes do SUS. A instituição também realiza obras de assistência social, atendendo a população carente de uma vila próxima ao campus, em creche e asilo.

Deitado sobre uma renúncia de R\$4,5 milhões, o superintendente de Controladoria da Fundação Cásper Libero, José Romanucci, disse que a atividade beneficente é feita por meio de concessão de bolsas gratuitas a alunos carentes, mas recusou-se a informar o número dos beneficiados. Segundo Romanucci, a Faculdade de Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda mantém mensalidade de R\$400 graças à isenção do INSS, caso contrário, teria que cobrar mais.

A Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo é uma instituição que presta serviços ao Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo. A USP e o HC são estaduais. A fundação fornece mão-de-obra (9 mil funcionários), equipamentos e medicamentos ao hospital. Além da isenção do INSS, recebe do SUS para atendimentos dos pacientes do HC.

Flamengo é 1º da lista

BRASÍLIA – Os clubes de futebol integram o seleto grupo de empresas contempladas por isenções fiscais concedidas pela Previdência Social. Embora movimentem bilhões de reais, recolhem ao órgão apenas 5% da renda obtida nas partidas. A renúncia fiscal, neste caso, é estimada em cerca de R\$60 milhões. A dívida do setor, que inclui federações e clubes de recreação, está em torno de R\$110 milhões. O valor foi apontado em fiscalização feita pelo INSS nas contas das empresas.

Dono da maior torcida do País, o Flamengo é o primeiro colocado da lista de maus pagadores. Deve R\$21,6 milhões, que já estão em cobrança judicial. Em segundo lugar vem o Camping Clube do Brasil, cujo débito é de R\$19,2 milhões. Nesse ranking, o Fluminense carioca está bem colocado. Ocupa a terceira posição, com dívida de R\$13 milhões, também em cobrança judicial e administrativa, o Atlético Mineiro vem em seguida: deve R\$7 milhões.

Os clubes também aproveitaram o Refis – programa do governo federal que permite o parcelamento de impostos e contribuições em atraso, em condições vantajosas. Cerca de R\$64 milhões de seus dé-

bitos foram refinanciados. Nesse valor, há três federações de futebol. Entre os clubes, estão Flamengo, Fluminense, América-MG, Grêmio, Guarani e Ponte Preta.

Além dos clubes de futebol, são beneficiados com renúncias fiscais da Previdência Social empregadores domésticos, pequenos produtores e empregadores rurais, pequenas e microempresas que recolhem impostos pelo Simples. A maior parte dos subsídios é concedida aos segurados especiais – isto é, pequenos trabalhadores rurais que atuam em regime de economia familiar – e garimpeiros.

Parte da renúncia fiscal resulta da menor contribuição recolhida por empregadores domésticos. A alíquota é de 12% e não de 20%, como a do resto dos trabalhadores.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 472, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda as seguintes informações:

1. Listar os índices de correção monetária aplicados aos saldos devedores dos mutuários do SFH, durante o ano de 1990, autorizados pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

2. Listar os índices de correção monetária aplicados para corrigir os depósitos em caderneta de poupança, durante o ano de 1990, autorizados pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

3. Listar os meses de 1990 em que os índices autorizados pelo Bacen para a correção dos saldos devedores dos mutuários do SFH e aqueles adotados para a correção dos depósitos em caderneta de poupança foram diferentes, justificando a razão dessa discrepância e demonstrando onde esse valor foi aplicado.

Justificação

Desde 1990, inúmeros mutuários de financiamentos mobiliários e correntistas de caderneta de poupança vêm recorrendo à Justiça contra a enorme diferença encontrada entre os índices utilizados para correção dos saldos devedores do SFH e a correção monetária aplicada aos recursos depositados em cadernetas de poupança.

A Justiça, em muitas dessas ações, vem dando ganho de causa aos requerentes. Tendo em vista estar tramitando no Congresso a proposta orçamentária

para 2001, as informações aqui solicitadas serão de grande importância para que possamos melhor definir as prioridades econômicas e orçamentárias da União.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2000. –
Senador **Eduardo Suplicy**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 473, DE 2000

Solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda.

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda pedido de informações tendo em vista obter, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM os seguintes esclarecimentos, referentes à alienação das ações que excedem o controle acionário detido pela União na Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS:

a) Por que razão o Governo definiu, com antecedência, por intermédio da Resolução CND nº 26, de 6 de junho 2000, do Conselho Nacional de Desestatização – CND, os parâmetros a serem utilizados quando da fixação do preço de venda das ações ordinárias da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS no âmbito da oferta pública global destinada à alienação da parcela de tais ações que excede o controle acionário detido pela União nessa empresa? Não estaria o Governo, com esta providência, estimulando, junto à Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, um movimento especulativo tendente a afetar o processo de formação do preço das ações?

b) Quem (fundos de pensão, empresas etc.) adquiriu essas ações no Brasil e no exterior?

Justificação

Com base nas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º, incisos II, alínea c, e IV, da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que “Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências”, e pelo art. 10, incisos II, alínea c, e IV, do Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998, que “Regulamenta a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre o Programa Nacional de Desestatização e dá outras providências”, e considerando as disposições dos arts. 1º, inciso VI, e 2º, § 2º, assim como dos arts. 1º, inciso VI, 3º e 33, incisos II e III, da mesma Lei e Decreto, respectivamente,

te, o Conselho Nacional de Desestatização, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, expediu a Resolução nº 26, de 6 de junho de 2000, que "Aprova as condições gerais para a alienação de ações que excedem o controle acionário detido pela União na Petróleo Brasileiro S. A. – PETROBRAS".

São especialmente relevantes para o questionamento que ora formulo as disposições dos arts. 4º e 7º, incisos I e II, dessa Resolução. O art. 4º prevê que a oferta pública global de tais ações deverá ocorrer entre os meses de julho e setembro do ano em curso.

O inciso I do art. 7º, de outra parte, confere ao Conselho Nacional de Desestatização a atribuição de estabelecer, na data de definição do preço da oferta pública global, o preço de venda das ações ordinárias no âmbito dessa mesma oferta pública, tendo como parâmetros as cotações das ações ordinárias na Bolsa de Valores de São Paulo e, ainda, o seu valor de mercado verificado pelo procedimento de venda usualmente utilizado para ofertas públicas globais de ações, denominada **bookbuilding** (preço de distribuição).

O inciso II do art. 7º, por sua vez, determina que o Conselho Nacional de Desestatização estabeleça, antes do início da oferta pública global, o preço máximo de venda das ações ordinárias no âmbito da oferta de varejo (preço máximo da oferta de varejo). Especifica, ainda, o mesmo inciso, que o preço de venda das ações ordinárias no âmbito da oferta de varejo (preço da oferta de varejo) será o menor entre o preço máximo da oferta de varejo e o preço de distribuição.

Em 7 de julho de 2000, o Conselho Nacional de Desestatização expediu a Resolução CND nº 28, que "Aprova matérias relativas à alienação de ações que excedem o controle acionário detido pela União na Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS e altera a Resolução CND nº 26/00, de 6 de junho de 2000". Em seu art. 2º, esta Resolução fixou, para o fim do disposto no inciso II do art. 7º da Resolução CND nº 26, de 2000, o preço máximo da oferta de varejo de R\$58,00 (cinquenta e oito reais) por ação ordinária.

Em 9 de agosto de 2000, dia da realização da oferta de varejo, por fim, o Conselho Nacional de Desestatização expediu a Resolução CND nº 33, que, em seu art. 2º, definiu, para efeito do disposto no inciso I do art. 7º da Resolução CND nº 26, de 2000, o preço de distribuição de R\$43,07 (quarenta e três reais e sete centavos), correspondente a US\$24.00 (vinte e quatro dólares dos Estados Unidos da América) por ação ordinária, para os efeitos de alienação no âmbito da oferta internacional.

Causou-me estranheza o procedimento adotado no inciso I do art. 7º da Resolução CND nº 26, de 2000, de definir, já no dia 6 de junho, os parâmetros que iam nortear a fixação do preço de venda das ações ordinárias. Não teria a divulgação de tais parâmetros estimulado a constituição de um movimento especulativo junto à Bolsa de Valores de São Paulo, tendente a afetar a formação do preço de venda das ações?

Estes foram os motivos que me levaram a formular a questão constante da alínea a do presente requerimento. Acrescentei a esta uma segunda questão, descrita na alínea b, objetivando obter informações com referência aos adquirentes das ações colocadas à venda, tendo em vista a falta de divulgação da matéria.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2000. —
Senador **Alvaro Dias**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) — Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos art. 216, inciso III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1.º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 74, DE 2000

Altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, para dispensar tratamento especial às operações de crédito realizadas por autarquias prestadoras de serviços de saneamento.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O artigo 6º da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo 6º-A:

“Art. 6º

.....

§ 6º-A São excluídas dos limites de que trata o **caput** as operações de crédito contratadas pelas autarquias prestadoras de serviços de saneamento junto a instituições oficiais federais de crédito ou a organismos multilaterais de crédito ou de fomento, e que visem financiar investimentos voltados para a melhoria das condições sanitárias da população, observando-se, ainda:

I — Os contratos relativos às operações de crédito tratadas neste parágrafo serão

submetidos à apreciação do Senado Federal, instruídos nos termos do disposto nos arts. 13 e 23, inclusive com as informações referentes aos requisitos dispensados;

II – As operações de crédito referidas neste parágrafo são dispensadas do atendimento das disposições constantes nos arts. 7º e 18 desta Resolução;

III – A autorização prevista no inciso I e que envolva a prestação de garantia do Estado, do Distrito Federal ou do Município fica condicionada a que as autarquias de saneamento vinculem, como contragarantias, sua receita tarifária própria e seus recebíveis, mediante formalização de contrato de contragarantia com mecanismo que permita a esses entes públicos requererem as transferências de recursos necessários à cobertura dos compromissos honrados, sem prejuízo das disposições contidas no art. 19.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É inegável que a Resolução nº 78, de 1998, aprimorou, de forma substantiva, o mecanismo de controle do processo de endividamento dos Estados e dos Municípios, instrumentalizando, com eficácia, o exercício de atribuição privativa conferida ao Senado Federal pela Constituição de 1988.

É igualmente verdadeiro que o recente processo de consolidação e de refinanciamento de dívidas estaduais e municipais pela União veio, também, a contribuir para pretendida e almejada ordenação das finanças públicas, sobretudo no que diz respeito à função e ao alcance dos empréstimos e financiamentos na estrutura das despesas públicas.

A despeito da oportunidade e dos efeitos advindos desses avanços, o fato é que, hoje, maiores são as pressões sociais no sentido de mais ampla cobertura e alcance de serviços públicos, sem que, para tanto, estejam as finanças públicas já ordenadas e adequadamente capacitadas a promoverem seu financiamento com recursos próprios. Há a necessidade de complementá-los com recursos de empréstimos, e justamente num momento em que as condições objetivas para sua consecução acham-se restringidas.

Restringidas não apenas pela ainda não significativa disponibilidade de fontes de financiamento,

como também por restrições impostas para a contratação de novas dívidas, advindas com a Resolução nº 78, de 1998.

Em particular, a prestação de serviços de saneamento pelo setor público, até então, sofreu pouco as restrições mencionadas, sobretudo pela quase completa ausência de fontes de financiamento. Como é sabido, a principal fonte de financiamento desses serviços, o FGTS, estava contingenciada pelo Conselho Monetário Nacional.

Hoje, entretanto, são previstas novas ações, no plano federal, visando o financiamento dos serviços de saneamento, notadamente pela utilização de parte significativa dos recursos disponíveis do FGTS para investimentos em saneamento, infra-estrutura e habitação; estima-se que esses recursos montem hoje a R\$ 17 bilhões.

Nesse contexto, é fundamental promover a flexibilização das condições e exigências definidas na Resolução nº 78, de 1998, de forma a retirar, ou mesmo adequar, as restrições que essa norma impõe, atualmente, ao financiamento de novos investimentos das autarquias prestadoras de serviços de saneamento, prejudicando, assim, toda a população por elas atendida.

Importa destacar que o saneamento é uma das principais medidas de prevenção da saúde. Cerca de dois terços das internações hospitalares infantis são decorrentes de doenças evitáveis por ações de saneamento, de acordo com informações do Sistema Único de Saúde – SUS. A Organização Mundial de Saúde – OMS, por outro lado, nos informa que, para cada unidade monetária investida em saneamento, poupa-se pelo menos três em ações médicas assistenciais.

Mais ainda, as restrições impostas pela referida Resolução nº 78, de 1998, atingem sobremaneira os municípios, responsáveis diretos pelo atendimento de aproximadamente 30 milhões de brasileiros.

Isso porque, como é sabido, os serviços de saneamento, em particular o abastecimento de água e o esgotamento sanitário, são prestados por empresas ou companhias, regidas pela Lei nº 6.404/76, modelo adotado no plano estadual, e pelas autarquias ou departamentos da administração direta, forma de organização dos serviços de saneamento comumente adotada pelos municípios. E, nos termos do controle do endividamento público determinado pelo texto constitucional, aquelas empresas ou companhias estaduais não se submetem às condições, exigências e demais restrições impostas pela Resolução nº 78, de 1998.

Dessa forma, dispensar tratamento diferenciado para essas modalidades de apoio financeiro a autarquias prestadoras de serviços de saneamento é oportuno, justo, e não significa que a proposta far-se-á em detrimento da idéia de controle e de disciplinamento do endividamento do setor público a ser exercido pelo Senado Federal.

Efetivamente, consta de nossa proposição que tais operações de crédito devam ser excluídas da oneração dos limites de endividamento; não as dispensam, todavia, de observar e cumprir, cumulativamente, as demais exigências e condições estipuladas por aquela resolução, em especial da necessidade de prévia autorização do Senado Federal, de forma que seja preservado o pleno exercício de sua competência privativa.

Com efeito, as autarquias de saneamento – cerca de 900 entre os 1.700 serviços municipais – têm uma característica incomum em relação às demais autarquias federais, estaduais e municipais: elas apresentam auto-sustentabilidade econômica e financeira, em razão da administração de receita própria e da sua independência do Tesouro. São quase sempre superavitárias; investem cerca de 25% de suas receitas, em média; têm, assim, plena capacidade de endividamento e plenas condições de oferecer garantias necessárias aos empréstimos, por meio de suas próprias receitas tarifárias, não necessitando de aval dos estados ou dos municípios.

Por todas essas razões, propomos o presente Projeto de Resolução, de forma a propiciar a melhoria das condições de saúde da população, sem descuidar da boa gestão econômica e financeira do Poder Público.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 2000.

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA**

RESOLUÇÃO Nº 78, DE 1998(*)

Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

suas respectivas autarquias e fundações observarão simultaneamente os seguintes limites:

Art. 7º O Banco Central do Brasil não encaminhará ao Senado Federal pedido de autorização para a contratação de qualquer operação de crédito de tomador que apresente resultado primário negativo no período de apuração da Receita Líquida Real ou que estejam inadimplentes junto a instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil tornará pública a metodologia de cálculo do resultado primário dos órgãos e entidades do setor público abrangidos por esta resolução.

Art. 13. Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações encaminharão ao Banco Central do Brasil os pedidos de autorização para a realização das operações de crédito de que trata esta resolução, instruídos com:

I – pedido do respectivo Chefe do Poder Executivo;

II – autorização específica do órgão legislativo do Estado, do Distrito Federal ou do Município, conforme o caso, para a realização da operação;

III – certidão que comprove a inexistência de operações com as características descritas nos incisos I e II do art. 3º, emitida pelo respectivo Tribunal de Contas;

IV – certidão, emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional, que comprove o cumprimento do disposto no inciso III do art. 3º, bem como a adimplência junto à União, relativa aos financiamentos e refinanciamentos, inclusive garantias, por ela concedidos;

V – certidões que comprovem a regularidade junto ao Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, ao Fundo de Investimento Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade – FINSOCIAL/COFINS, ao Instituto Nacional de Seguro Nacional – INSS, e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

VI – cronograma de dispêndio com as dívidas interna e externa e com a operação a ser realizada;

VII – relação de todos os débitos, com seus valores atualizados, inclusive daqueles vencidos e não pagos, assinada pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Secretário de Governo responsável pela administração financeira;

VIII – certidão expedida pelo respectivo Tribunal de Contas comprovando o cumprimento do disposto no § 2º do art. 27 e no inciso VI do art. 29, com a reda-

Art. 6º As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de

ção dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, e no inciso VII do art. 29, no § 3º do art. 32 e no art. 212, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995, acompanhada de demonstrativo da execução orçamentária do último exercício;

IX – balancetes mensais consolidados, assinados pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Secretário de Governo responsável pela administração financeira, para fins de cálculo dos limites de que trata esta resolução;

X – lei orçamentária do exercício em curso.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica às operações de antecipação de receita orçamentária, que são regulados pelo art. 14.

§ 2º Os demonstrativos de que tratam os incisos VIII e IX deverão conter nível de detalhamento que permita o cálculo dos limites e a inequívoca verificação do cumprimento das exigências estabelecidas por esta resolução.

§ 3º Poderão ser dispensados os documentos de que trata o inciso V, desde que tais operações sejam vinculadas à regularização dos respectivos débitos.

Art. 19. A concessão de garantia pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios a operações de crédito interno e externo exigirá:

I – o oferecimento de contragarantias suficientes para o pagamento de quaisquer desembolsos que os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios possam vir a fazer se chamados a honrar a garantia;

II – a adimplência do tomador para com o garantidor e as entidades por ele controladas.

§ 1º Consideram-se inadimplentes os tomadores com dívidas vencidas por prazo igual ou superior a trinta dias e não renegociadas.

Art. 23. Os pleitos sujeitos à autorização específica do Senado Federal, listados no art. 21, que atenderem aos requisitos mínimos definidos no art. 27, serão encaminhados pelo Banco Central do Brasil ao Senado Federal, acompanhados de parecer técnico que deve, obrigatoriamente, conter os seguintes pontos:

I – demonstração do cumprimento dos requisitos mínimos, definidos no art. 27;

II – discriminação dos requisitos não essenciais, definidos ao art. 28, ressaltando-se aqueles que não estejam sendo cumpridos;

III – análise de mérito, avaliando a oportunidade, os custos e demais condições da operação, o seu impacto sobre as necessidades de financiamento do setor público, bem como o perfil de endividamento da entidade antes e depois da realização da operação.

§ 1º O parecer deve, obrigatoriamente, apresentar conclusão favorável ou contrária quanto ao mérito do pleito.

§ 2º Nos pleitos relativos à emissão de títulos da dívida pública, o parecer deve conter, também:

I – o valor dos títulos a serem emitidos e o valor do estoque de títulos do mesmo emissor já existentes, indicando-se a data de referência de tais valores;

II – análise do impacto da operação de crédito no mercado mobiliário e do desempenho dos títulos já emitidos neste mercado;

III – em se tratando de refinanciamento de títulos vincendos, histórico da evolução desses títulos desde sua emissão, registrando-se a sua valorização ao longo do tempo.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 2000

Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para permitir a aplicação de recursos do FAT na concessão de empréstimos a cooperativas habitacionais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. É instituído o Fundo de Amparo ao trabalhador (FAT), vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial, à produção habitacional cooperativada e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico.

Parágrafo único. O FAT é um fundo contábil, de natureza financeira, subordinando-se, no que couber, à legislação vigente.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), tem por finalidades o custeio do Programa de Seguro-Desemprego, o pagamento do abono salarial e o financiamento de programas de desenvolvimento eco-

nômico. Constituem recursos do Fundo a arrecadação das contribuições devidas ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), os encargos cobrados aos contribuintes em decorrência da inobservância de suas obrigações, a remuneração financeira de obrigação do agente aplicador dos recursos do fundo, a arrecadação da contribuição adicional pelo índice de rotatividade de que trata o art. 239 da Constituição Federal e "outros recursos que lhe sejam destinados".

A seu turno, a gestão do FAT está cometida ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do poder público. Por força da Medida Provisória nº 1.998, várias vezes reeditada, a administração e a aplicação dos recursos constituídos pelos valores do PIS e do PASEP "serão realizadas de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional".

Nos termos do § 1º do art. 239 da Constituição Federal e do art. 2º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, pelo menos 40% da arrecadação do PIS e do PASEP devem ser repassados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para aplicação em programas de desenvolvimento econômico. Já a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, cuida de determinar a constituição de "reserva mínima de liquidez", capaz de assegurar, em tempo hábil, os recursos necessários ao Programa do Seguro-Desemprego e do abono salarial. A mesma lei permite a aplicação das disponibilidades financeiras que excederem o valor da reserva mínima de liquidez em empréstimos ao "setor rural".

A despeito da evidente conexão com os objetivos do FAT, não há, contudo, previsão legal expressa para a destinação de recursos do Fundo a empreendimentos habitacionais.

A presente proposição tem o objetivo de sanar essa injustificada omissão normativa. Capazes, a um só tempo, de gerar emprego e renda e de propiciar segurança familiar, as cooperativas habitacionais de trabalhadores, devidamente estimuladas, poderão operar relevantes conquistas na imensa e inadiável tarefa de reduzir desigualdades sociais.

Submetida ao discernimento do Codefat, a lei que se pretende instituir suprirá o conselho gestor do FAT de um instrumento de política pública de inegável valia. Estamos certos, assim, de que o projeto merecerá o apoio dos membros do Congresso Nacional.

das Sessões, 12 de setembro de 2000. – Senador **Sebastião Rocha**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
Art. 10. É instituído o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), vinculado ao Ministério do Trabalho, destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico.

Parágrafo único. O FAT é um fundo contábil, de natureza financeira, subordinando-se, no que couber, à legislação vigente.

.....
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 239. A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, passa, a partir da promulgação desta Constituição, a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do Seguro-Desemprego e o abono de que trata o § 3º deste artigo.

§ 1º Dos recursos mencionados no **caput** deste artigo, pelo menos quarenta por cento serão destinados a financiar programas de desenvolvimento econômico, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com critérios de remuneração que lhes preservem o valor.

§ 2º Os patrimônios acumulados do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público são preservados, mantendo-se os critérios de saque nas situações previstas nas leis específicas, com exceção da retirada por motivo de casamento, ficando vedada a distribui-

ção da arrecadação de que trata o **caput** deste artigo, para depósito nas contas individuais dos participantes.

§ 3º Aos empregados que percebam de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, até dois salários mínimos de remuneração mensal, é assegurado o pagamento de um salário mínimo anual, computado neste valor o rendimento das contas individuais, no caso daqueles que já participavam dos referidos programas, até a data da promulgação desta Constituição.

§ 4º O financiamento do Seguro-Desemprego receberá uma contribuição adicional da empresa cujo índice de rotatividade da força de trabalho superar o índice médio da rotatividade do setor, na forma estabelecida por lei.

.....
**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.998-66,
DE 8 DE JUNHO DE 2000**

**Dá nova redação aos arts. 6º e 9º da
Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e acresce dispositivo à Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996.**

.....
LEI Nº 8.019, DE 11 DE ABRIL DE 1990

Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 2º O Banco do Brasil S/A. poderá utilizar os recursos originários dos depósitos especiais de que trata o art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, para conceder empréstimos:

I – ao setor rural;

II – ao Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS, em caráter excepcional, no exercício de 1991;

III – ao Inamps, em caráter excepcional, no exercício de 1992, desde que sejam garantidos pelo Tesouro Nacional, mediante a entrega de títulos públicos especiais de sua emissão, com registro no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, administrado pelo Banco Central do Brasil, com remuneração equivalente aos encargos previstos nos respectivos empréstimos e com poder liberatório e en-

dossáveis a partir do vencimento das operações de empréstimos por eles garantidas, na hipótese de inadimplência do Inamps, ou sempre e até os valores que o FAT necessite sacar dos depósitos especiais para atender à manutenção da sua Reserva Mínima de Liquidez ou às despesas com os benefícios do seguro-desemprego e do abono de que trata o art. 239 da Constituição Federal.

IV – ao Inamps (em extinção), em caráter excepcional, para pagamento de Autorização de Internação Hospitalar – AIH, e de Unidade de Cobertura Ambulatorial – UCA, no exercício de 1993, desde que garantidos pelo Tesouro Nacional, mediante lançamento de Notas do Tesouro Nacional, Série F, regulamentadas pelo Decreto nº 747, de 5 de fevereiro de 1993, com remuneração equivalente aos encargos previstos no respectivo empréstimo, e com poder liberatório e endossáveis a partir do vencimento das operações de empréstimos por elas garantidas, podendo, na hipótese de inadimplência do Inamps (em extinção), ser resgatadas antecipadamente, sempre e até que os valores que o FAT necessite sacar dos depósitos especiais, para atender à manutenção de sua reserva mínima de liquidez ou às despesas com benefícios do seguro-desemprego e do abono de que trata o art. 239 da Constituição Federal.

.....
LEI Nº 8.352, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1991

Dispõe sobre as Disponibilidades Financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e dá outras providências.

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, DE 2000

Autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura da Castanha do Brasil e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Fundo de Apoio à Cultura da Castanha do Brasil – FUNCAB, com a finalidade de desenvolver, modernizar, apoiar e expandir a exploração da castanha do Brasil e seus produtos derivados.

Art. 2º O Funcab terá como fonte de recursos:

I – recursos orçamentários da União e créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

II – doações e contribuições, a qualquer título, de entidades públicas e privadas e de pessoas físicas;

III – recursos provenientes de convênios firmados com instituições públicas e privadas; e

IV – rendimentos de aplicações financeiras.

Art. 3º Os recursos do Funcab serão destinados a:

I – promover programas e projetos voltados para o desenvolvimento da cultura da castanha do Brasil;

II – apoiar ações destinadas à preservação dos castanhais seu adequado manejo e sua exploração racional e sustentável;

III – realizar pesquisas e estudos visando expandir a produção e a comercialização de produtos derivados da castanha do Brasil nos mercados interno e externo;

IV – apoiar iniciativas destinadas a difundir as propriedades da castanha do Brasil e suas aplicações;

V – garantir a difusão de novas técnicas de produção da castanha e derivados, por intermédio do treinamento da mão-de-obra nas diversas áreas de cultivo;

VI – apoiar cooperativas e produtores de castanha do Brasil e produtos dela derivados;

VII – promover ações destinadas ao conhecimento e equacionamento dos problemas que entram e prejudicam o melhor desenvolvimento da cultura da castanha do Brasil.

Art. 4º O Poder Executivo, no prazo de noventa dias, regulamentará a presente Lei, para viabilizar o funcionamento do Funcab, atendendo às seguintes diretrizes:

I – estabelecimento da área e dos órgãos governamentais que serão responsáveis pela implementação e operação do Funcab, com as competências cabíveis;

II – previsão da formulação de programa nacional para o desenvolvimento da cultura da castanha do Brasil, com os recursos para a sua execução, a serem alocados no Funcab, a partir do exercício seguinte ao da promulgação desta Lei;

III – criação, no âmbito do programa referido no inciso anterior, de linha de crédito especial, com encargos diferenciados, destinada, exclusivamente, aos produtores e cooperativas envolvidas com a produção da castanha do Brasil e derivados;

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O processo desordenado de ocupação da Amazônia vem sendo objeto de discussões em diferentes âmbitos, sendo preocupação dominante as alternativas de desenvolvimento sustentável da região. Os esforços nesse sentido vêm se concretizando na forma de projetos que buscam conciliar a exploração rentável dos recursos naturais sem comprometimento da biodiversidade, valor indiscutível do espaço amazônico.

Na mesma linha de pensamento, persegue-se a integração das comunidades amazônicas, sua inserção na economia regional e a modernização de sua atividade produtiva com a preservação da cultura e dos conhecimentos acumulados durante tantos anos de convivência com o meio natural.

No contexto de tais objetivos, a exploração da castanha do Brasil ou, como é também conhecida, a castanha-do-pará, reveste-se de significado especial. Árvore de dimensões majestosas, podendo alcançar até 50m de altura e 2m de diâmetro na base, a castanheira é “árvore social”, formando grandes matas e constituindo-se uma das mais importantes plantas amazônicas. Os frutos da castanheira, os “ouriços”, guardam as sementes cujo núcleo, a amêndoa, é a castanha tão apreciada pelo sabor e valor nutritivo. Rica em gorduras e proteínas, verdadeira “carne vegetal”, a proteína contida em apenas duas amêndoas equivale a de um ovo de galinha.

A exploração da castanha, ademais, tem papel fundamental na organização socioeconômica das grandes áreas extrativistas da floresta, representando a alternativa de subsistência das populações aí existentes. Estabelece-se, assim, uma relação entre a atividade extrativista e a de beneficiamento gerando um processo semi-industrial que macera a amêndoa ou dá-lhe um tratamento básico para servir à indústria farmacêutica, alimentar, de cosméticos e de limpeza, entre outras.

A aceitação da castanha do Brasil como produto final ou matéria-prima é incontestável, não apenas no mercado interno como no exterior. Sua posição na pauta de exportação dos estados produtores da Amazônia está em franca ascensão. Veja-se, a esse respeito, uma comparação das exportações de castanha do Brasil, no período de janeiro a abril em 1999 e, nos mesmos meses em 2000: no ano passado, foram vendidas cerca de 2 milhões de toneladas ao valor de US\$2,8 milhões; no corrente exercício, a quantidade ultrapassou as 5 milhões de tone-

ladas e o valor situou-se em cerca de US\$7,5 milhões.

Ocorre que a castanheira também é produto de grande valor para a indústria madeireira, resultando o desmatamento dos castanhais, ainda que de forma ilegal. O chamado Polígono dos Castanhais, no Estado do Pará, tem sido alvo da ação indiscriminada das motoserras, de tal maneira que já se observa redução significativa da mata original de castanheiras.

O conjunto das razões acima expostas justifica e embasa a proposição de um projeto de lei visando a criação de um Fundo de Apoio à Castanha do Brasil – Funcab. Intenta-se, com a proposta, criar as condições do melhor aproveitamento econômico da cultura e apoiar a população que depende da colheita e benefício da castanha para sobreviver.

Entendemos, ainda, que a proposição mantém estreita consonância com as preocupações de sustentabilidade das atividades econômicas a serem desenvolvidas no espaço amazônico. Para tanto, o projeto de lei, em seu art. 3º, determina o destino dos recursos do fundo, garantindo que se faça um equilíbrio na distribuição e que estudos e pesquisas sejam desenvolvidos na direção da exploração racional e moderna dos castanhais.

O art. 4º prevê que a regulamentação da lei, pelo Poder Executivo, seja feita em prazo adequado e que contenha elementos de operacionalização das ações a serem executadas com os recursos do Funcab. Nesse sentido, deverá ser formulado um plano geral de desenvolvimento da cultura da castanha do Brasil e determinados os órgãos e instituições que responderão pela gestão do plano e alcance dos objetivos preconizados.

O aproveitamento do potencial econômico da castanha do Brasil já vem sendo desenvolvido em ações isoladas nos diversos estados amazônicos, de alcance restrito mas com grande êxito. Tais experiências apenas reforçam a convicção de que é possível conseguir muito mais com o aporte de recursos e a execução de um plano coerente que ampare produtores, promova estudos e pesquisas para garantir o aproveitamento da castanha com preservação dos castanhais.

Pelo exposto, estamos certos de contar com o apoio dos nobres pares para a presente proposição.

das Sessões, 12 de setembro de 2000. – Senador **Sebastião Rocha**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos
– decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 207, DE 2000

Estabelece prioridades para aplicação dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e dá outras providências.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, aplicar, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) de seus recursos disponíveis para financiamento em empresas de capital nacional.

Parágrafo único. O Ministério da Fazenda ficará encarregado de dar publicidade às operações do BNDES, verificando o cumprimento do disposto no **caput** deste artigo.

Art. 2º O orçamento anual do BNDES deverá disponibilizar, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) de seus recursos disponíveis para financiamento para a indústria da construção civil.

Parágrafo único. Os recursos previstos neste artigo dever-se-ão destinar prioritariamente à habitação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Após esta Casa ter inscrito entre os direitos constitucionais o direito à habitação, mais do que nunca faz-se necessário que se consiga mobilizar recursos para que este direito não fique somente como um direito meramente formal, mas transforme-se em uma realidade.

Dentro deste contexto, o presente projeto de lei tem por objetivo engajar, de forma incisiva, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em um esforço coletivo para que se consiga generalizar o acesso à habitação em nosso País.

Não podemos esquecer também o fato de que o incentivo à habitação constitui-se em um dos maiores instrumentos de ampliação do nível do emprego, fato extremamente importante na atual conjuntura social de nosso País.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2000. –
Osmar Dias, Senador.

(À Comissão de Assuntos Econômicos
– decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, DE 2000-COMPLEMENTAR

Cria o Sistema de Equalização das Transferências Constitucionais dos Fundos de Participação, modificando a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, fica acrescida dos seguintes dispositivos:

“Art. 3º-A Fica criado o Sistema de Equalização das Transferências Constitucionais do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Art. 3º-B Os recursos que constituirão o sistema referido no artigo anterior serão provenientes dos saldos positivos dos repasses constitucionais a que se referem as alíneas a e b do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, devendo, em caso de necessidade, ser disponibilizados recursos oriundos do Tesouro Nacional, com reposição prevista no exercício seguinte.

Art. 3º-C As transferências constitucionais referidas no artigo anterior desta Lei Complementar serão repassadas mensalmente, em parcelas iguais, em razão da média do valor global de cada repasse realizado no exercício anterior.

Parágrafo único. Com vistas a cumprir os percentuais dos repasses definidos na Constituição Federal, os excedentes acumulados serão repassados aos estados e municípios nos últimos dois meses do ano.

Art. 3º-D O Sistema de Equalização das Transferências Constitucionais dos Fundos de Participação será gerenciado pela Secretaria do Tesouro Nacional.”

Art. 2º Fica revogado o § 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor a partir do segundo mês subsequente ao de sua publicação.

Justificação

As transferências constitucionais para estados e municípios têm importância fundamental para as fi-

nanças dessas unidades da Federação. Estudo do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM mostra, que para o ano de 1998, a participação relativa das transferências constitucionais varia em média de 83,2% a 32,3%, sendo que este percentual mais baixo ocorre apenas nos dois municípios com população superior a 5 milhões de habitantes. Mesmo nos demais municípios de população superior a um milhão de habitantes, a participação das transferências constitucionais é superior a 50% da massa de recursos de que dispõem.

Muitos prefeitos e Secretários Municipais de Fazenda têm manifestado a grande dificuldade de efetuar cronograma mensal de desembolso, em função da incerteza relativa às suas receitas, motivada, principalmente, pela irregularidade dos valores repassados mensalmente do Fundo de Participação.

Com efeito, as transferências do FPM, e também do FPE, variam bastante ao longo do ano, em função de diversos fatores, como por exemplo, o pico de arrecadação em março e/ou abril, decorrente da apresentação da declaração do Imposto de Renda e a queda de receitas desse mesmo imposto em junho, julho ou agosto devido à restituição do Imposto de Renda. Tendo em vista a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), que limita os gastos públicos pela receita, os municípios têm dificuldades para cumpri-la, pois não possuem os meios e condições técnicas para efetuar previsões de como ocorrerão os desembolsos referentes à parcela de recursos relativas às transferências constitucionais.

Com o objetivo de equacionar esse problema, apresento o presente Projeto de Lei Complementar que introduz novos dispositivos à Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, criando um Sistema de Equalização das Transferências Constitucionais do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, a ser gerenciado pela Secretaria do Tesouro Nacional. Os recursos que constituirão esse sistema serão provenientes dos saldos positivos dos repasses constitucionais do FPE e FPM devendo, em caso de necessidade, serem disponibilizados recursos oriundos do Tesouro Nacional, com reposição prevista no exercício seguinte.

Os recursos dos referidos fundos constitucionais serão repassados mensalmente, em parcelas iguais, em razão da média do valor global de cada repasse realizado no exercício anterior. Com vistas a cumprir os percentuais dos repasses definidos na Constituição Federal, os excedentes acumulados serão repassa-

dos aos estados e municípios nos últimos dois meses do ano. Como a cada ano os valores repassados aumentam em decorrência do crescimento real da arrecadação de tributos ou do efeito da própria inflação, sempre existirão saldos a serem creditados nos dois últimos meses aos municípios e aos estados, não devendo representar nenhum ônus, mesmo que transitório, para as finanças da União.

Para que não haja incidência de correção monetária sobre os valores não repassados temporariamente e contestações jurídicas que atrapalhem a execução desse Sistema de Equilização, faz-se mister a revogação do § 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, conforme prevê a nossa proposta.

Finalmente, considerando a necessidade de um tempo mínimo para implantação da nova sistemática de Equilização das Transferências dos Fundos de Participação e para sua ampla divulgação junto aos estados e municípios, o projeto estabelece o prazo de dois meses para a vigência da Lei.

Tendo em vista os efeitos favoráveis da presente proposição, no sentido da busca de equilíbrio das finanças públicas estaduais e municipais, espero contar com o apoio dos nobres pares para a sua discussão, aperfeiçoamento e aprovação.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2000. —
Senador **Roberto Saturnino**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

LEI COMPLEMENTAR Nº 62,
DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989

Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, de que tratam as alíneas **a** e **b** do inciso I do art. 159 da Constituição, far-se-ão nos termos desta Lei Complementar, consoante o disposto nos incisos II e III do art. 161 da Constituição.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, integrarão a base de cálculo das transferências, além do montante dos impostos nele referidos, inclu-

sive os extintos por compensação ou dação, os respectivos adicionais, juros e multa moratória, cobrados administrativa ou judicialmente, com a correspondente atualização monetária paga.

Art. 2º Os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE serão distribuídos da seguinte forma:

I – 85% (oitenta e cinco por cento) às unidades da Federação integrantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;

II – 15% (quinze por cento) às unidades da Federação integrantes das regiões Sul e Sudeste.

1º Os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE a serem aplicados até o exercício de 1991, inclusive, são os constantes do Anexo Único, que é parte integrante desta Lei Complementar.

2º Os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, a vigorarem a partir de 1992, serão fixados em lei específica, com base na apuração do censo de 1990.

3º Até que sejam definidos os critérios a que se refere o parágrafo anterior, continuarão em vigor os coeficientes estabelecidos nesta Lei Complementar.

Art. 3º Ficam mantidos, até o exercício de 1991, inclusive, os atuais critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Parágrafo único. A lei estabelecerá os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, a vigorarem a partir de 1992, com base na apuração do Censo de 1990.

Art. 4º A União observará, a partir de março de 1990, os seguintes prazos máximos na entrega, através de créditos em contas individuais dos Estados e Municípios, dos recursos do Fundo de Participação:

I – recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês: até o vigésimo dia;

II – recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês: até o trigésimo dia;

III – recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês: até o décimo dia do mês subsequente.

1º Até a data prevista no **caput** deste artigo, a União observará os seguintes prazos máximos:

I – recursos arrecadados do primeiro ao vigésimo dia de cada mês: até o décimo quinto dia do mês subsequente;

II – recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês: até o vigésimo dia do mês subsequente.

2º Ficam sujeitos à correção monetária, com base na variação do Bônus do Tesouro Nacional Fiscal, os recursos não liberados nos prazos previstos neste artigo.

Art. 5º O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes aos Fundos de Participação e acompanhará, junto aos órgãos competentes da União, a classificação das receitas que lhes dão origem.

Parágrafo único. No caso de criação e instalação de Município, o Tribunal de Contas da União fará

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I
Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar.

§ 2º As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 3º Nas referências:

I – à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos:

a) o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público;

b) as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;

II – a Estados entende-se considerado o Distrito Federal;

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2000

Dá nova redação ao § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre o benefício de prestação continuada da pessoa portadora de deficiência ou idosa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que “Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.

.....
§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal **per capita** seja inferior a meio salário mínimo. (NR)
.....”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Estabelece a Constituição Federal, no inciso V do art. 203, a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência ou idosa que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Como se sabe, o benefício foi regulamentado pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Infelizmente, porém, poucos têm acesso a ele. Ademais, além de representar um valor irrisório, só fazem jus o portador de deficiência e o idoso que comprovem não exercer qualquer atividade remunerada, além de a renda mensal **per capita** da família não exceder a um quarto do salário mínimo.

Em decorrência, milhares de deficientes e idosos encontram-se à margem do benefício, e os que conseguiram ter acesso a ele enfrentam dificuldades para sobreviver, devido ao seu baixo valor.

Se, no momento, não podemos aumentar seu valor, devemos, todavia, procurar estendê-lo a mais pessoas.

Assim, estamos propondo que será considerado incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idoso a família cuja renda mensal **per capita** seja inferior a meio salário mínimo, em vez de um quarto do salário mínimo, **per capita**, como a lei dispõe, atualmente.

Pelos motivos expostos, esperamos que a iniciativa venha a merecer o acolhimento dos nossos ilustres pares.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2000. –
Senador **Roberto Saturnino**.

**LEGISLAÇÃO CITADA,
ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA**

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993

**“Dispõe sobre a organização da
Assistência Social, e dá outras providên-
cias.”**

CAPÍTULO IV

**Dos Benefícios, dos Serviços, dos Programas
e dos Projetos de Assistência Social**

SEÇÃO I

Do Benefício de Prestação Continuada

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

§ 1º Para os efeitos do disposto no *caput*, entende-se por família a unidade mononuclear, vivendo sob o mesmo teto, cuja economia é mantida pela contribuição de seus integrantes. (*)

(*) NOTA: Revogado pela Lei nº 9.720, de 30 de novembro de 1998. Passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º Para os efeitos do disposto no *caput*, entende-se como família o conjunto de pessoas elencadas no art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que vivam sob o mesmo teto.”

§ 2º Para efeito de concessão deste benefício, a pessoa portadora de deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho.

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a fa-

mília cuja renda mensal *per capita* seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

§ 4º O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo o da assistência médica.

§ 5º A situação de internado não prejudica o direito do idoso ou do portador de deficiência ao benefício.

§ 6º A deficiência será comprovada por meio de avaliação e laudo expedido por serviço que conte com equipe multiprofissional do Sistema Único de Saúde (SUS) ou do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), credenciados para esse fim pelo Conselho Municipal de Assistência Social. (*)

(*) NOTA: Revogado pela Lei nº 9.720, de 30 de novembro de 1998. Passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 6º A concessão do benefício ficará sujeita a exame médico pericial e laudo realizados pelos serviços de perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.”

§ 7º Na hipótese de não existirem serviços credenciados no município de residência do beneficiário, fica assegurado o seu encaminhamento ao município mais próximo que contar com tal estrutura. (*)

(*) NOTA: Revogado pela Lei nº 9.720, de 30 de novembro de 1998. Passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 7º Na hipótese de não existirem serviços no município de residência do beneficiário, fica assegurado, na forma prevista em regulamento, o seu encaminhamento ao município mais próximo que contar com tal estrutura.”

Acrescenta-se o § 8º, conforme determinado pela Lei nº 9.720, de 30 de novembro de 1998:

“§ 8º A renda familiar mensal a que se refere o § 3º deverá ser declarada pelo requerente ou seu representante legal, sujeitando-se aos demais procedimentos previstos no regulamento para o deferimento do pedido.” (NR)

(À Comissão de Assuntos Sociais –
decisão terminativa)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 210, DE 2000**

**Acrescenta à Lei nº 9.503, de 23 de
setembro de 1997, que institui o Código
de Trânsito Brasileiro, dispositivo que
veda a sinalização indicativa da locali-
zação dos instrumentos eletrônicos de**

medição de velocidade de operação autônoma.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se ao art. 80 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, o seguinte parágrafo 1º-A:

“Art. 80.

.....
§ 1º-A Nas vias controladas por instrumentos eletrônicos de medição de velocidade de operação autônoma, é proibida a utilização de sinalização indicativa da localização desses instrumentos.

.....”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A instalação dos instrumentos eletrônicos de medição de velocidade – conhecidos como “pardais” – nas principais vias do Distrito Federal, em novembro de 1996, foi responsável por expressiva redução no número de vítimas fatais no trânsito da cidade. Essa redução foi da ordem de 72% em relação ao ano anterior, o que, em números absolutos, representaria mais de 900 vidas poupadas com a implantação do novo sistema de controle do trânsito, segundo dados do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN/DF)¹.

Não obstante os formidáveis resultados alcançados, há quem proteste contra o controle eletrônico de velocidade. Insinua-se que o processo adotado para a medição da velocidade enseja seu uso não para disciplinar o tráfego, mas para aumentar a arrecadação do órgão fiscalizador. Alega-se, além disso, que as normas de trânsito exigem que os motoristas sejam mantidos permanentemente informados sobre todos os tipos de equipamentos de fiscalização eletrônica existentes.

Com base nesses argumentos, pretende-se exigir que os instrumentos eletrônicos tenham sua localização identificada, medida que pode tornar nulo qualquer esforço no sentido de controlar a velocidade no trânsito.

A exigência de não informar os motoristas sobre a fiscalização tem o objetivo de mantê-los constantemente atentos aos limites de velocidade impostos pela segurança e, assim, levá-los a conduzir com moderação ao longo de todo o percurso. Avisá-los sobre a localização exata do instrumento de fiscalização, ao contrário, induzirá o motorista a reduzir a velocidade apenas no exato local onde se encontram os aparelhos de medição, tornando sem efeito o papel preventivo de acidentes que se pretende dar ao sistema de fiscalização eletrônica.

Considerando essas circunstâncias e visando antecipar-nos a adoção de qualquer medida que possa comprometer a eficiência da fiscalização e, conseqüentemente, a segurança do trânsito, apresentamos este projeto de lei e solicitamos a colaboração dos nobres Parlamentares para aprová-lo.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2000. –
Senadora **Marina Silva**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DA ATA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

CAPÍTULO VII
Da Sinalização de Trânsito

Art. 80. Sempre que necessário, será colocada ao longo da via, sinalização prevista neste Código e em legislação complementar, destinada a condutores e pedestres, vedada a utilização de qualquer outra.

§ 1º A sinalização será colocada em posição e condições que a tornem perfeitamente visível e legível durante o dia e a noite, em distância compatível com a segurança do trânsito, conforme normas e especificações do Contran.

§ 2º O Contran poderá autorizar, em caráter experimental e por período prefixado, a utilização de sinalização não prevista neste Código.

.....

*(À Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania – decisão terminativa)*

¹ Veloso B. e Pitella Jr., J. *Correio Braziliense*. Brasília, 28-10-1998.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

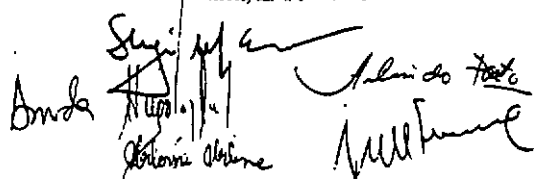
Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 474, DE 2000

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2000

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 2000



O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 475, DE 2000

Requeremos, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e na forma do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), composta de 11 (onze) membros titulares e de 7 (sete) suplentes, obedecido o princípio da proporcionalidade partidária, para apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais – ONGs.

Elencamos, a seguir, por força de preceito constitucional, os fatos determinados, com documentação anexa, motivadores da instalação da presente CPI:

a) investigar a atuação da organização não-governamental Associação Amazônia, denunciada pela aquisição irregular de uma área superior a 172 mil hectares de terras públicas no sul do Estado de Roraima;

b) apurar a interferência da ONGs nas questões indígenas, ambientais e de segurança nacional, sobretudo daquelas que atuam na região amazônica.

Para o seu funcionamento a Comissão contará com recursos no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2000. –
Bernardo Cabral – Mozarildo Cavalcanti – Gilberto Mestrinho – Jonas Pinheiro – Moreira Mendes – Leomar Quintanilha – Thelma Siqueira Campos – Carlos Patrocínio – Luiz Otávio – Paulo Souto – Djalma Bessa – Carlos Bezerra – Edison Lobão – Marluce Pinto – Lúdio Coelho – Ernani Amorim – Maria do Carmo Alves – Ramez Tebet – Maguito Vilela – Juvêncio Fonseca – Bello Parga – Gilvam Borges – José Alencar – Geraldo Althoff – Amir Lando – Mauro Miranda – Iris Rezende – Francellino Pereira – Jefferson Péres – Ribamar Fiquene – Arlindo Porto – Sebastião Rocha – Freitas Neto – Alvaro Dias – Wellington Roberto – Lauro Campos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O requerimento lido contém subscritores em número suficiente para constituir Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos do art. 145 do Regimento Interno, e será publicado para que produza os devidos efeitos.

Para a Comissão Parlamentar de Inquérito constituída, a Presidência fará, oportunamente, as designações de acordo com as indicações das Lideranças.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 476, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Deputado Estadual Professor José Luciano da Fonseca, que perdeu a vida em trágico acidente automobilístico, na madrugada do dia 10 de setembro:

- a) inserção em ata de voto de pesar;
- b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2000. –
Senador **Íris Rezende** – Senador **Maguito Vilela** –
Senador **Albino Boaventura**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 10, de 2000)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 1999, de autoria do Senador Álvaro Dias, que altera dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, tendo

Pareceres sob nºs:

– 535, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Lúcio Alcântara, favorável; e

– 536, de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão, pela rejeição, com votos contrários dos Senadores José de Alencar, Ramez Tebet, Paulo Hartung, Pedro Simon, Antônio Carlos Valadares, José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy, com voto vencido, em separado, do Senador Roberto Saturnino.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão deliberativa ordinária de 10 de agosto último, oportunidade em que teve sua votação sobrestada, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Tendo havido entendimento entre as Lideranças, a Presidência transfere para amanhã a votação da matéria constante do Item nº1 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 2:**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao **Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1997** (nº 3.500/97, na Casa de origem), que institui a Semana Na-

cional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata, tendo

Parecer sob nº 689, de 2000, da Comissão Diretora, Relator: Senador Ronaldo Cunha Lima, oferecendo a redação do vencido.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 10 de agosto último, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Discussão do substitutivo em turno suplementar. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Sem a apresentação de emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do Regimento Interno.

A matéria retorna à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, DE 1997 (Nº 3.500, de 1997, na Casa de origem)

Institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído, nos termos desta lei, o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata, a ser implementado a partir de 27 de novembro (Dia Nacional de Combate ao Câncer) do ano 2000.

Art. 2º É autorizado o Poder Executivo, por meio do Ministério da Saúde, a assumir os encargos da promoção e coordenação do Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata.

Art. 3º O Ministério da Saúde promoverá o consenso entre especialistas nas áreas de planejamento em saúde, gestão em saúde, avaliação em saúde, epidemiologia, urologia, oncologia, clínica, radioterapia e cuidados paliativos sobre as formas de prevenção, diagnóstico, e tratamento do câncer de próstata, em todos os seus estágios evolutivos, para subsidiar a implementação do Programa.

Art. 4º O Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata deverá incluir, dentre outros, as seguintes atividades:

I – campanha institucional nos meios de comunicação, com mensagens sobre o que é câncer de próstata e suas formas de prevenção;

II – parcerias com as secretarias estaduais e municipais de saúde, colocando-se à disposição dação masculina, acima de quarenta anos, exames para a prevenção do câncer de próstata;

III – parcerias com universidades, sociedades civis organizadas e sindicatos, organizando-se, debates e palestras sobre a doença e as formas de combate e prevenção a ela;

IV – outros atos de procedimentos lícitos e úteis para a consecução dos objetivos desta instituição.

Parágrafo único. A campanha de comunicação social a que se refere o inciso I deve ser veiculada por, no mínimo, sete dias por ano, em um prazo não inferior a cinco anos consecutivos, preferencialmente, na semana que se inicie no dia 27 de novembro, Dia Nacional de Combate ao Câncer, ou o inclua.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 3:**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao **Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1996** (nº 3.098/97, naquela Casa), de autoria do Senador Odacir Soares, que restringe o uso de capuz em operações policiais, tendo

Parecer sob nº 605, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável ao art. 2º do Substitutivo da Câmara, e pela rejeição dos demais artigos.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 10 de agosto último, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Em discussão. (Pausa.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Exª tem a palavra, para discutir.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apelo para os Srs. Senadores para que aprovem este projeto que regulariza o uso de capuz em operações policiais.

Há um uso indiscriminado e sem responsabilidade por parte dos policiais. Com o projeto, esse dispositivo só será utilizado por policiais que não podem ser identificados em operações, e não em qualquer ação policial, e quando autorizados. Assim, no futuro,

em caso de violência maior, a lei poderá ser aplicada, pois todos serão identificados.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, apelo para V. Exªs para que aprovem o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Sobre a Mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 477, DE 2000

Requeiro, nos termos do art. 287 do Regimento Interno, a votação em globo dos dispositivos rejeitados do Substitutivo da Câmara do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1996 (nº 3.098/97, naquela Casa), que restringe o uso de capuz em operações policiais.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2000.
Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação, o requerimento para votação em globo dos dispositivos de parecer contrário.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O art. 2º do substitutivo de parecer favorável ficou automaticamente destacado.

Votação em globo dos dispositivos de parecer contrário.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitados.

São os seguintes os dispositivos rejeitados:

Art. 1º A utilização de capuz, ou de qualquer outro meio impeditivo de identificação, uso exclusivo de policiais civis e militares, é permitida somente em operações especiais.

Art. 3º Responderá civil e criminalmente o policial que usar capuz, ou qualquer outro meio impeditivo de identificação, sem a devida autorização legal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o art. 2º do substitutivo da Câmara com parecer favorável.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para redação final.

É o seguinte o artigo aprovado:

Art. 2º A autoridade que determinar o uso de capuz ou de qualquer outro meio impeditivo de identificação fundamentará, por escrito, sua decisão, devendo considerar o grau de risco quanto à segurança a que se sujeitam os policiais, bem como seus familiares, na hipótese de serem identificados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 4:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 1999** (nº 56/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Paulista, Estado de Pernambuco, tendo

Parecer favorável, sob nº 309, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Fogaça, com abstenções dos Senadores Geraldo Cândido e Jefferson Péres.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 10 de agosto último, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 883, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 1999 (nº 56, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 1999 (nº 56, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paulista, Estado de Pernambuco.

Sala de Reuniões da Comissão, 12 de setembro de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães, Presidente – Carlos Parocínio, Relator – Marluce Pinto – Jonas Pinheiro.**

ANEXO AO PARECER Nº 883, DE 2000

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 1999 (nº 56, de 1999, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão outorgada a “Rádio Paulista Ltda.” para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paulista, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de outubro de 1998, que renova por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão outorgada a “Rádio Paulista Ltda.” para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paulista, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 5:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2000** (nº 197/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à DMD Associados Assessoria e Propaganda Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, tendo

Parecer favorável, sob nº 820, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Antero Paes de Barros.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 10 de agosto último, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 884, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2000 (nº 197, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2000 (nº 197, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à DMD Associados Assessoria e Propaganda Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso.

Sala de Reuniões da Comissão, 12 de setembro de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator – **Marluce Pinheiro** – **Jonas Pinheiro**.

ANEXO AO PARECER Nº 884, DE 2000

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2000 (nº 197, de 1999, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que outorga permissão a “DMD Associados Assessoria e Propaganda Ltda.”, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 265, de 4 de dezembro de 1998, que outorga permissão a “DMD Associados Assessoria e Propaganda Ltda.”, para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 6:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2000** (nº 221/99, na Câmara dos Deputados), que outorga permissão à Rádio Novo Horizonte Ltda., na cidade de Ibateguara – Estado de Alagoas, tendo

Parecer favorável, sob nº 782, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Iris Rezende, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 10 de agosto último, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado, com abstenção do PT.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 885, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2000 (nº 221, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2000 (nº 221, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Novo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibateguara, Estado de Alagoas.

Sala de reuniões da Comissão, 12 de setembro de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator – **Marluce Pinto** – **Jonas Pinheiro**.

ANEXO AO PARECER Nº 885, DE 2000

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2000 (nº 221, de 1999, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que outorga permissão à “Rádio Novo Horizonte Ltda.” para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Ibateguara, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 247, de 4 de dezembro de 1998, que outorga permissão à “Rádio Novo Horizonte Ltda.” para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Ibateguara, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 7:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2000** (nº 223/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Chapadão Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Roque de Minas, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 623, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 10 de agosto último, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 886 DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2000 (nº 223, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2000 (nº 223, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Chapadão Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Roque de Minas, Estado de Minas Gerais.

Sala de reuniões da Comissão, 12 de setembro de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator – **Marluce Pinto** – **Jonas Pinheiro**.

ANEXO AO PARECER Nº 886, DE 2000

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2000 (nº 223, de 1999, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que outorga permissão a “Chapadão Radiodifusão Ltda.” para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de São Roque de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 267, de 4 de dezembro de 1998, que outorga permissão a “Chapadão Radiodifusão Ltda.” para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modu-

lada na localidade de São Roque de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 8:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2000** (nº 255/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa Mutum de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, tendo

Parecer favorável, sob nº 821, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Jonas Pinheiro.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 10 de agosto último, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 887, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2000 (nº 255, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2000 (nº 255, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa Mutum de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso.

Sala de Reuniões da Comissão, em 12 de setembro, de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator – **Marluce Pinto** – **Jonas Pinheiro**.

ANEXO AO PARECER Nº 887, DE 2000**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2000 (nº 255, de 1999, na Câmara dos Deputados).**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que outorga permissão à "Empresa Mutum de Comunicações Ltda.", para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 264, de 4 de dezembro de 1998, que outorga permissão à "Empresa Mutum de Comunicações Ltda.", para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 9:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2000** (nº 295/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio Educacional de Jataí, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jataí, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 828, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Maguito Vilela.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 10 de agosto último, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Discussão do projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 888, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2000 (nº 295, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2000 (nº 295, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio Educacional de Jataí para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jataí, Estado de Goiás.

Sala de Reuniões da Comissão, 12 de setembro de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator – **Marluce Pinto** – **Jonas Pinheiro**.

ANEXO AO PARECER Nº 888, DE 2000

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2000 (nº 295, de 1999, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que outorga permissão à “Fundação Rádio Educacional de Jataí”, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jataí Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 299, de 9 de dezembro de 1998, que outorga permissão à “Fundação Rádio Educacional de Jataí” para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Jataí, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 10:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2000 (nº 332/99, na Câmara dos Deputados)**, que aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Matogrande de Rádio e Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, tendo

Parecer favorável, sob nº 795, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Edison Lobão.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 10 de agosto último, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Discussão do projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 889, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2000 (nº 332, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2000 (nº 332, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Matogrande de Rádio e Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Touros, Estado do Rio Grande do Norte.

Sala de Reuniões da Comissão, 12 de setembro de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator – **Marluce Pinto** – **Jonas Pinheiro**.

ANEXO AO PARECER Nº 889 DE 2000

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2000 (nº 332, de 1999, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que outorga concessão a "Sistema Matogrande de Rádio e Comunicação Ltda" para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de Touros, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 16 de junho de 1999, que outorga concessão a "Sistema Matogrande de Rádio e Comunicação Ltda." para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de Touros, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 11:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1995**, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, tendo

Pareceres:

– proferido em Plenário, na sessão do dia 21 de novembro de 1996, em substituição à Comissão de Educação, Relatora: Senadora Benedita da Silva, favorável ao Projeto, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1993, com o qual tramitava em conjunto; e

– sob nº 521, de 2000 (sobre as emendas de Plenário), da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Luzia Toledo, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-Plen, nos termos da Emenda nº 3-CE (Substitutivo), que apresenta, e pela rejeição da Emenda

nº 2-Plen, com abstenções do Senador Geraldo Cândido e da Senadora Marina Silva.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 10 de agosto último, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

A Presidência esclarece ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1993, com o qual a matéria tramitava em conjunto, foi arquivado ao final da última Legislatura, nos termos do art. 333 do Regimento Interno.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 478, DE 2000

Com base no artigo 279, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 109 de 1995, para que seja examinado na Comissão de Infra-Estrutura.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2000. – Senador **Gerson Camata**.

REQUERIMENTO Nº 479, DE 2000

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 279, III, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, por 30 (trinta) dias.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2000. – **Ronaldo Cunha Lima**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o Requerimento nº 478, de 2000, do Senador Gerson Camata, que pede o adiamento da discussão com audiência da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento, está prejudicado o Requerimento nº 479, de 2000, do Senador Ronaldo Cunha Lima.

A matéria vai ao exame da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1996 (nº 3.098, de 1997, na Câmara dos Deputados), que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 890, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1996 (nº 3.098, de 1997, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1996 (nº 3.098, de 1997, na Câmara dos Deputados), que restringe o uso de capuz em operações policiais, consolidando o art. 20 do Substitutivo da Câmara dos Deputados e suprimindo a Cláusula revogatória genérica, em cumprimento ao art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 24 de fevereiro de 1998.

Sala de Reuniões da Comissão, em 12 de setembro de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães, Presidente** – **Carlos Patrocínio, Relator** – **Marluce Pinto** – **Jonas Pinheiro**.

ANEXO AO PARECER Nº 890, DE 2000

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1996 (nº 3.098, de 1997, na Câmara dos Deputados)

Restringe o uso de capuz em operações policiais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A utilização de capuz por policiais civis ou militares somente é permitida em operações especiais previamente autorizadas.

Parágrafo único. Na mesma proibição se incluem as máscaras, pinturas e outros meios capazes de impedir a identificação dos policiais.

Art. 2º A autoridade que determinar o uso de capuz ou de qualquer outro meio impeditivo de identificação fundamentará, por escrito, sua decisão, devendo considerar o grau de risco quanto à segurança a que se sujeitam os policiais, bem como seus familiares, na hipótese de serem identificados.

Art. 3º Não existindo razão especial para a utilização de capuz pelos policiais, a autoridade que a permitir responderá civil e criminalmente pela autorização.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 480 DE 2000

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requiro a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1996 (nº 3.098/97, naquela Casa), que restringe o uso de capuz em operações policiais.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 2000.
– Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 474, de 2000, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2000, que altera a Lei nº 9.317, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da sessão da próxima quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 891, DE 2000

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 167, de 2000, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor ILAN GOLDFAJN para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 12 de setembro de 2000, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Lúcio Alcântara sobre a Mensagem nº 167, de 2000, opina pela aprovação da indicação do Senhor ILAN GOLDFAJN, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por 19 votos favoráveis, nenhum contrário(s) e uma abstenção.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2000.
– **Ney Suassuna**, Presidente – **Lúcio Alcântara**, Relator – **Jorge Bornhausen** – **Pedro Piva** – **Romeu Tuma** – **Gerson Camata** – **Luiz Otávio** – **Wellington Roberto** – **Romero Jucá** – **Bello Parga** – **José Jorge** – **Ricardo Santos** – **Gilberto Miranda** – **Edison Lobão** – **José Eduardo Dutra** – **José Roberto Arruda** – **José Fogaça** – **Ramez Tebet** – **Eduardo Suplicy** – **Pedro Simon**.

Relatório

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 167, de 2000 (Mensagem nº 01144, de 24-8-00, na origem), do Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor ILAN GOLDFAJN para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Relator: Senador **Lúcio Alcântara**

Com base no art. 84, inciso XIV, combinado com o artigo 52, inciso III, letra d, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal a escolha, que deseja fazer, do nome do Senhor Ilan Goldfajn, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central, encaminhando, para tanto, a Mensagem nº 167, de 2000 (Mensagem nº 01144, de 24-8-00, na origem), na qual está incluído o *currículum vitae* e do indicado.

Por meio da análise do *currículum vitae*, percebemos que o Sr. Ilan Goldfajn, nascido em Israel no ano de 1966, possui nacionalidade brasileira. Sua formação acadêmica é na área de economia, tendo obti-

do o grau de Doutor, no Massachusetts Institute of Technology MIT, em 1995.

Dentre suas experiências profissionais, destaca-se a atividade de Economista do Fundo Monetário Internacional, exercida no período de outubro de 1996 a janeiro de 1999. Atualmente, o Sr. Ilan Goldfajn é Professor Assistente do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Ao longo de suas atividades acadêmicas, o Sr. Ilan Goldfajn obteve prêmios e honrarias na área de economia. Entre os vários prêmios relacionados, destacamos o Prêmio Haralambos Simeonides, obtido na categoria melhor livro ou tese de doutorado em economia, no ano de 1996.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado e já resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Senhor Ilan Goldfajn, para o cargo de Diretor do Banco Central.

É o relatório.

Sala da Comissão, 12 de setembro de 2000. – **Ney Suassuna**, Presidente **Lúcio Alcântara**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) Tem a palavra, pela ordem, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os debates da sessão da tarde de hoje, em grande medida, versaram sobre problemas que estariam ocorrendo na Subcomissão do Judiciário. Aqui foi, por muitas vezes, evidentemente, mencionada a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da qual foi extraída a subcomissão. Como todos sabem, a subcomissão é composta por membros titulares ou suplentes oriundos da CCJ. Depois de tudo que aqui foi dito, penso ser importante que essa Comissão, pelo seu Presidente, se manifeste.

Ao Presidente da CCJ compete a indicação dos Líderes, dos membros dessa subcomissão, criada em decorrência do Relatório aprovado pela CPI do Judiciário. Dentre suas recomendações, figurava a criação de uma subcomissão permanente para receber as denúncias que chegassem ao Senado Federal pertinentes ao assunto investigado pela CPI do Judiciário. Assim procedi como Presidente da CCJ: solicitei Líderes do PMDB, PSDB, PFL e Bloco de Oposição a indicação dos membros titulares e suplentes que viessem a compor o corpo permanente de sete titulares e sete suplentes. A Comissão foi instalada e começou a trabalhar, fazendo, no meu entendimento, um bom trabalho.

Neste recesso branco, fui surpreendido, no interior do Rio Grande do Norte, com a notícia de que o Senador Renan Calheiros havia renunciado ao cargo de Presidente da Subcomissão. Igualmente fui informado da decisão da Senadora Heloísa Helena. Posteriormente, por meio de expediente, S. Ex^a, falando pelo Bloco de Oposição, manifestava uma posição mais ampla, em que colocava com clareza a disposição do Bloco de não mais participar da Subcomissão, por nenhum de seus membros. Ou seja, recebi uma carta do Senador Renan Calheiros, na qual informava-me sua renúncia à Presidência da Subcomissão, e uma carta da Líder do Bloco de Oposição, manifestando sua decisão de afastar-se definitivamente da Subcomissão.

Está configurado, portanto, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, falta de comando nesta Subcomissão. Não temos nem Presidente Senador Renan Calheiros, que renunciou, nem Vice-Presidente Senador Jefferson Péres, que, na Subcomissão, representava o Bloco de Oposição. Há, sim, número para deliberação; todavia, considero importante, até do ponto de vista ético, que o PMDB indique e já formulei expediente ao Líder deste Partido nesse sentido o substituto do Senador Renan Calheiros, para que possamos compor um número expressivo e também para que o PMDB se faça presente, na sua inteireza, dentro da Subcomissão.

Aguardo, portanto, a manifestação de S. Ex^a, para que possamos, na reunião de amanhã, deliberar em conjunto sobre a continuidade dos trabalhos dessa Subcomissão, apesar dos debates aqui tidos e das manifestações aqui ocorridas.

Devo dizer que S. Ex^a, o Senador Jader Barbalho, a quem formulei a solicitação de indicação de um novo nome para substituição do Senador Renan Calheiros, até o presente momento não respondeu a minha solicitação. Entendo ser de fundamental importância a definição do PMDB na indicação do substituto daquele que foi o Presidente da Comissão para que possamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

O Sr. José Roberto Arruda (PSDB – DF) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. José Roberto Arruda (PSDB – DF) – Senador José Agripino, V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, obviamente, tinha que tomar a decisão que tomou. É preciso que tenhamos como base de análise a própria realidade. A decisão do PMDB, que provavelmente estará nas mãos de V. Ex^a amanhã, já é de conhecimento público e já me foi confirmada por meio da própria Li-

derança: o PMDB não indicará o substituto da Presidência da Subcomissão pelas razões próprias que o Senador Renan Calheiros já fez públicas e, obviamente, pelas razões próprias do Partido que me cabem, como Líder, respeitar. Logo que tive essa confirmação, procurei ouvir o PSDB, o meu Partido. Quanto à posição do Partido – e obviamente não poderia ser outra –, não fazendo a nova indicação o PMDB, o PSDB também se vê na contingência de não mais estar na Subcomissão. Senador José Agripino, pessoalmente lamentei a atitude do Bloco de Oposição, mas a respeito. Entendendo-a como legítima, amparada regimentalmente; mais do que isso, amparada até na tradição de convivência desta Casa. Lamentei porque considerava que a Subcomissão executava, e bem, o seu trabalho; que o Senador Renan Calheiros exercia o seu papel com a necessária isenção; que o Relator trabalhava com afinco dentro das suas prerrogativas. Ainda mais: penso que a Subcomissão cumpria papel importante até no acompanhamento dos trabalhos que se desenvolviam, como devia ser, dentro do regime democrático em outras esferas da estrutura de Poder, no Ministério Público e no Poder Judiciário. Esse não foi, no entanto, o pensamento predominante no Bloco de Oposição, que registrou o seu afastamento. Logo a seguir, o Senador Renan Calheiros, pelas razões que, repito, tornou públicas, também se retirou. Confirmado hoje que o PMDB não indicará substituto, já ouvi o PSDB, tanto por intermédio do seu Líder como dos membros da Comissão, que também não vêem mais sentido em participar dos trabalhos dessa maneira. Portanto, no que diz respeito ao PSDB, já é essa a posição tomada. Acresço essas variáveis para que façam parte da equação cuja decisão, ao final, caberá a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador José Roberto Arruda, V. Ex^a tem toda razão. A mim cabe a responsabilidade, ao final, de promover as indicações dos nomes para a Subcomissão, que tem de continuar existindo. A razão de sua existência não é a apuração pura e simples da denúncia em torno do prédio do TRT de São Paulo. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, há pilhas de denúncias a mais que têm de ser objeto de investigação por essa Subcomissão, que terá de existir em decorrência do relatório da CPI do Judiciário e de reclamos da opinião pública do Brasil. A mim cabe essa responsabilidade e a cumprirei. Promoverei entendimentos políticos e negociações possíveis, mas procurarei fazer ver os Partidos políticos da imperiosa necessidade de ligação, num momento ou outro, dos Membros para

que essa Subcomissão prossiga. Até pudemos ter tido problemas insuperáveis num dado momento, mas, pela via do entendimento e da negociação, seguramente, encontraremos caminho pela Comissão de Fiscalização e Controle e outra vertente. No entanto, é fato que essa Subcomissão tem de continuar.

Senador José Roberto Arruda, não recebi resposta oficial, por escrito, à solicitação que fiz ao Líder do PMDB. V. Ex.^a me assevera que, em conversa privada com o Senador Jader Barbalho, foi-lhe dito que o PMDB não indicará o substituto do Senador Renan Calheiros. Em decorrência desta posição do PMDB, o seu Partido, o PSDB, tomará posição semelhante por razões aqui expostas.

Percebo que ficará cada vez mais difícil, com a posição do PMDB, do Bloco e do PSDB, manter a Subcomissão na sua atual constituição, mas a CCJC envidará todos os esforços no sentido de que a sua obrigação seja cumprida.

O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço o Senador Hugo Napoleão.

O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) – Eminente Senador José Agripino, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, acabo de ouvir, com a maior atenção, a exposição de V. Ex.^a, assim como o aparte que lhe foi oferecido pelo Líder do Governo, Senador José Roberto Arruda, que, a seu tempo, fala em nome do Partido da Social Democracia Brasileira. Entendo que o PFL fez as indicações perante V. Ex.^a para a Subcomissão, e o fez, efetivamente, com o objetivo de que a Subcomissão funcionasse como funcionou. Eu, particularmente, participei de boa parte das reuniões e indiquei os Senadores José Jorge e Edison Lobão, como titulares, e, como suplentes, os Senadores Juvêncio da Fonseca e Bello Parga. O Senador José Jorge vem desenvolvendo um trabalho extraordinário e, com a sua competência, com o seu tirocínio, com o seu conhecimento e com a sua experiência legislativa, vem, naturalmente, tecendo, como Relator, peças da maior importância. O Senador Edison Lobão, que participou de debates intensos na Comissão, igualmente deu fruto da sua melhor contribuição. E os dois suplentes, Senadores Bello Parga e Juvêncio da Fonseca, com quem inclusive conversei hoje a esse respeito, estavam sempre prontos e preparados para agir assim que se fizesse necessário.

Mas verifico que, pela palavra do Senador José Roberto Arruda, o Senador Jader Barbalho, Líder do

PMDB, não fará mais indicações. Não falei com S. Ex.^a, mas evidentemente estou acreditando, como sempre faço, nas palavras do Senador José Roberto Arruda, que também fala em nome do PSDB. Só me resta, então, como Líder do Partido da Frente Liberal, dizer que igualmente declinamos e oficiaremos, pois, no sentido de retirar as nossas indicações, tanto dos nobres titulares aos quais me referi quanto dos suplentes, devolvendo a V. Ex.^a, então, aquilo que houver por bem decidir como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já que obviamente tem o controle das ações da Subcomissão. Nada mais me resta dizer senão que o PFL retira os seus membros.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Hugo Napoleão, na medida em que se confirme – e eu não tenho nenhuma razão para duvidar disso – o que o Senador José Roberto Arruda aqui disse e que V. Ex.^a assevera, haverá não uma decisão da CCJC, mas uma constatação de que a Subcomissão deixou de existir por falta de número. Se isso vier a acontecer, ela amanhã não mais existirá. Eu me limitarei a fazer a constatação de fatos, se eles vierem a acontecer.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT AL) – V. Ex.^a concede-me um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL RN) – Concedo, com muito prazer, um aparte a V. Ex.^a.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT AL) – Senador José Agripino, a vida é realmente muito interessante ela é maravilhosa e implacável também. Realmente, é algo *sui generis*, interessantíssimo: há meia hora, o debate nesse plenário era sobre a importância absoluta da Subcomissão, que era fundamental e imprescindível para que pudéssemos identificar e decifrar os mistérios sujos relacionados com o caso do TRT. Há poucos minutos, a Oposição estava sendo acusada de fechar uma porta importante das investigações, embora estivéssemos, o tempo todo, dizendo que, de fato, hoje, cabe ao Banco Central identificar os membros da quadrilha que saqueou os cofres públicos; cabe ao Banco Central, com seus mecanismos de rastreamento de ordens bancárias, identificar os beneficiários finais, encaminhando-os ao Ministério Público para que sejam responsabilizados criminalmente. Também cabe ao Banco Central repatriar o dinheiro, devolvendo-o aos cofres públicos. Isso ocorreu há pouco tempo. De repente, essa Subcomissão já não é a panaceia capaz de resolver todos os males identificados em relação ao TRT. Realmente, a vida é muito importante. Eu entendo o apelo feito por V. Ex.^a, inclusive anteriormente. Aproveito este

aparte para fazer um apelo ao Senador Romero Jucá no sentido de que amanhã reúna a Comissão de Fiscalização e Controle porque lá deverá ser apreciado um requerimento muito importante. Imagino que a realidade, implacável como é, acabará também desmoralizando essa Comissão como fez com a Subcomissão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A Subcomissão, que era a panacéia capaz de curar todos os males – há meia hora era vista assim – agora já não tem esse poder. Vamos para a Comissão de Fiscalização e Controle. Imaginem como será a primeira reunião da Comissão! Espero que o Senador Romero Jucá a convoque para amanhã, como recomenda o Regimento Interno. Haverá depoimentos extremamente importantes: Sérgio de Otero Ribeiro, Fernando Jorge Caldas Pereira, Ivan Carlos Machado de Aragão, Cláudio Albuquerque Haidamus e Eduardo São Clemente, Cláudio de Araújo Faria, Edson Soares Ferreira, José Caetano de Figueiredo, Jair Bilachi, Manoel Pinto, José Maria Monteiro, Julio Cesar Figueiredo... Além desses depoimentos na Comissão de Fiscalização e Controle, há algo mais importante ainda: o requerimento de informações, que o Presidente acabou de dizer que vai encaminhar. É evidente que S. Ex^a vai encaminhá-lo com o seu parecer, porque avocou para si o parecer do requerimento. Encaminhará o requerimento de informações, que é de fundamental importância para que possamos, na Comissão de Fiscalização e Controle, continuar debatendo esse tema. Espero que a realidade não seja igualmente implacável porque se o for, então a opinião pública irá entender a necessidade fundamental de instalarmos a Comissão Parlamentar de Inquérito. Faço esse aparte, não necessariamente tratando do tema, mas também o fazendo, para dizer apenas o quanto é importante a vida. Como a realidade é implacável! Em tão pouco tempo, em meia hora, o que seria a salvação de todos os males transforma-se em uma instância que poderá ser desmantelada rapidamente. Vamos à Comissão de Fiscalização e Controle para ouvir essas pessoas. Obteremos dados fundamentais e importantíssimos sobre movimentação bancária, auditoria fiscal, contábil e financeira, listagem de ligações feitas e recebidas por todos os telefones disponibilizados pelo Sr. Eduardo Jorge e questões relacionadas ao Serpro. Enfim, teremos informações extremamente relevantes como o parecer oferecido pelo Presidente, encaminhando o requerimento a órgãos e autoridades competentes.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senadora Heloísa Helena, tenho por V. Ex^a um carinho enorme.

No entanto, preciso dizer algo que aprendi ao longo da minha vida: só se ganha a luta lutando.

Essa Subcomissão, que já nasceu sob desconfiança – é preciso que se diga isso, pois desde o primeiro momento foram apresentadas desconfianças sobre as possibilidades da Subcomissão –, trabalhou com muita firmeza, mas com muita dificuldade.

Tenho absoluta convicção de que, pela via do entendimento, da luta para ganhar, encontraríamos caminhos para esclarecer todos os fatos, que agora pretendem esclarecer em outro fórum: na Comissão de Fiscalização e Controle que tem iguais poderes.

Só lamento que isso tudo tenha acontecido, porque, quer queira quer não, a Subcomissão do Poder Judiciário pertence à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Procurei desempenhar o melhor e o mais limpo papel na condução dos trabalhos. Vejo que, pelo que aqui foi dito, pelo menos para esse episódio do TRT de São Paulo, a referida Comissão perderá a luta, porque não chegou à conclusão que a opinião pública desejava.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senador José Agripino, estou entendendo que o Senado resolveu, de forma tardia – é verdade –, prestar uma homenagem ao grande Dias Gomes, criando a Subcomissão Viúva Porcina, a que foi sem nunca ter sido. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já fiz o histórico que precisava.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a, como Presidente dessa Comissão, deveria pedir ao Senador José Eduardo Dutra que explicasse melhor o que significa dizer que essa é a Subcomissão Viúva Porcina, a que foi sem nunca ter sido.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Deixo a tarefa para V. Ex^a, que tem o humor à flor da pele e será capaz de, com brilhantismo, igualar-se ao Senador José Eduardo Dutra na ironia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, resta-me, portanto, aguardar as manifestações escritas do PMDB, do PSDB e do PFL para fazer a constatação que antecipo.

Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Nobre Presidente, uso da palavra apenas para comunicar aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos que esta fará realizar agora uma sabatina com um indicado a ocupar cargo de direção no Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Se não houver objeção do Plenário, prorrogarei a sessão por mais quinze minutos para ouvirmos a fala do Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, iniciei essa discussão levantando uma questão de ordem sobre a matéria. Parecia-me que a solução seria mais singela do que terminou sendo. Houve um debate muito grande entre a Oposição e o Governo, aquela querendo uma CPI. É a segunda idéia de V. Ex^a, Presidente Antonio Carlos Magalhães, que esvazia uma CPI. Quando surgiu o problema do Sivam, V. Ex^a criou uma supercomissão, reunindo as Comissões de Assuntos Econômicos, Relações Exteriores e de Constituição e Justiça, que fez o papel de CPI e desenvolveu as atividades relacionadas ao caso Sivam. Essa supercomissão não foi feliz, na minha opinião; ela não se concretizou. Agora, pela segunda vez, acontece esse fato, só que, em vez de termos uma supercomissão, tivemos uma minicomissão. Parece-me que a saída foi inteligente, pois a comissão já existia. O que ocorreu é que ela se consolidou, foram nomeados os membros e se começou a trabalhar.

A Oposição – justiça seja feita –, desde o início, dizia que estava trabalhando sob protesto, porque, na verdade, o que queria era uma CPI, mas estava trabalhando. Todos estávamos trabalhando; a Subcomissão desenvolveu suas atividades – e façamos justiça: fez um bom trabalho.

O que entendo – perdoe-me a sinceridade, Sr. Presidente – foi que a decisão de V. Ex^a demorou; demorou no sentido de que, nesses quarenta dias em que a Subcomissão estava trabalhando normalmente, V. Ex^a deveria ter chegado lá e dito: “Srs. Senadores, tive uma reunião com a Mesa e, como resultado dessa reunião, tomei tal decisão”. Nesse momento, a Oposição e os demais, de acordo com o que haviam dito, ou permaneceriam, ou sairiam; enfim, fariam o que bem entendessem, mas a decisão estaria tomada.

Como isso demorou e como a imprensa começou a tratar essa matéria com muita malícia, enfocando as relações entre V. Ex^a e o Líder do meu Partido, dizendo mesmo que havia um jogo de interesses envolvendo a matéria – e digo que não sei o porquê, pois só tomei conhecimento posteriormente –, a Oposição resolveu sair. Tendo saído a Oposição, imediatamente após saiu o Presidente, que é do meu Partido.

Perguntado pela imprensa, por um lado e pelo outro, respondi que eu não sairia, uma vez que eu havia assumido um compromisso, qual seja, o de que nós havíamos chegado a um grande entendimento de discutirmos a matéria hoje, dia 12; entendimento este feito em cima de nós, visto que a Oposição dizia que a pequena Subcomissão não tinha o direito de abrir contas, de quebrar sigilos, nada disso, enquanto o Presidente disse que tinha, que a Mesa se reuniria e criaria essas condições. Então, ficamos na expectativa dessa resposta, que seria dada pela Mesa, respondendo aos requerimentos feitos pela Comissão.

Considereei que o dia 12 seria muito tarde, porque perdemos todo o mês de agosto e dez dias de setembro. Mas, de qualquer maneira, o dia 12 é hoje. A meu ver, poderiam esperar mais um pouco, mas não esperaram. A Oposição se retirou da Subcomissão. Creio que poderiam ter aguardado o pronunciamento do Presidente da comissão, mas não se esperou: a Oposição se retirou.

Vejo, já hoje, aqui nesta sessão, o PFL e o PSDB também se retirando e o Presidente dizendo que irá comunicar amanhã que não existe mais a Subcomissão.

Quem ganha com essa decisão, Sr. Presidente? Perante o conjunto, perante o contexto da sociedade, quem vai somar? Qual é o lado positivo? Qual é o lado que responderá a essa questão? Fez-se uma CPI; veio à tona um escândalo enorme em torno da obra do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo; aparece um tal de ex-Secretário-Geral, com uma série de fatos gravíssimos o envolvendo; iniciamos as apurações, e, depois, por questões, não importa se políticas, se partidárias, se regimentais, chegamos à seguinte conclusão: Acabou! Está encerrado! Cada um volta para o seu devido lugar!

Penso que ninguém sai ganhando. Fica mal para V. Ex^a, Sr. Presidente. Pode até parecer que V. Ex^a deu um lance esperto. Pode-se dizer: “Foi inteligente o Antonio Carlos! Foi inteligente, porque ganhou trinta dias. Matou a CPI e matou a subcomissão!” Todavia, não sei se isso soma para V. Ex^a. De outra parte, não fica bem o meu partido, porque fez e aconteceu, mas não ajudou em nada. E, ainda, não fica bem a Oposi-

ção, que, na verdade, queria uma CPI, que não conseguiu; aceitou uma subcomissão, que resultou nesse bate-boca: de um lado o Sr. Antonio Carlos Magalhães dizendo que, se se instalasse a comissão, daria os nomes; do outro, os demais dizendo que, assim que ele desse os nomes, seria instalada a comissão.

Faço um apelo a V. Ex^a, Sr. Presidente: reúna-se com os membros da Comissão e as Lideranças para tomarem a decisão. Penso que a decisão é uma.

Ainda que seja ridículo, porque V. Ex^a está aí há dez anos e vai ficar mais dez, sendo que eu nunca chegarei aí, digo a V. Ex^a o que faria no seu lugar – e, talvez, V. Ex^a até pense que, se eu digo que faria, é que não vai dar certo; assim, não faz. Entretanto, Sr. Presidente, digo o que faria no seu lugar: tomaria a minha decisão. Eu diria: "Se tinha o compromisso de até o dia 12, hoje, dar uma decisão, quero dizer a vocês que, quanto aos Requerimentos nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, este aqui despacho desta maneira; este, dessa maneira; este, daquela maneira etc. Minha decisão está tomada!"

Se não tem Presidente a Subcomissão, que se remeta ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Sua parte está feita! V. Ex^a se sai bem do episódio. Se V. Ex^a fizer isso, vou ao Jader Barbalho dizer o seguinte: "Jader, tu tens que indicar um novo presidente". As razões todas que existiam terminaram. Está feito! Estão aqui os nomes. O Presidente do Senado decidiu. O Sr. Jader Barbalho terá que indicar um novo Presidente.

Tenho a convicção de que a Oposição volta se tiver a convicção de que as decisões de V. Ex^a são para conduzir a busca da verdade, pois o problema todo, a angústia que está aqui posta é que estamos trabalhando e, de fato, ninguém quer buscar a verdade. O problema é exatamente este: estamos aqui há muito tempo e, até hoje, desde que se iniciaram os trabalhos da CPI do Judiciário, não tivemos uma só notícia, em nível nacional, de que se tenha ido buscar sequer cinquenta centavos do escândalo do Tribunal; o que veio foi do exterior. Já se disse mesmo que em Miami tem tantos milhões; que na Suíça tem outros tantos milhões. As notícias vêm de fora, porque aqui dentro não aconteceu nada.

Por isso, Sr. Presidente, falo com a maior sinceridade o que faria: reuniria a Mesa e diria que a minha decisão é tal ou

qual e a entregaria ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

Penso que todos teremos que ir imediatamente ao Senador Jader Barbalho e dizer que, se o Presidente fez a parte dele, indicando os membros, indique os nomes. E ele indicará os nomes; e a Oposição, dentro da realidade, retorna. Se não é isso, caio fora também. O PFL está caindo fora; o PSDB está caindo fora; o Presidente da CCJ está dizendo que a Subcomissão não existe mais. A querida Líder, Senadora Heloisa Helena, por sua vez, pensa que, indo para a Comissão de Fiscalização e Controle a coisa vai melhorar. A única coisa que digo é o seguinte: preparemos o enterro para a próxima comissão. Quer dizer, preparemos o enterro para enterrar a próxima comissão, porque não vai levar adiante.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Solicito um aparte a V. Ex^a após o Senador José Roberto Arruda.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo o aparte a ele, depois a V. Ex^a, mas antes faço um apelo ao Sr. Presidente. E acredite, Sr. Presidente, falo com profunda sinceridade. Acompanhei os passos todos: saiu a Oposição ou não saiu, o Presidente da Comissão saiu. E digo: "Não, eu tenho um compromisso; tenho que tentar, porque alguém tem que fazer uma força no sentido de buscar o entendimento". Para brigar, há tempo. Para sair, há tempo. Para fazer as coisas, há tempo. Mas para tentar o entendimento? Vamos tentar o entendimento.

É o apelo que faço ao Sr. Presidente. É um gesto que alguns podem achar diferente da tradição de V. Ex^a. V. Ex^a gosta de ser duro: – "Eu estou aqui, as decisões estão aqui". O Jader manda de volta ao Presidente e eu mostro... Essa é a história de V. Ex^a.

Eu mudaria: "Está aqui o resultado". Isso ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E o Sr. Jader que mande a sua resposta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) V. Ex^a não tirará minha sinceridade nem minha serenidade. Com a mesma sinceridade que V. Ex^a está falando, quero informar...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) V. Ex^a está me fazendo uma injustiça: a de que tentei tirar sua serenidade. Estou falando com a maior tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) V. Ex^a está colocando um estilo que não é meu. Confesso a V. Ex^a que tenho que rebater.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Um estilo que não é o seu?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – É V. Exª dizer que o que quero fazer, faça! Não é bem assim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Cheguei a dizer isso? Perdão, peço desculpas. Eu disse que quando V. Exª quer, V. Exª faz. Pelo amor de Deus, que erro que cometi!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Mas vou responder a V. Exª com a mesma...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não, mas cometi um erro. Desculpe-me. V. Exª logo pergunta para todos: – "Devo fazer ou não? O que vocês acham?"

Peço perdão a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Quero dizer a V. Exª, com a mesma sinceridade utilizada em sua fala, que fui surpreendido pela renúncia do Senador Renan Calheiros. S. Exª se entendia diretamente comigo sobre todos os assuntos da Subcomissão. Sempre o prestigiei 100%. E também estou sendo surpreendido com o término abrupto da Subcomissão. Para V. Exª não foi surpresa, mas para mim foi grande. O fato é que a Subcomissão, depois das declarações que foram feitas, não mais existe. Entretanto, a Senadora Heloísa Helena mostrou-me um caminho que pretendo trilhar: depois de ouvir a Mesa, encaminharei às autoridades competentes as solicitações feitas.

A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Como Relator, o parecer é de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Meu parecer será o seguinte: "Para encaminhar. Defiro."

A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, tenho uma discussão em relação a esse fato. Desculpe-me, Senador Pedro Simon, acabei criando uma triangulação.

O Sr. José Roberto Arruda (PSDB – DF) – De minha parte, não há qualquer problema. Concederei, como um cavalheiro, o primeiro aparte a V. Exª. O Senador Pedro Simon garantir-me-á, depois, outra oportunidade.

A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Quero que sejamos muito objetivos, para evitar que, depois, alguém pense que saiu ganhando em algum debate, quando, de fato, não aconteceu. Todos sabemos aqui não há crianças o que manda o Regimento Interno e a Constituição. É muito claro o texto da Constituição e ele foi resgatado por V. Exª e por muitas outras autoridades desta Casa: à Mesa cabe encaminhar requeri-

mento de informações de Parlamentares. A Mesa sabe, também, que, para dar parecer sobre requerimento de informações, dispõe de oito dias úteis, para encaminhá-lo à luz da Constituição e do Regimento Interno da Casa. Requerimentos de informações são, sem dúvida, muito importantes. E o parecer do requerimento de informações foi dado pelo Presidente do Congresso Nacional, que avocou para si a tarefa, em vez de delegá-la a um Relator, que disporia de oito dias úteis para fazê-lo. O Presidente avocou para si a tarefa e já emitiu o parecer. Quando a Constituição diz: "encaminhando", não se trata de um simples encaminhamento. Esse encaminhamento requer um parecer do Relator, que, no caso, é o Presidente do Congresso Nacional. Estaremos na Comissão de Fiscalização e Controle com os depoimentos a serem feitos e com os dados importantíssimos solicitados por meio de um requerimento de informação feito por Parlamentares, pela Subcomissão, acompanhado de parecer do Presidente do Congresso Nacional encaminhando-o. Não se encaminha carta ou ofício. Encaminhamento, é óbvio, pressupõe parecer dado pelo Relator.

O Sr. José Roberto Arruda (PSDB – DF) – Senador Pedro Simon, V. Exª, experiente que é, conseguiu, com muita elegância até, dizer o que o Senador José Agripino, Presidente da CCJ, também de forma elegante, já havia dito. V. Exª fez uma constatação que, obviamente, não seria elegante que eu fizesse. Ela foi em plenário e eu estou apenas sublinhando-a. Constatou que o gesto político do Bloco de Oposição foi, no mínimo, sob a ótica dos que trabalhavam na Subcomissão, precipitada, pois a posição foi tomada antes que outros fatos previsíveis ocorressem. Sinceramente, até pelo apreço e pelo respeito que tenho pela Líder do Bloco de Oposição, não sei ainda como classificar o gesto. Talvez seja alguma visão política que ainda não percebi e, portanto, no momento em que percebê-la, vou conseguir formatar o raciocínio lógico que serviu de base à decisão. Eventualmente apenas no terreno da conjectura, porque a Líder da Oposição tem sido muito elegante quando esta Liderança erra, e isso faz parte da vida parlamentar –, existe a idéia de que a Comissão de Fiscalização e Controle, conforme consta no Regimento Interno, possa executar melhor o trabalho do que a Subcomissão. Acompanhei os trabalhos e sou da mesma opinião que o Senador Pedro Simon. Considero que a Subcomissão vinha trabalhando bem e desempenhando bem seu papel. No regime congressual, não pode a Oposição retirar-se num gesto que pode ser

interpretado como forma de jogar a opinião pública contra os que ficaram e, logo depois, exigir, exigir politicamente – não se trata de outro tipo de exigência –: “Nós saímos, mas vocês não saíram não.” Ora, como a própria Líder disse, “somos todos adultos.” Acrescentaria que somos politicamente maduros. Esse gesto, precipitado ou não – o futuro o dirá –, certo ou não sob o aspecto político, deixa uma evidência, qual seja, a de que houve um desvio de dinheiro público no âmbito do Poder Judiciário.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) Uma montanha de dinheiro.

O Sr. José Roberto Arruda (PSDB – DF) Uma montanha de dinheiro. Uma CPI feita por esta Casa botou o dedo na ferida, descobriu que havia algo. E, quando termina uma CPI, esta, em si, não pune ninguém. Não foi a CPI que cassou o Collor ou que cassa os Deputados. Ela investigou e mostrou as evidências. Essas evidências devem ter prosseguimentos em todas as legítimas estruturas de Poder. Muito bem, a primeira consequência era na nossa própria Casa. O que fez o Congresso? O que fez o Senador Antonio Carlos Magalhães, como Presidente do Senado? Reuniu a Casa e colocou a matéria em discussão, em julgamento, e nós votamos a cassação de um Senador. Pode-se, então, culpar esta Casa de não ter cumprido o seu papel de, naquilo que lhe diz respeito, dar consequência ao trabalho da CPI? Sinceramente que não. Mas não era a única, havia outras consequências. Para onde a CPI do Judiciário enviou essas consequências? Enviou-as ao Ministério Público e ao Poder Judiciário. Num sistema democrático, quando cumprimos a nossa parte, é de nosso dever acompanhar que as outras estruturas de poder cumpram as suas. Há uma concordância com a Senadora Heloísa Helena: o Banco Central, ao informar o Ministério Público de todas as solicitações feitas no que diz respeito a sigilo bancário, estará dando ao Ministério Público condições efetivas de resgatar o dinheiro desviado e de punir os responsáveis, sejam eles quais forem. Obviamente, o Banco Central tem que se limitar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Algo que não fez até hoje.

O Sr. José Roberto Arruda (PSDB – DF) – Claro, e terá que fazer. E tem feito porque o Ministério Público está agindo corretamente: pede a decisão judicial. No momento em que a Justiça determina que seja feito, o Banco Central é obrigado a fazer. Obviamente, não pode fazer fora dos limites da decisão judicial, mas acatará todas as decisões judiciais como, aliás, o Sr. Paulo Sérgio Cavalheiro, na última reunião

da Subcomissão, demonstrou que continuará fazendo. Para terminar, eu gostaria de dizer à Senadora Heloísa Helena que, obviamente eu não cometeria a indelicadeza de afirmar: quem sabe a Oposição errou! Mas fala-se na possibilidade de a Oposição ter errado, de não ter se preparado para interpelar direito quem veio depor e depois ter tentado corrigir-se dessa ou daquela maneira. Eu gostaria de dizer que, desviado o foco, colocado o foco em outra instância desta Casa, legítima também, só posso solicitar que o Bloco de Oposição não deixe de participar dos trabalhos da Comissão de Fiscalização e Controle. Mesmo quando, na consequência de fatos parlamentares, eventualmente a maioria fizer prevalecer a sua maioria – eu farei apenas uma pausa, pois a sua Assessora deseja passar uma informação a V. Exª e sei que poderá ser importante.

A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Com certeza não será importante com relação ao tema. V. Exª pode ficar à vontade, temos muito tempo para continuar discutindo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como aliás, S. Exª. está muito à vontade, em um aparte-discurso, aliás, brilhante.

A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Com certeza. V. Exª pode continuar.

O Sr. José Roberto Arruda (PSDB – DF) – Então, Senadora Heloísa Helena, o Parlamento decide pelo voto, e vamos muitas vezes ter discordâncias. Algumas vezes vamos ganhar; outras, perder; noutras, faremos entendimentos políticos e somarmos no mesmo lado. Essa é a vida democrática. Agora, o Senador José Agripino foi muito feliz em dizer: “tem que lutar”. Não pode acontecer que alguém diga que não gostou e, então, saia, pois há as consequências. Não somos os únicos que dominamos alguma coisa do pensamento da opinião pública. Todos aqui foram eleitos, passaram pelo julgamento das urnas. Portanto, entendem, ainda que primariamente – e da mesma forma como ninguém aqui tem o monopólio da honestidade ou da dignidade, ninguém tem o monopólio da estratégia política mais perfeita. Portanto, a cada ação tem uma reação. Isso é normal na vida democrática. Espero apenas que neste episódio, sem politizá-lo excessivamente, acho que é fundamental...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senador, terminar um discurso é difícil; terminar um aparte está sendo mais difícil ainda.

A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Nobre Senador, gostaria de mais um aparte.

O Sr. José Roberto Arruda (PSDB – DF) – Eu vou até pedir desculpas aqui... é impressionante...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E dê o aparte por terminado.

O Sr. José Roberto Arruda (PSDB – DF) – Senador Pedro Simon, vou dar por terminado, fazendo uma homenagem. Só não consegui ainda fazer gestos e sair do microfone, mas o restante já estou aprendendo com V. Ex^a.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não sei se o Presidente Antonio Carlos Magalhães permitirá.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex^a sempre encanta o Plenário com sua palavra, mas o Senador Roberto Saturnino já me olhou três vezes, porque S. Ex^a está inscrito para falar.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Pedro Simon, se V. Ex^a não me conceder o aparte, acabarei pedindo licença ao Senador Roberto Saturnino e falarei pela Liderança do Bloco. Por economia processual, seria melhor que V. Ex^a me concedesse aparte.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a concorda? Concordou.

Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Pedro Simon, é importante que resgatemos a verdade. É evidente que a opinião pública, o Parlamento e milhares de pessoas espalhadas por este País estão ocupando mentes e corações em relação a esse debate. É importante que fique claro e objetivo que a grande responsabilidade pela não-identificação dos beneficiários finais do esquema fraudulento, a grande responsabilidade de a opinião pública e o Ministério Público ainda não terem a listagem dos membros da quadrilha que saqueou os cofres públicos, efetivamente, é do Banco Central. Então, não é justo se manipular as informações. Isso não é responsabilidade de Subcomissão Permanente e de nenhum Parlamentar. Pois nós Parlamentares não podemos rastrear ordens bancárias, identificar beneficiários finais e a listagem dos membros da quadrilha que saqueou os cofres públicos. O dirigente do Banco Central, que esteve na Subcomissão, declarou, textualmente, que isso é um trabalho que será feito eternamente. Embora, como cristã, deseje a vida eterna, é evidente que a Oposição não quer passar uma vida eterna dentro da Subcomissão. Portanto, é importante que se saiba, hoje, se o povo brasileiro não sabe ainda que a identi-

ficação da listagem dos membros da quadrilha que saqueou os cofres públicos é responsabilidade única e exclusiva de quem tem o poder de fazer o rastreamento das ordens bancárias. E quem pode identificar isso é o Banco Central. Outro ponto que precisa ser ressaltado, Senador Pedro Simon, é que estaremos na Comissão de Fiscalização e Controle trabalhando. E lá estaremos trabalhando inclusive com dados importantíssimos. Imagine, V. Ex^a, o que a Constituição Federal nos dá como garantia, no seu art. 50, § 2º. Quando o Presidente Antonio Carlos Magalhães encaminhar os nossos pedidos de informação, se não forem atendidos pelas autoridades, elas estarão enquadradas em crime de responsabilidade. Alguns membros do Governo estavam lá fora, alegres, dizendo que o Presidente Antonio Carlos Magalhães só encaminharia o requerimento de informações... Encaminhamento não é isso. A Constituição Federal é muito clara. No caso de encaminhamento de pedidos de informações, quando o Presidente encaminhar, inclusive com o seu parecer, porque foi Relator, ficou quarenta e quatro dias para dar o seu parecer, estará encaminhando não com o simples ofício do "Encaminhe-se", mas estará encaminhando conforme manda a Constituição, importando em crime de responsabilidade a recusa ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Portanto, vai-se iniciar um movimento muito importante. Espero que a Bancada governista, que o tempo todo diz que quer apurar os fatos, oriente o Senador Romero Jucá, porque, como a Comissão de Fiscalização e Controle só se reuniu duas vezes durante o ano, o Presidente poderia convocar reunião para amanhã, pois a Oposição estará à disposição, a fim de que tenhamos acesso ao cronograma de reunião da referida Comissão e à agenda dos depoimentos a serem prestados naquela Comissão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, creio que as posições estão tomadas e não acredito que voltem atrás. Pelo que sinto, a nobre Líder da Oposição é favorável à tese de que o assunto seja encaminhado à Comissão de Fiscalização e Controle. S. Ex^a espera que, com os requerimentos que V. Ex^a tem em mão, faça, como Relator, o encaminhamento, determinando a volta deles à citada Comissão. Se a Oposição já declara que é assim, não posso exigir que o Presidente do meu Partido indique Presidente ou que os outros façam alguma coisa.

Estou sentindo que, como minicomissão de Constituição e Justiça e Cidadania, a coisa não vai andar. Espero, então, que V. Ex^a faça o que pede a Lí-

der do PT: faça o encaminhamento às autoridades representativas, que darão a resposta à Comissão de Fiscalização e Controle para que as coisas vão adiante.

Confesso, minha querida Líder, que não sou otimista. Não sei o que vai acontecer com essa mudança do ambiente que já tínhamos, com o trabalho que estávamos fazendo, para a Comissão de Fiscalização e Controle; honestamente, não sei, mas, pelo que diz a Líder, é o caminho que resta.

Então, mudando, já faço um outro apelo a V. Ex^a, para que faça isso, tenha a grandeza de encontrar uma solução, e a solução está nas suas mãos: tomar uma decisão. Se V. Ex^a acha que não deve decidir, não decide, é claro: "Olha, não vou decidir e pronto, não se fala mais no assunto". Mas se V. Ex^a achar e penso que deveria – que deve decidir, tomar a decisão, tome a decisão e envie para as autoridades competentes, e a volta será endereçada à comissão específica, a de Fiscalização e Controle.

É uma decisão perdoe-me dizer, mas a escolha da decisão é do PT. V. Ex^a vai assumir a responsabilidade pela decisão. E eu vou rezar para que dê certo no que depender de mim, darei inteira solidariedade para que dê certo. Não seria o caminho que eu escolheria. Mas, com toda sinceridade, se V. Ex^a achar que é esse o caminho, pelo menos, Sr. Presidente, e faço um apelo a V. Ex^a, vamos seguir esse caminho, senão, não vamos seguir caminho nenhum. E é o pior que pode acontecer. Isso, pelo menos, é um caminho que poderá dar certo ou não, lá adiante. Lá adiante, vamos ver, mas não se acusará jamais o Senado de não ter tomado uma decisão. Tomamos a decisão, que será a decisão proposta pela Oposição, e vamos aceitá-la.

É o apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Já era do meu desejo atender a nobre Líder da Oposição. Agora, então, com V. Ex^a subscrevendo as palavras da Líder, posso dizer a V. Ex^a que vou propor à Mesa essa decisão de encaminhar às autoridades...

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Com o parecer de V. Ex^a, claro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Se vou encaminhar é porque aceitei.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Tem que ser com o parecer, é óbvio.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – "Tem que ser" não é bem a expressão, não é?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sim, porque V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – "Tem que ser"? Releva.

Então, amanhã vou propor à Mesa essa solução. V. Ex^a sempre encontra, na hora própria, as soluções.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço a benevolência de V. Ex^a. Peço desculpas mesmo aos nobres Colegas por mudar o assunto que tomou toda esta nossa sessão, um assunto que empolgou o Plenário, não obstante ter V. Ex^a se referido a ele como um esforço de arrombar a porta aberta. O fato é que se resolveu essa questão e se abriu o caminho para que eu faça, neste final de sessão, um comentário, ainda que breve, sobre um fato que considero extremamente relevante e que ocorreu nesta cidade, há poucos dias, há duas semanas, que foi a reunião dos Presidentes da América do Sul, reunião convocada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, a qual compareceram todos os Presidentes, constituindo um fato absolutamente relevante e extraordinário na história desses países.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer que é direito da Oposição eu diria mais, é dever da Oposição estar sempre desconfiando das atitudes do Governo, porque faz parte do jogo democrático que assim seja. A Oposição tem por missão a fiscalização permanente e, por conseguinte, o levantamento de desconfianças sobre os atos do Governo.

Entretanto, Sr. Presidente, quero dizer que neste particular, no caso em pauta, caso que estou aqui a comentar – o evento extraordinário da reunião dos Presidentes da América do Sul – por mais que se busquem razões de desconfiança, não vejo nenhum aspecto criticável, que mereça sequer a reserva da Oposição.

Por essa razão, considero importante registrar aqui o nosso cumprimento ao Presidente Fernando Henrique pela iniciativa e ao Itamaraty pela tradicional competência que, uma vez mais, foi confirmada.

O encontro dos Presidentes foi correto em todos os sentidos; foi correto ao convocar os Presidentes da América do Sul – inclusive os da Guiana e do Suriname –; e foi correto em não convidar os representantes dos Países da América Central e do Caribe. Na verda-

de, esses últimos já estão integrados, econômica e geograficamente, à América do Norte, ao passo que os Países da América do Sul devem buscar a sua integração tanto física quanto econômica.

A reunião não foi pautada por motivos ligados a afinidades culturais ou históricas, mas por razões de natureza geoeconômica e mesmo geográfica. Sendo assim, foi acertada a decisão de se limitar o encontro aos Presidentes da América do Sul, incluindo, todavia, todos eles – Nações independentes, naturalmente, visto que a Guiana Francesa é um departamento da República Francesa.

Foi corretíssimo o encontro ao propor a aceleração dos projetos de integração física desses Países e a integração econômica por meio da unificação das duas comunidades já existentes – o Mercosul e o pacto andino –, de forma acelerada, cumprindo-se essa integração econômica antes dos prazos estabelecidos para a implementação da Alca, que seria então a organização de integração econômica de todas as Américas.

Esses países da América do Sul não têm condições de integrar suas economias com a economia norte-americana se não passarem antes por um processo de integração que os fortaleça, que fortaleça suas economias, para poderem, então, cumprir, em condições menos desfavoráveis ou menos desiguais, a integração com a grande potência norte-americana.

O encontro, de outro lado, Sr. Presidente, foi prudente no sentido de não se constituir em nenhuma provocação à grande potência imperial americana. Não se cometeu nenhum desliz, nenhuma bravata foi feita, nada que pudesse suscitar uma reação pública por parte dos Estados Unidos da América, não obstante sabermos todos que tal encontro foi contrário aos desejos, às aspirações e aos projetos da grande Nação norte-americana. Se dependesse da vontade política daquele País, obviamente esse encontro não se daria. Foi um encontro no qual se confrontaram os desejos, os propósitos e os projetos da Nação americana. No entanto, a reunião foi prudente, no sentido de não se constituir nenhuma provocação ostensiva aos interesses norte-americanos. Foi prudente também e aí pesou muito a tradição e a competência do Itamaraty no sentido de evitar que se levantassem suscetibilidades por parte das outras Nações sul-americanas, que poderiam se sentir, de certa forma, libertadas de uma opressão da potência maior, do império maior, para cair na hegemonia de um subimpério regional e com isso tornar a reduzir as suas possibilidades de afirmação como nações. Não. O

Brasil se comportou de forma absolutamente adequada para prevenir também esse tipo de reação, que poderia pôr a perder todo o esforço de integração.

Enfim, Sr. Presidente, a América do Sul, finalmente e de maneira consistente, tomou o rumo da afirmação dos seus interesses regionais específicos e legítimos. Claro que há problemas graves a resolver, tais como a questão da dolarização da economia equatoriana e da dolarização de fato da economia argentina. São problemas graves que podem ser enfrentados e resolvidos desde que haja a vontade política da integração, manifestada fortemente nesse encontro realizado aqui em Brasília.

Sr. Presidente, a questão fundamental e cujo enfrentamento deve dar sequência a essa reunião de Presidentes é a do atrelamento de todas as nossas economias ao grande cassino internacional, aos interesses dominantes do mercado financeiro internacional, dirigido pelos representantes do FMI e do Banco Mundial. E para dar seguimento à atitude brasileira de convocar os presidentes sul-americanos, é necessário agora que o Brasil proponha a essas e a outras nações aliadas que tenham também esse interesse, uma renegociação global de todo o sistema financeiro internacional e de todos os compromissos financeiros assumidos sob a égide dessas organizações.

O mundo não pode continuar asfixiado pelo peso do mercado financeiro internacional, essa máquina de sucção terrível, tremenda, que exerce sua pressão sobre todas as economias menos poderosas e menos ricas, como é o caso dos países da América do Sul e de outros, e até de grandes potências, como é o caso da Rússia.

Sr. Presidente, o seguimento natural da atitude brasileira de convocação dos presidentes sul-americanos é também a convocação para uma renegociação, uma rediscussão geral de todos os compromissos financeiros com esse mercado internacional e de todas as instituições que regulam o funcionamento desse mercado, isto é, que não regulam, na verdade.

Há aliados fortes, há outras nações interessadas, há organizações também interessadas nessa revisão, não só a organização "Ataque", que prega a instituição da taxa tobin mas outras organizações que têm tumultuado e têm virado de pernas para o ar reuniões da grande cúpula globalizante e globalizadora nos encontros de Davos na Suíça, de Seattle, nos Estados Unidos, e agora, nestes últimos dias, em Melbourne, na Austrália.

Assim, há aliados com quem se pode contar para essa atitude brasileira. E o Brasil exercerá, en-

fim, sua liderança de maneira profícua e construtiva, mostrando à América do Sul que há alternativas para o seu desenvolvimento que terão conseqüências sobre a sua integração e sobre o desenvolvimento que a ela se seguirá, com certeza, à medida que tomem em conjunto o rumo da proposição e da pressão pela renegociação geral de todos os compromissos financeiros.

Era o comentário que gostaria de fazer, Sr. Presidente, elogiando mais uma vez a competência demonstrada pelo Palácio do Itamaraty e a iniciativa do Presidente de convocar essa reunião efetivamente extraordinária, absolutamente pioneira na história desses países, com resultados, creio, muitíssimo interessantes para o desenvolvimento brasileiro e de todas as nações da América do Sul.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Roberto Sa-turnino, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Amaral) – Os Srs. Senadores Pedro Simon, Ademir Andrade e Renan Calheiros enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o conhecido escritor gaúcho Barbosa Lessa será o patrono da 46ª Feira do Livro de Porto Alegre, que será realizada de 27 de outubro a 15 de novembro deste ano.

Respeitado historiador, folclorista, biógrafo, romancista, cronista e contista Luiz Carlos Barbosa Lessa reside atualmente no interior do município de Camaquã, numa reserva ecológica, onde produz artesanalmente erva-mate e plantas medicinais.

Sua valiosa obra literária reúne 59 publicações. O primeiro livro foi lançado em 1951. Em 1959, recebeu o Prêmio da Academia Brasileira de Letras pelo romance *Os Guaxos*. Duas das mais conhecidas canções do folclore do Rio Grande do Sul são de autoria de Barbosa Lessa: *Negrinho do Pastoreio* e *Levanta, Gaúcho!*.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Feira do Livro de Porto Alegre, realizada anualmente na Praça da Alfândega, se transformou numa grande festa popular da literatura. É reconhecida como um dos maiores eventos dessa natureza no mundo, recebendo cerca de um milhão de visitantes. Já recebeu autores de diversas nacionalidades, entre eles alguns escrito-

res de renome internacional premiados com o Nobel da Literatura, como o português José Saramago e o espanhol José Camilo Cela.

A cada edição da feira, organizada pela Câmara Rio-Grandense do Livro, um país é homenageado e desta vez será a França.

Desde 1998, o Senado Federal participa da Feira do Livro de Porto Alegre com uma estande para divulgar seus produtos editoriais.

A Feira do Livro de Porto Alegre – uma das mais antigas do país e o maior evento do gênero realizado ao ar livre na América Latina – teve sua primeira edição em 1955, por iniciativa do jornalista Say Marques.

Ele acabava de voltar do Rio de Janeiro, onde havia visitado uma feira realizada na Cinelândia, com a firme decisão de convencer os livreiros e editores da cidade a realizarem um evento similar, oferecendo-lhes o apoio incondicional do *Diário de Notícias*, do qual era Diretor-Secretário.

Depois de alguma hesitação, pois não havia experiência nesse tipo de evento no Estado, a Câmara Brasileira do Livro/Seção Rio Grande do Sul aceitou coordenar a promoção. A Câmara Rio-Grandense do Livro só viria a existir oficialmente em 1967.

A intenção era popularizar o livro, dinamizando o mercado livreiro da cidade e do Estado, ao disponibilizar uma ampla oferta de livros com descontos significativos sobre os preços normalmente praticados.

Até então, as livrarias gaúchas eram consideradas elitistas. Poucos as freqüentavam, com exceção da época de compra de material didático, no início do ano escolar. Assim sendo, o lema dos fundadores era: *Se o povo não vem à livraria, vamos levar a livraria ao povo*.

Na época, a área mais movimentada do centro era a Rua da Praia, no trecho entre a Caldas Júnior e a General Câmara, onde, além do tradicional *footing*, concentravam-se os principais cinemas da cidade, que contava com 400.000 habitantes.

Nada mais natural, então, que o lugar escolhido para realizar a Feira fosse a Praça da Alfândega, situada, nessa área, onde foram instaladas, em plena primavera, 14 barracas de madeira em torno do monumento ao General Osório, sob os jacarandás e guapuruvus floridos.

A partir da 2ª Feira, foram realizadas sessões de autógrafos. Até então, os autores não consideravam de bom tom promover seus próprios livros.

Na terceira edição, passaram a ser vendidas coleções pelo sistema de crediário. Nos anos 70, a Feira

assumiu status de festa popular, como o início da programação cultural. A partir de 1980, foi admitida a venda de livros usados.

Na década de 90, devido à espetacular repercussão na mídia regional e nacional em virtude de sua contínua qualificação e crescimento, a Feira conquistou grandes patrocinadores, estimulados pela Lei Nacional e Estadual de Incentivo à Cultura.

A infra-estrutura foi ampliada e modernizada, os eventos culturais se consolidaram e a feira passou a receber, com desenvoltura, em suas alamedas, grandes nomes do mercado editorial brasileiro e internacional, como Mario Vargas Llosa, o prêmio Nobel Camilo José Cela, Laura Esquivel, o prêmio Pulitzer Michael Cunningham, Antonio Skármeta e Fernando Arrabal, entre vários outros.

Após mais de 4 décadas, a Feira continua a ser um local de encontro da cidade com o livro, um ponto de convergência de toda a vida cultural do Estado.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a divulgação recente dos números do Censo Escolar realizado pelo Ministério da Educação (MEC) traz à tona, mais uma vez, o velho dilema em que se debate a educação brasileira. O avanço inegável obtido em alguns setores se faz acompanhar de inexplicável retrocesso em outro. De fato, alguns resultados constatados em relação à educação fundamental e ao ensino médio não encontram paralelo no ensino superior, gerando um impasse de funestas conseqüências para o futuro do País.

O entendimento do significado dessa aparente dicotomia requer uma reflexão mais cuidadosa, que não se intimide com um certo ufanismo que parece acompanhar a divulgação dos resultados do Censo. Assim, é preciso analisar criteriosamente o retrato atual da educação brasileira, sem permitir que a generosidade de alguns índices encobre o quadro da real situação do ensino em todos os níveis, uma vez que não se pode, a rigor, dissociá-los ou considerá-los realidades independentes.

Naturalmente, essa reflexão, se feita na profundidade desejável, excederia os propósitos e o espaço deste pronunciamento, para constituir um verdadeiro estudo sobre a matéria. Não sendo essa a nossa pretensão, convido-os, pois, para que façamos, tão somente, o levantamento da questão a ser debatida e aprofundada em fóruns mais adequados. Dessa forma, cumprimos, como Parlamento, um papel que nos foi delegado pelas eleições, que é o de garantir, de

forma suprapartidária, o melhor projeto para a educação nacional.

Pelo menos no retrato revelado pelo Censo Escolar do MEC, a educação do Brasil está melhor: o País tem cada vez mais alunos matriculados em quase todas as fases de ensino. Esse retrato mostra, também, que a educação no País é pública. De cada dez alunos brasileiros – da pré-escola à educação de jovens e adultos –, nove estão em um colégio da rede oficial. E cada vez mais os municípios tomam a frente da educação infantil e fundamental. Já, na rede estadual cresce apenas no ensino médio. A principal explicação para isso é a Lei de Diretrizes e Bases – LDB, que determina que os estados são responsáveis pelo ensino médio, enquanto a educação infantil é responsabilidade prioritária dos municípios.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – Fundef, formado por 15% do total arrecadado pelos estados e municípios com o ICMS, IPI Exportação e Fundo de Participação dos Estados e Municípios, também explica os avanços obtidos no ensino fundamental.

Já havia registrado neste Plenário a importância do Fundef. Na ocasião apresentei o Projeto de Lei, Nº 67/2000, que visa melhorar o funcionamento do Fundef, especialmente quanto aos mecanismos de acompanhamento e controle da sociedade. O principal problema registrado na gestão do Fundef tem sido o desvio de recursos e o pouco controle da sociedade sobre a sua gestão. Nosso projeto, que está na Comissão de Assuntos Sociais nas mãos do Relator, Senador Antero Paes, visa corrigir essas distorções, ao fortalecer os conselhos de fiscalização e acompanhamento.

O Censo Escolar traz dados estatísticos, mas não avaliações sobre a qualidade do ensino oferecido na escola brasileira, o que dificulta uma reflexão mais aprofundada sobre os reais avanços.

Os indicadores demonstram dados significativos na consecução de objetivos importantes da política educacional, como a universalização do acesso à escolaridade básica. Porém, estamos ainda muito distantes de superarmos uma situação que ainda é caótica.

Embora a Constituição de 88 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reconheçam que todo brasileiro, independentemente da faixa etária, tem direito ao ensino fundamental, 13,3% da população com 15 anos ou mais é analfabeta, segundo dados do IBGE, de 99.

Se o critério for a escolaridade, a taxa sobe para 14,4%: 15,1 milhões de pessoas nunca freqüentaram a escola ou têm menos de um ano de escolaridade.

Esse desempenho coloca o Brasil entre os sete países latino-americanos com taxa de analfabetismo superior a 10%, ao lado da República Dominicana, Bolívia, Honduras, El Salvador, Guatemala e Haiti. O próprio MEC classifica a situação como "bastante crítica".

Passo, nos próximos minutos, a me deter à reflexão sobre a educação no nível superior. Como já ressaltai no início, os avanços que o Censo revela em relação ao ensino fundamental e médio não se verificam em relação ao ensino superior. Quanto a esse grau de ensino, os números disponíveis expressam as dimensões das assimetrias regionais da educação brasileira e nos ajudam a identificar o tamanho do desafio a ser enfrentado.

De cada 100 jovens entre 18 e 24 anos que tentam ingressar no ensino superior nas regiões Norte e Nordeste, apenas cinco são bem sucedidos. Esse número representa em média duas vezes menos alunos naquelas regiões do que nas demais. Em números absolutos, o cenário da espiral concentradora é ainda mais devastador quando se considera que a região Sudeste detém mais vagas no ensino superior do que a soma de todas as outras regiões juntas. No Pará, as universidades teriam que abrir 600% a mais de vagas para suprir a demanda até 2004. Em Belém, quatro em cada 100 jovens chegam ao ensino superior. No interior do Estado, é apenas um em cada 100. Na Argentina, são 30 para cada 100.

Sabendo-se que o desequilíbrio econômico regional é um dos mais graves problemas do País, estranha-se que não exista, até hoje, uma iniciativa voltada para a solução desse problema, articulada a uma política de qualificação de recursos humanos.

Hoje, no Brasil, a região Sudeste concentra 69,7% dos cursos de pós-graduação – mestrado e doutorado – e a região Sul 13,5%. Distribuídos nas outras regiões estão, pois, menos de 20% do total dos cursos de pós-graduação de todo o País.

Poder-se-ia argumentar que esse quadro resulta da distribuição populacional no Brasil. Mas isso não é verdade. A relação entre o número de programas de pós-graduação e a população residente é desigual.

Segundo os dados, em 1996, o número de cursos por milhão de habitantes apresentava a seguinte relação: Norte: 3,39 cursos por milhão de habitantes; Centro-Oeste: 8,06; Nordeste: 4,87; Sul: 11,21 e Sudeste: 19,86. A relação média brasileira é de 12,33 cursos por milhão de habitantes – e todas as regiões, à exceção do Sudeste, estão abaixo dessa média.

Ora, o desequilíbrio regional é razão direta do desequilíbrio no desenvolvimento. Não há como negar a relação entre o desenvolvimento e a quantidade de conhecimento posto à disposição da sociedade pelas suas unidades geradoras. Particularmente, quando se fala em desenvolvimento sustentável, cuja principal característica é trocar a agressividade no trato dos recursos naturais pela ação inteligente que permite o máximo aproveitamento dos recursos disponíveis.

A Amazônia, como sabemos, é uma região de ecossistema diferenciado, de equilíbrio delicado e que necessita de um desenvolvimento específico. Não será possível realizar esse desenvolvimento sem que sejam colocados à disposição da sociedade os meios necessários, gerados diretamente da pesquisa e da qualificação de recursos humanos para essa Região.

Os problemas da universidade na Amazônia me dizem respeito mais de perto, naturalmente. Entretanto, isso não significa desconhecer a abrangência e a generalidade da crise do ensino superior no País. A recente greve das universidades públicas paulistas deixou claro um dilema que necessita ser enfrentado: é possível e desejável manter um ensino e uma pesquisa de qualidade numa sociedade periférica?

É claro que alguém poderia argumentar que, diante do volume de pesquisas realizadas em nações como os EUA, o que se faz de ciência aqui é muito pouco. Isso certamente é verdade, mas há que considerar que, em algumas áreas, o Brasil é competitivo e que, em outras, se o País não desenvolver estudos próprios, ninguém o fará. É o caso, por exemplo, de todas as ciências humanas aplicadas ao Brasil e também do combate a doenças e pragas agrícolas que afetam mais o País.

De resto, é consenso que a inserção futura do Brasil no mundo depende diretamente da qualidade de seus quadros de nível superior. Por qualquer

ângulo que se considere, não é desejável para o País que as universidades públicas, que respondem por mais de 90% da produção científica, se deteriore.

O Brasil deve à universidade pública a quase totalidade das pesquisas que, nas últimas décadas, permitiram o desenvolvimento do País, o avanço tecnológico e o bem-estar social. A engenharia que ergueu cidades, a agricultura que adaptou culturas inteiras ao solo e ao clima brasileiros e o conhecimento do meio ambiente, da história e da geografia nacionais, foram realizações de professores ligados a instituições de ensino superior federais ou estaduais. Sem essas instituições, o Brasil seria um outro país, infinitamente mais atrasado e pior para se viver.

O fato inconteste é que, sem uma universidade pública digna desse nome, o Brasil dificilmente chegará ao fim das próximas décadas na posição em que todos sonhamos vê-lo. Dado o consenso dessa afirmativa, parece inacreditável que esteja em curso uma política deliberada de destruição da universidade pública.

Assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, é legítimo exigir que o Governo dê a devida atenção, apresentando à sociedade brasileira um projeto de universidade à altura de nossos anseios de desenvolvimento e coerente com o esforço que vem sendo empreendido nos demais níveis de ensino.

Era o que tinha a dizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Orçamento da União, como muitas vezes já dito por vários oradores nesta tribuna, é uma fantasia, um ficção e tem sido a gênese dos problemas recentes do país. Medidas inibidoras tomadas há pouco tempo por iniciativa do Congresso e do próprio Executivo precisam ser complementadas no sentido de aprimorarmos os mecanismos de fiscalização e evitar a manipulação e o desvio de verbas públicas.

O Congresso Nacional, todos concordam, precisa reagir e adotar medidas saneadoras para execução orçamentária. Temos alternativas sobejamente discutidas e devemos evoluir para adotá-las rapidamente. Até lá precisamos ser rigorosos e assumirmos definitivamente uma das principais atribuições do parlamento que é a fiscalização. E este controle deve ser exercido, ao limite, no próprio orçamento.

Mas, paralelamente, ao mesmo tempo que precisamos adotar regras rigorosas para destinação e aplicação do Orçamento Público, é vital que este ano nos concentremos em dois pontos específicos da proposta orçamentária de 2001 encaminhada ao Congresso Nacional. O salário mínimo e a situação de penúria dos Servidores Públicos da União, dos Estados e dos Municípios.

A previsão de reajuste de apenas 5,5% para o mínimo em maio do ano que vem é uma provocação, só posso entender desta forma. A inflação dos institutos que medem a evolução de preços, todo pai de família, toda dona de casa sabe, não é a mesma inflação do caixa do supermercado, do preço da gasolina, da tarifa do ônibus, do gás de cozinha, da energia elétrica, da saúde, da escola, da habitação, do vestuário e da tarifa dos telefones. Com estes repiques inflacionários, a estimativa de apenas 5,5% de aumento para o salário mínimo é uma brincadeira, desagradável devo dizer.

O plano real, que vive de uma publicidade monotemática e recursiva do controle inflacionário, está necessitando de uma feição social, de um passaporte brasileiro, precisa avançar e chegar até as pessoas, através de melhores salários, crescimento, distribuição de renda e geração de empregos. Nós vemos e compreendemos o plano real, mas a população não consegue tocá-lo. É uma asséptica vidraça que nos condena à contemplação.

Como todo plano tem um vilão, elegeram novamente a categoria dos Servidores Públicos. A proposta orçamentária para 2001 não prevê nenhum tipo de reajuste para os servidores públicos. Não bastasse os seis anos sem um centavo de aumento, pretendem os especialistas de balancete que a penúria dos funcionários públicos seja levada ao limite, à degradação, à humilhação. Nunca é demais lembrar que a taxa de inflação em seis anos de plano real foi de 90%.

Dinheiro para honrar contratos externos existem, para obras faraônicas também, para bancos idem. Será possível, Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, que não haja nenhuma margem, nenhuma possibilidade de reajuste para esta categoria espezinhada pela obsessão dos chefes deste imenso escritório de contabilidade? Não acredito.

Os servidores públicos não podem mais ser tratados como incógnitas de uma expressão matemática fria, distante e cruel. A insensibilidade está provocando não somente a degradação do servidor público, mas também está puindo irremediavelmente a máquina pública que tem em seus funcionários sua melhor expressão. Este país é habitado por pessoas, por trabalhadores honrados e dignos que só esperam respeito por parte de seus governantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Amaral) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sr^{as} e aos Srs Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 1999
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 10, de 2000)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 1999, de autoria do Senador Álvaro Dias, que altera dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, tendo

Pareceres sob nºs:

– 535, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Lúcio Alcântara, favorável; e

– 536, de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão, pela rejeição, com votos contrários dos Senadores José de Alencar, Ramez Tebet, Paulo Hartung, Pedro Simon, Antônio Carlos Valadares, José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy, com voto vencido, em separado, do Senador Roberto Saturnino.

(A discussão da matéria foi encerrada na sessão deliberativa ordinária de 10 de agosto último, oportunidade em que teve sua votação sobrestada, em virtude do término do prazo regimental da sessão; e constou da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua votação adiada para esta data).

– 2 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 58, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1999 (nº 88/99, na Casa de origem), que estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências, tendo

Pareceres sob nºs:

352, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; e

– 824, de 2000, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (em audiência, nos termos do Requerimento nº 266, de 2000), Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com voto em separado da Senadora Emília Fernandes.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 218, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 1999 (nº 126/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Mundial S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Parecer favorável, sob nº 167, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Artur da Távola, com abstenções dos Senadores Jefferson Peres e Roberto Saturnino.

– 4 –

MENSAGEM Nº 117, DE 2000
(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy, sobre a Mensagem nº 117, de 2000 (nº 691/2000, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplo-

mata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos do México.

– 5 –

MENSAGEM Nº 124, DE 2000
(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)
(**Votação secreta**)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy, sobre a Mensagem nº 124, de 2000 (nº 751/2000, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos, exercer a de Embaixador do Brasil junto a Belize.

– 6 –

MENSAGEM Nº 121, DE 2000
(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)
(**Votação secreta**)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy, sobre a Mensagem nº 121, de 2000 (nº 700/2000, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Ricardo Luiz Viana de Carvalho*, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com função de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República do Malawi.

– 7 –

PARECER Nº 840, DE 2000
(Escolha de Autoridade)
(**Votação secreta**)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 840, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, sobre a Mensagem nº 147, de 2000 (nº 1.016/2000, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do General-de-Exército *Expedito Hermes Rego Miranda*, para

exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Sampaio Maia.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Amaral) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 20 minutos.*)

(OS 17527/2000)

Ata da 87ª Sessão Deliberativa Ordinária,
realizada em 29 de junho de 2000
(Publicada no DSF de 30 de junho de 2000)

PUBLICAÇÃO

Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2000, de autoria da Senadora Marina Silva, que altera o art. 164 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a nova composição das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes CIPA e dá outras providências, que se publica nesta oportunidade, conforme chamada constante da página 14172 do DSF de 30-6-2000.

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 183, DE 2000

Altera o art. 164 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a nova composição das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes CIPA e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 164 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que "Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho" passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art 164. Cada Cipa será composta de representantes da empresa e dos empregados e, quando for o caso, também de representantes das empresas e de seus empregados que prestem serviços para a empresa que as contratou, de acordo com os critérios que vierem a ser adotados na regulamentação de que trata o parágrafo único do artigo anterior."(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Felizmente, nossa legislação trabalhista enfatiza de maneira especial a prevenção de acidentes do trabalho e das doenças profissionais. As empresas são obrigadas dependendo do porte e da atividade que empreendem a manter serviço especializado em segurança e medicina do trabalho, além de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes CIPA integrada por representante dela e dos trabalhadores.

No mundo todo, a criação e o aperfeiçoamento de mecanismos que evitem ou reduzam os riscos do trabalho sempre foram acentuados pelos estudiosos da questão social e das atividades do trabalhador, principalmente porque, a cada dia, o aumento da maquinaria faz crescerem também os riscos profissionais.

A preocupação com a questão dos acidentes do trabalho e da necessidade de dar segurança ao trabalhador, levou a Organização Internacional do Trabalho OIT, a considerar a adoção de medidas preventivas e a orientação nesse sentido como um de seus objetivos de assistência técnica.

De nossa parte não poderia ser diferente. Tendo em vista as contínuas alterações no ambiente do trabalho, na vida dos trabalhadores e o crescente nível de terceirização e até quarteirização nos diversos segmentos das atividades empresariais, notamos que há uma grande dificuldade de acompanhamento adequado das condições de trabalho, do nível de acidentes e das doenças profissionais. Isso vem atrapalhando e até impedindo a tomada de decisões adequadas de prevenção de acidentes e doenças, tanto por parte dos sindicatos, quanto por parte dos órgãos governamentais.

Assim, pretendemos que a organização de uma Cipa seja composta não só pelos integrantes da empresa principal, mas também pelos membros das empresas de terceirização, desde que prestem serviço no local de trabalho da principal.

Entendemos que a medida que preconizamos deverá dotar o trabalhador de mais um instrumento para combater o crescente número de acidentes de trabalho e doenças profissionais que vêm acontecendo em nosso País.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2000. – Senadora **Marina Silva**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 10 DE MAIO DE 1943

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

SEÇÃO III

Dos Órgãos de Segurança e de Medicina do Trabalho nas Empresas

Art. 162 As empresas, de acordo com normas a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, estarão obrigadas a manter serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho.

Parágrafo único. As normas a que se refere este artigo estabelecerão:

- a) classificação das empresas segundo o número mínimo de empregados e a natureza do risco de suas atividades;
- b) o número mínimo de profissionais especializados exigido de cada empresa, segundo o grupo em que se classifique, na forma da alínea anterior;
- c) a qualificação exigida para os profissionais em questão e o seu regime de trabalho;
- d) as demais características e atribuições dos serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho, nas empresas.

Art. 163. Será obrigatória a constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes CIPA, de conformidade com instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho, nos estabelecimentos ou locais de obra nelas especificadas.

Parágrafo único. O Ministério do Trabalho regulamentará as atribuições, a composição e o funcionamento das Cipa.

Art. 164. Cada Cipa será composta de representantes da empresa e dos empregados, de acordo com os critérios que vierem a ser adotados na regulamentação de que trata o parágrafo único do artigo anterior.

§ 1º Os representantes dos empregados, titulares e suplentes, serão por eles designados.

§ 2º Os representantes dos empregados, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio secreto, do qual participem, independentemente de filiação sindical, exclusivamente os empregados interessados.

§ 3º O mandato dos membros eleitos da Cipa terá a duração de 1 (um) ano, permitida uma reeleição.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior não se aplicará ao membro suplente que, durante o seu man-

dato, tenha participado de menos da metade do número das reuniões da Cipa.

§ 5º O empregador designará, anualmente, dentre os seus representantes, o Presidente da Cipa, e os empregados elegerão, dentre eles, o Vice-Presidente.

(À Comissão de Assuntos Sociais –
Decisão terminativa.)

**Ata da 87ª Sessão Deliberativa Ordinária
realizada em 29 de junho de 2000**

(Publicada no DSF de 30 de junho de 2000)

PUBLICAÇÃO

Anexo do Parecer nº 752, de 2000, da Comissão Diretora, oferecendo a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2000 (nº 2.844, de 2000, na Casa de origem), que se publica nesta oportunidade, conforme chamada constante da página 14251 do DSF de 30-6-2000:

ANEXO AO PARECER Nº 752, DE 2000

**Redação final do Projeto de Lei da
Câmara nº 30, de 2000 (nº 2.844, de 2000,
na Casa de origem)**

**Destina recursos da compensação
financeira pela utilização de recursos hí-
dricos para fins de geração de energia
elétrica e pela exploração de recursos
minerais para o setor de ciência e tecno-
logia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a redação da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com o objetivo de destinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico recursos oriundos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais.

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com a alteração do art. 54 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º
....."

"III três por cento ao Ministério do
Meio Ambiente;" (NR)

"IV três por cento ao Ministério de Minas e Energia;" (NR)

"V quatro por cento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico FNDCT, criado pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991." (NR)

"....."

"§ 6º No mínimo trinta por cento dos recursos a que se refere o inciso V do caput serão destinados a projetos desenvolvidos por instituições de pesquisa sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas das Superintendências Regionais." (AC)

Art. 3º Os recursos destinados ao FNDCT serão alocados em categoria de programação específica e reservados para o financiamento de programas e projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico do setor de recursos hídricos, devendo ser administrados conforme o disposto no regulamento.

Parágrafo único. Para fins do disposto no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, o Poder Executivo incluirá os recursos de que trata o art. 1º na proposta de lei orçamentária anual.

Art. 4º Será constituído, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, que lhe prestará apoio técnico, administrativo e financeiro, Comitê Gestor com a finalidade de definir as diretrizes gerais e plano anual de investimentos, acompanhar a implementação das ações e proceder à avaliação anual dos resultados alcançados, o qual deverá ser composto pelos seguintes membros:

I – um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, que o presidirá;

II – um representante do Ministério do Meio Ambiente;

III – um representante do Ministério de Minas e Energia;

IV – um representante da agência federal reguladora de recursos hídricos;

V – um representante da Financiadora de Estudos e Projetos FINEP;

VI – um representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq;

VII – um representante da comunidade científica;

VIII – um representante do setor produtivo.

Art. 5º O art. 8º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, com a redação dada pelo art. 3º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 8º

“Parágrafo único. A compensação financeira não recolhida no prazo fixado no **caput** deste artigo será cobrada com os seguintes acréscimos: (AC)

I – juros de mora, contados do mês seguinte ao do vencimento, à razão de um por cento ao mês ou fração de mês; (AC)

II – multa de dez por cento, aplicável sobre o montante final apurado.” (AC)

Art. 6º O § 2º do art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

“§ 2º A distribuição da compensação financeira referida no **caput** deste artigo será feita da seguinte forma:” (NR)

I –

II –

II-A. – 2% (dois por cento) para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico FNDCT, instituído pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991, destinado ao desenvolvimento científico e tecnológico do setor mineral; (AC)

III – 10% (dez por cento) para o Ministério de Minas e Energia, a serem integralmente repassados ao Departamento Nacional de Produção Mineral DNPM, que destinará 2% (dois por cento) desta cota-parte à proteção mineral em regiões mineradoras, por intermédio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA.” (NR)

Art. 7º Para fins do disposto no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, o Poder Executivo incluirá na proposta de lei orçamentária anual os recursos destinados ao FNDCT previstos nesta Lei.

Art. 8º Será constituído, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, que lhe prestará apoio técnico, administrativo e financeiro, Comitê Gestor com a finalidade de definir diretrizes gerais e plano anual de investimento, acompanhar a implementação das ações e avaliar anualmente os resultados alcançados, o qual será composto pelos seguintes membros:

I – um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, que o presidirá;

II – um representante do Ministério de Minas e Energia;

III – um representante do órgão federal regulador dos recursos minerais;

IV – um representante da Financiadora de Estudos e Projetos FINEP;

V – um representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq;

VI – um representante da comunidade científica;

VII – um representante do setor produtivo.

Art. 9º Os membros dos Comitês Gestores referidos nos incisos VII e VIII do art. 4º e nos incisos VI e VII do art. 8º desta lei terão mandato de dois anos, admitida uma recondução, devendo a primeira investidura ocorrer no prazo de até noventa dias a partir da publicação desta lei.

Parágrafo único. A participação nos Comitês Gestores não será remunerada.

Art. 10. Não se aplica a este Fundo o disposto na Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**AGENDA CUMPRIDA PELO
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL,
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**

12-9-2000

Terça-feira

14:30 – Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

A Hora do Expediente será destinada a homenagear a memória da senhora Márcia Kubitschek. Na ocasião, será lançada nova edição do livro **Por que Construí Brasília**, do Presidente Juscelino Kubitschek.

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 926, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância, instituída pelo Ato nº 523/2000-DGER.

Art. 2º Este Ato entra em vigor da data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 927, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 011656/00-0,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores GILBERTO HENRIQUE CUNHA DIAS, matrícula nº 3054, e BELCHIOLINA DOS REIS MENDES, matrícula nº 4672, como gestor titular e substituta, respectivamente, do Contrato Credenciamento nº 026/00, celebrado entre o Senado Federal e a PERFIL DIAGNÓSTICO ULTRASONOGRÁFICO E AVALIAÇÃO FETAL LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 928, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora **MARIA CONSUELO FREIRE BEZERRA**, matrícula 5191, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Ademir Andrade, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Jurídico, Símbolo FC-06, da Advocacia, com efeitos financeiros a partir de 28 de agosto de 2000.

Senado Federal, *12 de setembro de 2000.*



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 929, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 011286/00-8,

RESOLVE dispensar o servidor **EDIVALDO AGUIAR DE VASCONCELOS**, matrícula 3280, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Ademir Andrade, com efeitos financeiros a partir de 24 de agosto de 2000.

Senado Federal, *12 de Setembro de 2000.*


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral


ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 930, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 011245/00-0,

RESOLVE dispensar a servidora **RITA DE CÁSSIA JERÔNIMO**, matrícula 4347, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do mesmo órgão, com efeitos financeiros a partir de 24 de agosto de 2000.

Senado Federal,

12 de setembro de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 931, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 008386/00-5,

RESOLVE dispensar a servidora **CREMILDA PILOTO SOUSA**, matrícula 3005, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Gilberto Mestrinho, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Subsecretaria Técnica e Eletrônica, com efeitos financeiros a partir de 20 de junho de 2000.

Senado Federal, *12 de Setembro de 2000.*

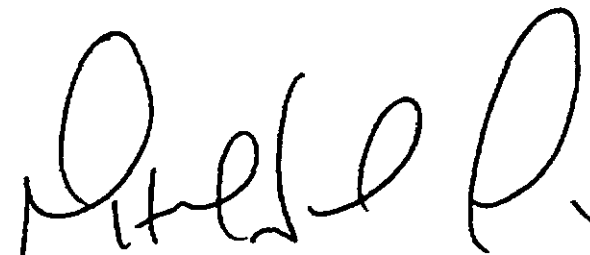

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 932, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 011668/00-8,

RESOLVE dispensar o servidor LUIZ AKIRA YAMADA, matrícula 4339, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Secretaria Administrativa, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, do mesmo órgão, com efeitos financeiros a partir de 04 de setembro de 2000.

Sénado Federal, *12 de Setembro de 2000.*



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 933, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 011246/00-6,

RESOLVE dispensar a servidora **SANDRA DO CANTO RAMOS**, matrícula 2673, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do mesmo órgão, com efeitos financeiros a partir de 24 de agosto de 2000.

Senado Federal, *12 de setembro de 2000.*


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

(I) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramex Tebet (*)

Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

UF/Ranai
1. Casildo Maldaner - SC/2141
2. Ramex Tebet - MS/2221
3. Nabor Júnior - AC/1478
4. Ney Sotomaior - PB/4345
5. Amir Lando - RO/3130

UF/Ranai
1. Marise Pinto - RR/1301
2. Gerson Clemente - ES/3203
3. Jader Barbalho - PA/2441
4. Raimon Calheiros - AL/2261
5. Carlos Bezerra - MT/2291

PFL

UF/Ranai
1. Geraldo Althoff - SC/2041
2. Francisco Pereira - MG/2411
3. Paulo Souto - BA/3173
4. Juvêncio da Fonseca - MS/1128

UF/Ranai
1. José Agripino - RN/2361
2. Carlos Petrócinio - TO/4058
3. Djelma Bessa - BA/2211
4. Freitas Neto - PI/2131

PSDB

UF/Ranai
1. Lócio Alcântara - CE/2301
2. Osmar Dias - PR/2124
3. José Roberto Arruda - DF/2014

UF/Ranai
1. Astero Paes de Barros - MT/1246
2. Ricardo Santos - ES/2022
3. Romero Jaci - RR/2111

Bloco da Oposição

UF/Ranai
1. Leandro Campos - DF/2341 (PT)
2. Heleida Helena - AL/3197 (PT)
3. Jefferson Farias - AM/2061 (PDT)

UF/Ranai
1. José Eduardo Dutra - SE/2391 (PT)
2. Marina Silva - AC/2183 (PT)
3. Roberto Sotomaior - RJ/4229 (PSB)

Membro Nato

Raimon Tuma (Corregedor do Senado) - SP/2851 (PFL)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Ao Serviço de Apoio e Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 29/97).

Fone: 311-3265



SENADO FEDERAL

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)

CCJ - ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
RENAN CALHEIROS	AL	5151/	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA(3)	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLEY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. PAULO HARTUNG - PPS (1)	ES	1129/1031
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

Atualizado em: 10/08/2000.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/97	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/67
GILVAM BORGES	AP	2151/57	2. JOSÉ SARNEY	AP	3430/31
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2097
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/47	4. JADER BARBALHO	PA	2441/47
MAGUITO VILELA	GO	3149/50	5. JOÃO ALBERTO SOUZA (2)	MA	4073/74
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/06
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VALMIR AMARAL	DF	4064/65

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/77	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/17
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/37
DJALMA BESSA	BA	2211/17	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/87
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/47	4. PAULO SOUTO	BA	3173/75
MOREIRA MENDES	RO	2231/37	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/67
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/57	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/74	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/37
LUIZ PONTES	CE	3242/43	2. RICARDO SANTOS	ES	2022/24
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/07	3. PEDRO PIVA	SP	2351/53
OSMAR DIAS	PR	2121/25	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/17
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/85	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/96
ROMERO JUCÁ	RR	2111/17	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/07

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/77	1. EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS	2331/37
MARINA SILVA - PT	AC	2181/87	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/47
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/47	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/64
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/99	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/97
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/67

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/77	ERNANDES AMORIM	RO	2251/57

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares
Horário regulamentar: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrsc@senado.gov.br

Atualizada em: 17/09/2000

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
VAGO (2)	

GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57

OSMAR DIAS	PR-2121/25
-------------------	-------------------

HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	AP-2241/47
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

PRESIDENTE: VAGO (2)

VICE-PRESIDENTE:

VAGO (2)	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
JUVÊNCIO DA FONSECA	
DJALMA BESSA	MS-1128/1228 BA-2211/17
ANTERO PAES DE BARROS	
SEBASTIÃO ROCHA	MT-1248/1348 AP-2241/47
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608

FAX: 311-3652

E-MAIL: jracc@senado.gov.br

REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 06/10/1999

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
MAURO MIRANDA*	GO-2091/97
JOÃO ALBERTO SOUSA*	MA-4073/74

GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/63

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348

SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
TIÃO VIANA(PT)	AC-3038/3493

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (9) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracs@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

*** LICENCIADO**

DESIGNADA EM: 26/04/00

ATUALIZADA EM: 22/08/00

**2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

MAURO MIRANDA*	GO-2091/97
CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
PEDRO SIMON	RS-3230/32
DJALMA BESSA	BA-2211/17
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
ROMERO JUCÁ	RR-2111/19
SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
GERALDO CÂNDIDO(PT)	RJ-2171/77

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracs@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

*** LICENCIADO**

DESIGNADA EM: 01/06/2000

ATUALIZADA EM: 22/08/2000

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPIPO
Vice-Presidente: RAMEZ TEBET
(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPIPO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
LEOMAR QUINTANILHA (PPB)	TO	2071/2077	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. VAGO		
ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPPLY – PT	SP	3215/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares
Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Atualizado em: 11/09/2000

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

**PRESIDENTE: Senador RENAN CALHEIROS
VICE-PRESIDENTE: Senador JEFFERSON PÉRES
RELATOR: SENADOR JOSÉ JORGE
(7 TITULARES E 7 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PEDRO SIMON AMIR LANDO RENAN CALHEIROS	PMDB - 3		
	RS-3230/32	1 - ROBERTO REQUIÃO	PR-240
	RO-3130/32	2 - JOSÉ FOGAÇA	RS-120
	AL-2261/68	3 - IRIS REZENDE	GO-203
JOSÉ JORGE ÉDISON LOBÃO	PFL - 2		
	PE-3245/46	1 - JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-30
	MA-2311/17	2 - BELLO PARGA	MA-30
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	PSDB - 1		
	DF-2012/14	1 - LÚCIO ALCÂNTARA	CE-230
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS) - 1			
JÉFFERSON PÉRES (PDT)	AM-2061/67	1 - JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT)	SE-239

**SECRETÁRIO: ALTAIR GONÇALVES SOARES
SECRETÁRIA ADJUNTA: GILDETE LEITE DE MELO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612**

**SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541
FAX: 311- 4315
E.MAIL- altairgs@senado.gov.br**

**Criada conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,
termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.**

Atualizada em 14/8/2000

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO
Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO
 (27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3067
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VALMIR AMARAL	DF	1961/1966
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2092
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
RIBAMAR FIGUENE	MA	4073/4074	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2467
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMÍLIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL)	TO	4070/4071	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
 (2) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)
 Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
 Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
 FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares.
 Horário regimental: Quarta-feira às 14:00 horas

Atualizada em 15/05/2006.

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32

DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57

ALVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37

GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: jutloric@senado.gov.br

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES E 06 SUPLENTES)

TITULARES

JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/6
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/0
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/5
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/0
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COS

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY

Vice-Presidente: CARLOS WILSON

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA (2)	MA	4073/4074	3. HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4082
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY – PT	SP	3216/3217	2. ROBERTO SATURNINO – PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	3. EMÍLIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

(3) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares.
Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizado em: 1º/09/2000

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4052	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ALVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPLEY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Terça-feira às 14:00 horas

Sala nº 13 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizado em: 09/08/2000

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC					
Presidente: ROMERO JUCÁ					
Vice-Presidente: ROMEU TUMA					
(17 titulares e 9 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA (3)	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			
PSDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			
(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3218	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4228/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

(3) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares.

Sala nº 06 - Ala Senador Nilo Coelho
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3254
 Fax: 311-1060

Atualizada em :09/06/2000

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES MEMBROS SUPLENTEs

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIAO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	0 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	001	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO (1)	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	* ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN. DINARTE MARIZ		

(1) Afastada do exercício do mandato em 31/05/2000.

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOAO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 288	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 31/05/2000

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.

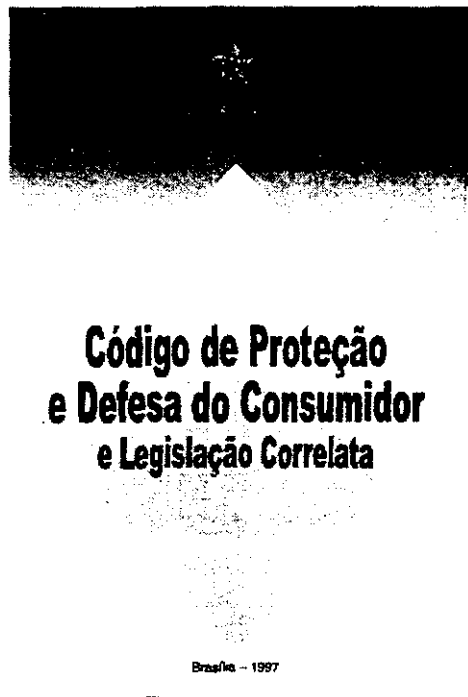


SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor e Legislação Correlata

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Com 115 páginas, traz índice temático remissivo, elaborado por Alcides Kronenberger e Maria Celeste J. Ribeiro.

Preço por exemplar: R\$ 5,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência 3602-1, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente 170.500-8, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente.
Contém o texto constitucional de 5 de
outubro de 1988 com as alterações
introduzidas pelas Emendas Constitucionais
de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas
constitucionais

Preço por exemplar: R\$ 5,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



Conselhos aos Governantes – Coleção Clássicos da Política – Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II, com 841 páginas. Apresentação de Walter Costa Porto.

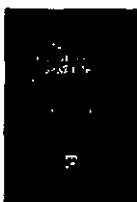
Preço por exemplar: R\$ 30,00

Código de Proteção e Defesa do Consumidor e Legislação Correlata

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Com 115 páginas, traz índice temático remissivo, elaborado por Alcides Kronenberger e Maria Celeste J. Ribeiro.



Preço por exemplar: R\$ 5,00



Direito Constitucional Brasileiro – reforma das instituições nacionais – Coleção Memória Brasileira – Fac-símile da segunda edição da obra publicada em 1902. Abrange onze temas: reformas constitucionais no Brasil, organização federal, base material da união, poder público federal, sistema eleitoral, a questão da estabilidade governativa, a decretação de leis, os juízes, cidadania, liberdade e a questão da defesa social. Com 544 páginas.

Preço por exemplar: R\$ 8,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

**SENADO
FEDERAL**



**SECRETARIA
ESPECIAL DE
EDITORACÃO
E PUBLICAÇÕES**

EDIÇÃO DE HOJE: 152 PÁGINAS